

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE
MESTRADO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL DE BOMBINHAS-
SC

SOCIAL REPRESENTATIONS ABOUT THE CULTURAL HERITAGE OF
BOMBINHAS-SC

REPRESENTACIONES SOCIALES SOBRE EL PATRIMONIO CULTURAL DE
BOMBINHAS-SC

FRANCIELE COELHO BEZ

ORIENTADORA: PROF^a DRA. SANDRA PASCHOAL LEITE DE CAMARGO GUEDES

JOINVILLE - SC

2023

Franciele Coelho Bez
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL DE BOMBINHAS
- SC

Dissertação apresentada ao Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, Linha de Pesquisa Patrimônio, Memória e Linguagens, da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) – como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, sob orientação da Prof.^a Dra. Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes

Joinville - SC

2023

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

B574r Bez, Franciele Coelho
Representações sociais sobre o patrimônio cultural de Bombinhas - SC / Franciele Coelho Bez; orientadora Dra. Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes. – Joinville: UNIVILLE, 2023.

156 p.: il.

Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural – Universidade da Região de Joinville)

1. Patrimônio cultural – Bombinhas (SC). 2. Bombinhas (SC) – Aspectos sociais. 3. Representações sociais. I. Guedes, Sandra Paschoal Leite de Camargo (orient.). II. Título.

CDD 363.69

Termo de Aprovação

"Representações Sociais sobre o Patrimônio Cultural de Bombinhas-SC"

por

Franciele Coelho Bez

Banca Examinadora:

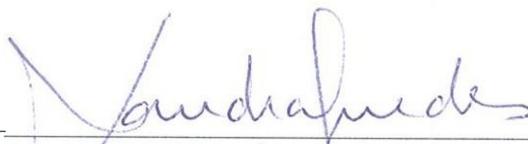
Profa. Dra. Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes
Orientadora (UNIVILLE)

Profa. Dra. Cibele Dalina Piva (Secretaria
de Estado da Educação/ SED - SC)

Prof. Dr. Euler Renato Westphal
(UNIVILLE)

Profa. Dra. Daniela Pistorello
(UNIVILLE)

Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestra em Patrimônio Cultural e Sociedade, área de concentração Patrimônio Cultural, Identidade e Cidadania e aprovado em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade.



Profa. Dra. ~~Sandra~~ Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes
Orientadora (UNIVILLE)



Profa. Dra. ~~Raquel~~ Raquel Alvarenga Sena Venera
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade

Joinville, 28 de fevereiro de 2023.

Agradecimentos

Tenho muito a agradecer e aproveito a oportunidade para dizer muito obrigada!

Agradeço a Deus pelo dom da vida, por minha família, meus amigos e por todas as oportunidades de aprendizado, nem sempre fáceis.

À minha família por tudo que representa, pelos valores e moral aprendidos com vocês;

À minha orientadora, Professora Doutora Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes, por ter me acolhido duas vezes, e não ter desistido de mim, mesmo quando poderia estar brincando com seus netos. Sou extremamente grata por sua dedicação, atenção e confiança;

Aos membros da Banca Examinadora, Professor Doutor Euler Renato Westphal, Professora Doutora Daniela Pistorello e Professora Doutora Cibele Dalina Piva, por terem aceitado avaliar esta dissertação e pelas contribuições para o aperfeiçoamento da mesma;

Aos colegas e amigos da Turma X do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade por ter sentido prazer em estar na universidade e aprender com vocês, senti-me motivada e admirei a dedicação e o empenho de cada um. Fiz amigos para a vida toda, uns permanecem em contato frequente e outros estão no coração esperando pelos encontros do destino;

Aos colegas da Turma XIV pela breve companhia, pelo exemplo de força e de empenho em estudar nas condições adversas da pandemia, onde a identidade como turma ficou prejudicada, mas a busca de conhecimento permaneceu firme;

Aos amigos por tornarem meus dias mais leves, agradáveis e calorosos;

Aos professores, que admiro profundamente, e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da UNIVILLE;

Aos colegas de trabalho da Escola de Educação Básica Maria Rita Flor que oportunizaram condições mais adequadas, dentro do possível, para que eu pudesse estudar;

Aos mediadores culturais que compartilharam suas memórias, histórias e conhecimento;

A todos que contribuíram no processo de construção desta pesquisa minha imensa gratidão e meu carinho sincero.

RESUMO

Esta dissertação objetiva identificar e analisar as representações sociais sobre o patrimônio cultural de Bombinhas-SC. Ainda, busca entender as relações entre migrantes e nativos a partir do patrimônio cultural, e tendo o patrimônio como possibilidade de aproximação e alteridade. A pesquisa transita no campo da psicologia social, patrimônio cultural, história, sociologia e linguagem. São apresentados a cidade e seu contexto social para compreensão da criação e propagação das suas representações sobre o patrimônio. Igualmente, é apresentado o conceito de patrimônio cultural, bem como elementos importantes na sua definição e utilização, a saber, ideologia, cultura e hegemonia, discurso e poder; também importantes para a formação e operação das representações sociais. Ainda, trazemos a Teoria das Representações Sociais (TRS) e seu desenvolvimento por Moscovici, assim como seu progresso a partir da inspiração proporcionada pelas representações coletivas de Durkheim concebidas anteriormente. Além disso, discorremos sobre a possibilidade de investigar o patrimônio cultural a partir da TRS. A análise leva em consideração as relações sociais e suas forças motrizes para a criação e uso do patrimônio cultural. São averiguados, a partir da Hermenêutica de Profundidade, de Thompson, entrevistas de História Oral com 6 mediadores culturais de instituições civis e de setores do governo municipal, 381 formulários aplicados pessoalmente e de forma digital e respondidos pela população residente na cidade, além de documentos patrimoniais e a legislação instituída nesta instância. As representações sociais sobre o patrimônio cultural de Bombinhas estão ancoradas na história local de meados do século XX e objetificadas em atividades culturais e econômicas importantes naquela época, a exemplo da pesca artesanal da tainha e dos engenhos de farinha. São percebidas, igualmente, a objetivação em bens culturais católicos e/ou considerados de herança açoriana. Também, é relevante o papel do governo como definidor patrimonial e o amplo reconhecimento do imaterial como patrimônio local. As informações para estas ancoragens são veiculadas, principalmente, pelos setores de cultura e turismo da prefeitura, bem como pelas instituições culturais civis.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Teoria das Representações Sociais; Bombinhas-SC.

ABSTRACT

This dissertation aims to identify and analyze the social representations about the cultural heritage of Bombinhas-SC. It also seeks to understand the relations between migrants and natives from the cultural heritage, and having the heritage as a possibility of approximation and otherness. The research transits in the field of social psychology, cultural heritage, history, sociology and language. The territory and the social context of the city are presented in order to understand the creation and propagation of its representations about heritage. The concept of cultural heritage is also presented, as well as important elements in its definition and use, namely, ideology, culture and hegemony, discourse and power; also important for the formation and operation of social representations. Still, we bring the Theory of Social Representations (TSR) and its development by Moscovici, as well as its progress from the inspiration provided by Durkheim's previously conceived collective representations. In addition, we discuss the possibility of investigating cultural heritage from the TRS. The analysis takes into account social relations and their driving forces for the creation and use of cultural heritage. Based on Thompson's Hermeneutics of Depth, Oral History interviews with 6 cultural mediators from civil institutions and sectors of the municipal government, 381 forms applied personally and digitally and answered by the population residing in the city, in addition to documents assets and the legislation instituted in this instance. The social representations of Bombinhas' cultural heritage are anchored in the local history of the mid-twentieth century and objectified in important cultural and economic activities at that time, such as artisanal fishing for mullet and flour mills. The objectification of Catholic cultural goods and/or considered Azorean heritage is also perceived. Also relevant is the government's role as heritage definer and the wide recognition of the intangible as local heritage. The information for these anchorages is conveyed mainly by the culture and tourism sectors of the city hall, as well as by civil cultural institutions.

Keywords: Cultural Heritage; Theory of Social Representations; Bombinhas-SC.

RESUMEN

Esta disertación tiene como objetivo identificar y analizar las representaciones sociales sobre el patrimonio cultural de Bombinhas-SC. Busca entender las relaciones entre inmigrantes y nativos a partir del patrimonio cultural, y teniendo el patrimonio como posibilidad de aproximación y alteridad. La investigación transita en el campo de la psicología social, patrimonio cultural, historia, sociología y lenguaje. Son presentados la ciudad y su contexto social para la comprensión de la creación y propagación de sus representaciones sobre el patrimonio. Igualmente, es presentado el concepto de patrimonio cultural, bien como elementos importantes en su definición y utilización, saber, ideología, cultura y hegemonía, discurso y poder; también importantes para la formación y operación de las representaciones sociales. Además, traemos la Teoría de las Representaciones Sociales (TRS) y su desarrollo por Moscovici, así como su progreso a partir de la inspiración proporcionada por las representaciones colectivas de Durkheim creadas anteriormente. También, discutiremos sobre la posibilidad de investigar el patrimonio cultural a partir de la TRS. El análisis lleva en consideración las relaciones sociales y sus fuerzas motrices para la creación y uso del patrimonio cultural. Son investigados, a partir de la Hermenéutica de Profundidad, de Thompson, entrevistas de Historia Oral con 6 mediadores culturales de instituciones civiles y de sectores del gobierno municipal, 381 formularios aplicados personalmente y de forma digital y respondidos por la población que vive en la ciudad, además de documentos patrimoniales y la legislación utilizada en esta instancia. Las representaciones sociales sobre el patrimonio cultural de Bombinhas están ancladas en la historia local a mediados del siglo XX y ejemplificadas en actividades culturales y económicas importantes en aquella época, como la pesca artesanal de la "tainha" (especie de pescado local) y el uso de molinos de harina. Son identificadas, igualmente, la objetivación en bienes culturales católicos y/o considerados de herencia azoriana. También, es importante el papel del gobierno como definidor patrimonial y el amplio reconocimiento de lo inmaterial como patrimonio local. Las informaciones para estas bases son vehiculadas, principalmente, por los sectores de cultura y turismo del ayuntamiento, bien como por las instituciones culturales civiles.

Palabras - clave: Patrimonio Cultural; Teoría de las Representaciones Sociales; Bombinhas-SC.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. BOMBINHAS E SUAS CARACTERÍSTICAS	17
2.1 Apresentando a cidade	17
2.2 Patrimônio Cultural de Bombinhas, legislação e tensões identitárias.....	21
2.3 Atores do Patrimônio Cultural Bombinense.....	30
3. PATRIMÔNIO CULTURAL: DE QUEM E PARA QUEM?	36
3.1 Ideologia	44
3.2 Cultura e hegemonia	50
3.3 Discurso e poder	53
4. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL	61
4.1 Representação Social por Moscovici.....	61
4.2 Conhecimento social	68
4.3 Teoria das representações sociais e representação coletiva.....	69
4.4 Representações sociais e o patrimônio cultural	75
5. PATRIMÔNIO CULTURAL DE BOMBINHAS E SUAS REPRESENTAÇÕES.....	78
5.1 Percurso metodológico	78
5.2 Representações sobre a história bombinense.....	87
5.3 O processo de criação patrimonial, as relações sociais e as representações sobre o patrimônio cultural.	96
5.4 Nativos e “de fora”	130
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
REFERÊNCIAS	136
APÊNDICE - A	151
APÊNDICE - B	152
ANEXO – A.....	155

1. INTRODUÇÃO

A forma como as pessoas vivem e relacionam-se entre si, buscando esquecer ou enaltecer e dar continuidade às memórias compartilhadas coletivamente, fascinam-me há algum tempo. O meu percurso formativo é composto pela licenciatura em História (2007) e especialização em Educação Ambiental (2009). Já a trilha profissional iniciou com a função de fazer acompanhamento pedagógico a visitantes no Museu do Imigrante em Timbó-SC (2005-2009), posteriormente, fui responsável pelas divisões de cultura e música da Fundação Cultural de Timbó (2009-2013) e professora na rede pública estadual de educação de Santa Catarina (desde 2013). Esses foram os meus passos para a interdisciplinaridade no intento de relacionar minha formação, experiências profissionais e gostos pessoais. Eis, então, que tenho, em 2021, a possibilidade de reingressar e cursar o Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* de Patrimônio Cultural e Sociedade, da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), após problemas pessoais terem levado à perda do prazo na primeira entrada no programa em 2017.

Enquanto professora efetiva da rede estadual catarinense de ensino, em Bombinhas, no bairro de Bombas, que atende os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, onde atuo desde fevereiro de 2014, percebo características populacionais bastante peculiares. Em virtude da escola historicamente oferecer, além da oitava e nona séries dos anos finais do Ensino Fundamental no período vespertino, modalidades diferenciadas de Ensino Médio nos períodos integral e noturno. Por isso, atendemos alunos de todos os bairros da cidade. Dessa forma, pode-se perceber a grande quantidade de migrantes, tanto de Santa Catarina quanto de outros estados e países, que adotaram a cidade como lugar para viver, seja em busca de trabalho ou de melhor qualidade de vida.

Assim, a amálgama de acontecimentos seguidos, contínuos, interrompidos, bruscos ou suaves, vívidos ou esmaecidos, felizes ou não, sem controle e sob controle, fazem a vida. E, na subjetivação pessoal dessas interações confusas, pois não as percebemos em todas as suas relações, traçamos significados, que muitas vezes nem percebemos para elas. Dessa forma, nas interações e vivências diárias, na mescla da vida no trabalho, no lar, na universidade e na sociedade foi construído esse material, que se pretende humildemente útil para alguém, além de mim.

Desse modo, a escolha do tema e a construção do objeto de pesquisa ocorreu durante o ano de 2017. Foi resultado das discussões ocasionadas pelas disciplinas obrigatórias e eletivas, e de acordo com o projeto guarda-chuva, naquele momento, da professora

orientadora vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade - PPGPCS e ao Grupo de Pesquisas Interdisciplinares em Patrimônio Cultural (GEIPAC).

As discussões iniciais para a pesquisa versaram sobre as percepções das questões identitárias presentes na cidade de Bombinhas/SC, local onde vivo¹ desde 2014. As diferenças culturais, a forma como os relacionamentos se desenrolavam, as atividades culturais da cidade e o público que delas participava, as observações comportamentais sobre a cultura local entre os alunos moradores no município desde o nascimento e os alunos migrantes e as inúmeras atividades da escola EEB Maria Rita Flor onde trabalho, impulsionaram para uma delimitação abrangente.

O Museu Comunitário Engenho do Sertão, por ser a instituição museal mais antiga da cidade, pela diversidade de suas ações e pela sua representatividade na região, esteve cotado como objeto de pesquisa durante algum tempo. Entretanto, a vontade de entender as relações entre migrantes e nativos a partir do patrimônio cultural, e tendo o patrimônio como possibilidade de aproximação e alteridade, foi determinante na definição do tema de pesquisa.

Assim, a população, por meio de formulários, e alguns mediadores culturais, por meio da História Oral, juntamente com documentos do poder público e leis sobre o patrimônio cultural foram trazidos para integrar este trabalho, no qual investigamos as representações da população local sobre o patrimônio cultural bombinense e o pertencimento que sentem em relação ao mesmo, entre outros questionamentos.

As diferentes linguagens, vindas dos diferentes suportes de pesquisa e as posições diferenciadas que cada um dos participantes da pesquisa ocupava socialmente, se fizeram imprescindíveis nesta pesquisa devido às bases em semiótica e linguagem presentes na Teoria das Representações Sociais de Moscovici (2015) - (TRS), viés pelo qual lapidamos o objeto de pesquisa e coletamos os dados, para compreender o contexto no qual as representações são criadas e como são compartilhadas. Desse modo, a TRS foi escolhida por proporcionar amplitude de compreensão do objeto de pesquisa (ALMEIDA; JODELET, 2009 *apud* FERRARI, 2013). Igualmente, por trazer linguagens múltiplas à cena contingenciando o entendimento simbólico construído historicamente por um grupo ou sociedade.

Assim, buscamos nos estudos das linguagens informações para um entendimento contextual mais amplo, o que se requer para o estudo das representações sociais, e é necessário para a compreensão das representações compartilhadas socialmente por uma

¹ Ora o texto aparece na primeira pessoa do singular e ora na primeira pessoa do plural, propositalmente. Pois, deste modo, enfatizo a construção da pesquisa, ora no “eu” e ora no “nós”. Pois é impensável um resultado desejável sem o acompanhamento da orientadora, que mesmo nos momentos “eu” ecoa.

comunidade. Dessa forma, compreendemos que a linguagem carrega os significados que atribuímos, o que, em nosso olhar interdisciplinar, condiciona as construções de significados individual e coletivamente, além de colaborar para as transformações do processo histórico.

Sobre as Representações Sociais (RS), Moscovici (1978), em suas elaborações iniciais, afirma que são compreendidas em uma realidade social em que são criadas quando o novo ou o não familiar é incorporado aos universos consensuais. Operando-se, nesse momento, os processos pelos quais ele passa a ser familiar, perde a novidade, tornando-se socialmente reconhecido e real. Logo, as representações sociais colaboram para a forma de agir em sociedade e são fruto das interrelações específicas entre o indivíduo e os grupos dos quais faz parte (DOISE, 1984).

Segundo Jodelet (2005, p.471), as representações sociais são:

[...] imagens condensadas de um conjunto de significados; sistemas de referência que nos permitem interpretar o que nos acontece e até dar sentido ao inesperado; categorias usadas para classificar as circunstâncias, os fenômenos e os indivíduos com quem temos algo a ver [...] formas de conhecimento social que nos permitem interpretar a realidade cotidiana [...] um conhecimento praticante que forja a evidência de nossa realidade consensual.

Ainda, para Farr (1984) as RS são sistemas de valores, ideias e práticas com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que permita aos indivíduos se orientarem no mundo material e social e dominá-lo; segundo, para permitir a comunicação entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para compartilhamento social, além de um para nomear e classificar inequivocamente os vários aspectos de seu mundo, além de sua história individual e grupal.

Assim, a Teoria das Representações Sociais tem sido amplamente utilizada para analisar diferentes objetos ou fenômenos, vários estudos têm focalizado aspectos do processo saúde-doença, educação, bem como outras manifestações de grande impacto social, tais como emigração, papéis de gênero, diversos aspectos do funcionamento familiar, trabalho, vida cotidiana, turismo, dentre outros (PERERA, 2005). Ainda, verifica-se que a utilização dessa teoria é abundante, mas os temas abordados continuam sendo majoritariamente os referidos por Perera (2005).

Isso posto, quanto as contribuições em pesquisas sobre representações sociais e patrimônio cultural, o PPGPCS da Univille, por meio do GEIPAC, possui relevância nas produções da área, visto que foram escritas diversas dissertações, publicados trabalhos em capítulos de livros e artigos nacionais e internacionais (SCHWARZ; GUEDES; FERRARI, 2018).

Como visto, enquanto professora e pesquisadora, considero imprescindível a interdisciplinaridade e entendo o Patrimônio Cultural como temática holística. Sendo assim, a interdisciplinaridade é uma característica considerada necessária às ciências modernas segundo Assis (2000). Além disso, está em consonância com o PPGPCS e as demandas sociais relativas ao patrimônio cultural no que tange atentar para a convivência harmoniosa e respeitosa entre culturas e manifestações culturais diversas, os locais e as formas como estas manifestações são representadas. Assim, a atuação interdisciplinar “significa defender um novo tipo de pessoa, mais aberta, mais flexível, solidária, democrática” (SANTOMÉ, 1998, p. 45). Nesse ínterim, são abordados conceitos relativos à Psicologia Social, Estudos Culturais, História, Sociologia, Turismo e Linguagem.

O Patrimônio Cultural está ligado ao lugar e às pessoas que o habitam, individualmente e em conjunto. O que é importante lembrar, além de como lembrar e porque lembrar, são questionamentos intrínsecos à nossa temática. Pertencer a algum local, seja desde o nascimento ou por opção ao longo da vida, requer memórias e interações, às quais podem conter sentimentos diversos e divergentes. Hartog (2006, p. 266) destaca que

[...] o patrimônio se encontra ligado ao território e à memória, que operam um e outro como vetores da identidade: a palavra-chave dos anos 1980. Mas, trata-se menos de uma identidade evidente e segura dela mesma do que de uma identidade que se confessa inquieta, arriscando-se de se apagar ou já amplamente esquecida, obliterada, reprimida: de uma identidade em busca dela mesma, a exumar, a “bricoler”, e mesmo a inventar. Nesta acepção, o patrimônio define menos o que se possui, o que se tem e se circunscreve mais ao que somos, sem sabê-lo, ou mesmo sem ter podido saber. O patrimônio se apresenta então como um convite à anamnese coletiva. Ao “dever” da memória, com a sua recente tradução pública, o remorso, se teria acrescentado alguma coisa como a “ardente obrigação” do patrimônio, com suas exigências de conservação, de reabilitação e de comemoração.

Desse modo, os capítulos da dissertação versam sobre distintas teorias, como a Teoria das Representações Sociais e o Patrimônio Cultural, ideologia, discursos. Além de debruçar-se sobre concepções dos bombinenses sobre o Patrimônio Cultural, passando por tensões e imbricamentos, principalmente, ligados às características populacionais, que se alteram frequentemente até por contar com uma população flutuante na temporada de verão e do turismo em si. Igualmente relevante são as representações e ações dos mediadores culturais em instituições públicas e privadas, de origem civil ou governamental, sobre as questões patrimoniais na cidade de Bombinhas.

Como aconselham Spink e Gimenes (1994), para chegar à escrita, seguimos métodos e metodologias mistas. Assim, esta pesquisa se define como qualitativa, exploratória e com procedimentos técnicos múltiplos, a saber, explicativa, bibliográfica, documental e de levantamento.

A presente pesquisa tem na metodologia qualitativa suas raízes mais profundas, embora se utilize também de dados quantitativos para que a análise das informações seja mais vigorosa e holística, particularmente pela interdisciplinaridade proposta.

Corroboramos com o pensamento de Tozoni-Reis (2007, p.7), em que a pesquisa pode ser vista como um processo de “[...] *produção de conhecimentos* para a interpretação da vida, dos homens e das coisas, isto é, conhecimentos que nos auxiliem a compreender e a dar sentido à realidade vivida.”. Como não poderia deixar de ser, a pesquisa iniciou com a revisão da literatura, abordando temas como teoria das representações das sociais, patrimônio cultural, ideologia, psicologia social, interdisciplinaridade, entre outros. Pesquisamos nas bases de dados da Capes, Scielo, Google Acadêmico, EBSCO, e também em livros e dissertações e teses.

A seguir, para nos pautar no estudo das representações sociais sobre o patrimônio cultural de Bombinhas, atingindo a maior diversidade de moradores da cidade possível, foi imprescindível a definição dos sujeitos de pesquisa. Foram selecionados mediadores culturais, com entrevistas de História Oral, e população em geral com formulários, os quais foram aplicados parte presencialmente e parte de maneira digital entre os anos de 2018 e 2019.

Foram considerados como sujeitos de pesquisa, nas entrevistas orais (Apêndice I) e nos formulários (Apêndice B) aplicados, os mediadores culturais e a população em geral do município. O projeto de pesquisa foi submetido à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Univille (ANEXO II), dando atenção aos padrões éticos necessários de acordo com a legislação vigente, a exemplo da Resolução nº 510/2016, que tem por finalidade “o respeito pela dignidade humana e a proteção devida aos participantes das pesquisas”.

Os procedimentos de coleta de dados foram realizados da seguinte forma: a) definição dos mediadores culturais que seriam entrevistados; b) definição da amostragem populacional necessária para representar os cidadãos do município; c) aplicação dos formulários de forma física e digital; d) entrevistas de História Oral com os seis mediadores culturais e, por fim, e) levantamento de documentos governamentais e legislação sobre o patrimônio cultural de Bombinhas.

Após a coleta de dados em documentos escritos, entrevistas orais e formulários, prosseguiu-se com a exploração sobre os mesmos de acordo com o referencial teórico-metodológico da Hermenêutica de Profundidade proposto por John B. Thompson (2011). Essa referência se adequa ao nosso estudo em virtude de possibilitar a compreensão de ambientes sociais complexos, como é o caso de Bombinhas por suas constantes mudanças em virtude do turismo. Também, por se basear na razão discursiva e dialógica, o método propõe

argumentar sobre a plausibilidade das interpretações e possibilita que o pesquisador identifique a teia de sentidos e a relacionando com os eventos dos quais fazem parte (VERONESE; GUARESCHI, 2006).

Ainda, é importante dizer que utilizamos Norman Fairclough, e sua Análise Crítica do Discurso (ACD) como inspiração teórica, a qual direcionou nossa atenção para as dinâmicas sociais que podem vir a impactar os discursos das pessoas de forma consciente ou não. A partir dele e outros teóricos, em especial Gramsci, pensamos sobre poder, hegemonia, discurso, quem ouvimos, quem define as escolhas sociais, entre outros tópicos. Com esse uso dos seus escritos, o próprio autor concorda “[...] A ACD, na minha visão, é muito mais uma teoria que um método” (FAIRCLOUGH, 2012, p. 307).

Assim, segundo Veronese e Guareschi (2006, p. 87), utilizamos como metodologia a Hermenêutica de Profundidade devido a abertura metodológica oferecida por ela, porque a partir dela é possível:

[...] analisar o contexto sócio-histórico e espaço-temporal que cerca o fenômeno pesquisado, pode empreender análises discursivas, de conteúdo, semióticas ou de qualquer padrão formal que venha a ser necessário; pode analisar a ideologia como vertente social importante, conferindo um caráter potencialmente crítico à pesquisa [...]

Acreditamos que as intensas transformações pelas quais passa o município de Bombinhas/SC são campo fértil para as investigações que ocorrem por questões ligadas a mudanças. Desse modo, apresentamos a cidade, os conceitos e teorias estudados e os relacionamos e analisamos, conforme destacamos na descrição dos capítulos.

Desta forma, no primeiro capítulo, é apresentada a cidade de Bombinhas, de modo que haja a compreensão do contexto local e as características sociais que influenciam nas vontades patrimoniais locais. Também, apresentamos os setores governamentais e as instituições das quais entrevistamos pessoas que denominamos por “mediadores culturais”, apesar de nem todos estarem em funções da área da cultura, mas possuem relação significativa com o patrimônio cultural. Essa conjuntura é imprescindível para pensar a formação e propagação das representações sociais. Ainda, este capítulo foi construído de forma descritiva.

O segundo capítulo da dissertação trata sobre o conceito de Patrimônio Cultural e a respeito de como são construídos os patrimônios culturais a partir das ideologias e das tensões que coexistem em uma comunidade. Para tanto utilizamos a revisão de literatura e trazemos autores como Pelegrini, Choay, Zanirato, Meneses, Fonseca, Althusser, Gramsci, Fairclough, entre outros.

No terceiro capítulo, igualmente por meio da revisão de literatura, apresentamos a forma como o conhecimento de senso comum é construído e a Teoria das Representações Sociais, ambos como pano de fundo para a questão do pertencimento relativo ao patrimônio. Aqui são trabalhados autores como Moscovici, Castorina, Marková e Jodelet.

No quarto capítulo, por meio da Hermenêutica de Profundidade, são apresentadas as representações sociais sobre o Patrimônio Cultural de Bombinhas presentes em discursos de mediadores culturais, colhidos por meio de História Oral, materiais comunicativos e documentos de instituições que colaboram para as questões culturais. Por esse motivo, influenciam no processo de produção, consolidação ou reestruturação de representações. Identificamos fragilidades e potencialidades em conceitos ou ações que poderão ser trabalhadas, posteriormente, para alcançar mais desenvolvimento humano e sustentabilidade social, além de contribuírem para o fortalecimento da identidade dos cidadãos.

Desse modo, esperamos que os capítulos que seguem sejam um entrelaçamento significativo entre conceitos científicos e dados do cotidiano. Como resultado final, esperamos o aprofundamento de questões essenciais de convivência com expressões de empatia e alteridade.

2. BOMBINHAS E SUAS CARACTERÍSTICAS

Este capítulo tem como objetivo apresentar distintas características da cidade, como: a) sua área e sua demografia; b) a população e a construção identitária dela a partir do patrimônio cultural instituído legalmente e c) expor de que forma os setores governamentais e as instituições locais, relacionadas e mais notórias, trabalham as questões patrimoniais. Desse modo, criaremos o pano de fundo necessário para pensarmos os processos de criação e propagação de representações sociais sobre o patrimônio local.

2.1 Apresentando o lugar

O município de Bombinhas possui caracterização geográfica de península, localizado no litoral centro-norte do estado Santa Catarina (Figuras 1 e 2), e estando distante 132 km de Joinville e 70 km de Florianópolis, capital do estado (BOMBINHAS, 2013). Possui belíssimos recortes geográficos nos seus 36 km² dos quais 70% são área de preservação permanente, com paisagens diversificadas do bioma Mata Atlântica, ecossistemas de floresta ombrófila densa, restingas, mangues, costões rochosos e 39 praias de características distintas, desde a textura da areia até a cor da água e sua formação de ondulação incorporando marés agitadas ou calmas. Em sua área, possui três Unidades de Conservação, o Parque Natural Municipal do Morro do Macaco, o Parque Natural Municipal da Galheta e a Área de Relevante Interesse Ecológico da Costeira de Zimbros (BOMBINHAS, s/d).

Figura 1 - Localização de Bombinhas/SC



Fonte: Raphael Lorenzeto de Abreu (2006).

Figura 2 - Bombinhas e região circunvizinha em imagem do satélite Landsat (ca. 2000).



Fonte: NASA (2010).

De acordo com Ricken et al (2014), a ocupação territorial desse espaço registra a presença de povos sambaquianos (com dois sítios arqueológicos registrados junto ao IPHAN), de indígenas da grande nação tupi-guarani, denominados regionalmente por Carijós, e de imigrantes portugueses/açorianos e ericeirenses², além de escravos africanos, em períodos distintos. Os imigrantes portugueses em conjunto com os conhecimentos indígenas originaram uma comunidade tradicional pesqueira (KOHL, 2014).

A partir da década de 1960, soma-se à população nativa local, que pertencia ao município de Porto Belo até sua emancipação político-administrativa em 1992, uma população flutuante na temporada de verão. Esse fato fez com que melhorias fossem concedidas em relação à infraestrutura, como, por exemplo, a implantação da rede de água, eletricidade, transporte coletivo e a otimização das estradas de rodagem. Em virtude das boas condições de balneabilidade e das características paisagísticas – com o que corrobora Cruz

² Imigrantes oriundos da freguesia de Ericeira, que fica no município de Mafra, Portugal.

(2014), quando cita o patrimônio natural como maior atrativo de turistas ao município –, bem como das benfeitorias, na década de 1970, cresceu rapidamente o número de segundas residências, casas de praia dos veranistas. Em decorrência disso, as famílias nativas, que tinham como principal atividade econômica a pesca, passaram a complementar suas rendas alugando suas residências e igualmente abrindo estabelecimentos comerciais, ambos vinculados ao turismo (IBGE, 2010).

Na temporada de verão, especialmente nos meses de janeiro e fevereiro, a cidade concentra uma população que excede seus habitantes fixos cerca de três vezes. Quanto à estrutura de hospedagem, Bombinhas possui 110 pousadas e hotéis registrados pela Secretaria de Turismo do município (BOMBINHAS, 2023). Além de boa parte de seus domicílios ociosos que são alugados no período, muitos deles tendo sido construídos com esta finalidade, o que contribui para a complementação da renda dos munícipes (BOMBINHAS, 2017).

Dessa forma, o dado, disponibilizado pelo portal da Prefeitura de Bombinhas, que aponta serem utilizados apenas 32,5% dos domicílios para moradia durante o ano inteiro é compreensível. Essa sazonalidade implica problemas de gestão urbana, não permitindo o investimento dos recursos de forma amplamente satisfatória devido às condições extremamente diferenciadas em quantidade de população e necessidade de infraestrutura ao longo do ano (BOMBINHAS, 2017).

A população de Bombinhas era de 5.823 pessoas em 1996, passou para 14.293 em 2010 e, segundo a estimativa, 20.889 em 2021, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2023). Segundo o sítio eletrônico de Bombinhas, na atualidade, a população flutuante é de 60 a 80 mil habitantes, durante os meses de dezembro a março, quando a cidade é interesse de veranistas e turistas (BOMBINHAS, 2023).

Figura 3 - Praia de Bombinhas na temporada de verão



Fonte: PEREIRA (2013).

O contingente populacional se divide por nove bairros: Centro, Bombas, Zimbros, José Amândio, Sertãozinho, Morrinhos, Canto Grande, Mariscal e Quatro Ilhas. Cada bairro possui características específicas, principalmente no aspecto demográfico. Entre elas, podemos destacar os bairros de Zimbros e Canto Grande, os quais possuem muitos moradores autóctones, já Bombas possui a maior extensão e é o mais populoso e José Amândio possui grande parte de seus domicílios habitados por migrantes.

Corroborando com a observação supracitada, estão os dados do Censo 2010 (IBGE, 2010) quanto à migração para o município de Bombinhas. Quando a população foi questionada sobre residir na cidade antes de 31 julho de 2005 (pois, no censo anterior, o município ainda era parte de Porto Belo), 3.295 pessoas do total de 14.293 com residência fixa informaram ter migrado posteriormente a essa data, o que demonstra a elevada taxa de crescimento demográfico anual, a qual se aproxima de 5%. As regiões brasileiras de onde se originam as pessoas que se estabeleceram no município e suas respectivas quantidades também podem ser observadas no censo, sendo que 126 pessoas eram provenientes da região Centro-Oeste, 285 da região Nordeste, 46 da região Norte, 803 da região Sudeste, 12.781 da região Sul (não sendo especificado o estado de onde se originam), 68 pessoas brasileiras sem região especificada e 184 pessoas de origem estrangeira.

Confrontando os dados de migração e nascimentos quanto ao crescimento da população local, salienta-se que não há hospital nem maternidade no município. O índice de nascidos vivos na estatística de registro civil em Bombinhas, por ser o local de residência da mãe, no período de 2004 e 2015, varia entre 159 em 2008 e 280 em 2015, com média de 217

registros anuais e o total de 2.604 registros para esse período (IBGE, 2010). Com os dados expostos, compreende-se um crescimento demográfico decorrente mais de migração para a cidade do que de nascimentos registrados na mesma, mesmo considerando a infraestrutura de saúde oferecida.

Em outro ponto, a biodiversidade marinha, bastante abundante da região, resulta do encontro de correntes marítimas. A altíssima diversidade de espécies marinhas pode ser verificada a exemplo da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo, unidade de conservação federal. Essa possui um arquipélago no seu interior, constituído pelas ilhas do Arvoredo, Galé, Deserta e Calhau de São Pedro, localizada entre os municípios de Bombinhas e Florianópolis, além da ilha do Macuco que se localiza fora da reserva ecológica e próxima à zona costeira do município bombinense (ICMBIO, s/d).

É preciso ressaltar que é a abundância da fauna marinha que permite que a população possa exercer a pesca artesanal como uma de suas atividades econômicas e culturais, distinguindo-se como comunidade tradicional de pesca (MEDEIROS et al, 1997; SILVA et al, 2015). Tal designação é referendada pela Lei Ordinária 1.578, de 10 de novembro de 2017, a qual autoriza e ordena a regularização dos ranchos de pesca e aquicultura em área de marinha, dispensando do recuo imposto pelo plano diretor em toda a orla da cidade.

Dentre as atividades econômicas, o município possui empresas majoritariamente no setor terciário, com diferentes atividades prestadas direta ou indiretamente aos serviços turísticos (SEBRAE/SC, 2013).

No âmbito da nossa pesquisa, ao lugar precisam ser somadas as pessoas que o habitam. Então, quem é esse povo? Tendo exposto a cidade, precisamos pensar na identidade da população local, a qual apresentamos discutindo o patrimônio cultural bombinense e como ele está institucionalizado.

2.2 Patrimônio Cultural de Bombinhas, legislação e tensões identitárias

Quando se fala em patrimônio cultural, é quase um lugar-comum apontar que os bens que constituem o repertório de uma determinada sociedade ou grupo carecem de um valor permanente e intrínseco. Ao contrário, indica-se que seu valor está no significado cultural que lhes é dado. O valor dos bens está mais na substância do que na forma, mais no conteúdo do que no recipiente. E esse significado não é fixo, mas, ao contrário, é ou pode ser mutável.

Alguns bens considerados muito significativos durante um tempo podem deixar de sê-lo ao longo do tempo, porque a população ou setores específicos dela não se sentem

identificados com eles. Podem até mesmo serem rejeitados, pois podem ser reinterpretados como símbolos que violam valores firmemente estabelecidos e ideologias que desejam se impor como hegemônicas. Há, portanto, bens culturais que ora são disseminados como importantes e assim considerados. Ora, fontes de reflexão sobre imposição hegemônica, violência ou outros questionamentos que ressignificam o bem cultural. (VITOR; SANTOS, 2011).

Em outros casos, os bens podem continuar sendo considerados referências culturais para uma população ou setores dessa, mas seu significado cultural é retrabalhado ao longo dos anos ou séculos.

Com tudo isso, vê-se que o patrimônio cultural, por sua natureza dinâmica e mutável - ou seja: nem imutável nem imanente - é uma construção social. Os bens patrimoniais são vivenciados como tais não por conter um valor inerente ou essencial e inalterável. Sim, são percebidos em um contexto social concreto como símbolos que gozam de grande valor e que comunicam uma determinada versão da realidade que, muitas vezes, se torna um instrumento para reafirmar o sentimento de pertencimento a uma comunidade (RODRIGUES, 2018).

Uma perspectiva alternativa à abordagem do objeto seria o estudo dos processos de seleção e ativação do patrimônio, campo central de pesquisa da Antropologia. A partir desse ponto de vista, o patrimônio é interpretado em seu contexto social como um processo dinâmico e dialético, o que significa incorporar o aspecto político à análise. Nesse sentido, diferenciamos três níveis: a) a determinação de quais bens fazem parte do patrimônio de uma comunidade; b) a definição de seu conteúdo e c) sua ativação social. Em todas as três áreas, a dinâmica do conflito ou a luta entre diferentes setores rivais quase sempre intervém (SILVA JUNIOR; OLIVEIRA TAVARES, 2018).

Quanto ao primeiro nível, a determinação do patrimônio, alguns setores consideram que é necessário incorporar um bem específico ao repertório de uma sociedade por entenderem que seu valor social exige seu reconhecimento como patrimônio coletivo. Ao contrário, outros grupos desprezam, rejeitam ou subestimam o valor do bem que se propõe, estimando diferentes critérios na determinação do que é patrimônio.

Quanto a definição dos conteúdos, alguns coletivos consideram que os bens são representativos da sociedade por ter valores históricos, artísticos ou etnológicos que refletem uma interpretação específica da história e da identidade. Enquanto outros o descartam porque não o consideram significativo ou propõem uma releitura de seu conteúdo de acordo com diferentes versões dessa história e dessa identidade.

O terceiro nível de análise é a ativação do patrimônio. A defesa do valor patrimonial de um bem gera uma dinâmica em que seus defensores apostam no reconhecimento social desse. Realiza-se ações específicas como a reivindicação de preeminência da natureza coletiva da propriedade sobre a privada, ou a exigência de fundos do poder público e a aplicação de servidões, ou limitações específicas à propriedade.

Desde a década de 1930, Santa Catarina tem implementado políticas públicas para proteger seu patrimônio cultural, especificamente o patrimônio edificado. No entanto, por cerca de quarenta anos, essas políticas foram lideradas exclusivamente pelo órgão federal de preservação e baseadas no Decreto-lei federal n. 25 de 1937. Esse instrumento legal estabeleceu que os bens a serem preservados deveriam estar relacionados a eventos históricos importantes do Brasil ou possuir valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico excepcional. Consequentemente, os bens selecionados para proteção deveriam ter uma natureza excepcional e uma dimensão nacional (GONÇALVES, 2011).

Desde a década de 1960, houve esforços para criar uma legislação específica sobre patrimônio cultural em Santa Catarina. Em 1961, o governador Ivo Silveira nomeou uma comissão especial para organizar um Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico do Estado e um projeto de lei foi elaborado pelo pesquisador Oswaldo Rodrigues Cabral. Desde 1961, a lei estadual atribuiu ao Departamento de Cultura a responsabilidade de proteger obras e documentos de valor artístico, literário e histórico. A Lei n. 5.056 de 1974 foi o marco inicial para a proteção do patrimônio cultural do estado, mas foi revogada poucos anos depois e substituída por outras leis posteriormente (GONÇALVES, 2011).

De acordo com a lei de 1974, o patrimônio cultural do estado de Santa Catarina incluiria bens móveis ou imóveis, como obras, monumentos e documentos, cuja conservação fosse de interesse público, seja por sua relação com eventos históricos importantes do estado ou do país, seja por seu valor excepcional arqueológico, etnográfico, bibliográfico, artístico ou religioso. Já o patrimônio natural, incluindo monumentos naturais, paisagens e locais de beleza singular, seria regulado por lei especial. É possível observar a similaridade com o Decreto-lei n. 25/37, com algumas adaptações, como a referência a eventos históricos importantes do próprio estado e a preocupação com o valor religioso (GONÇALVES, 2011).

Durante o período entre 1974 e 2006, o tombamento foi o principal instrumento utilizado pelo estado de Santa Catarina para proteger bens culturais. A política de preservação do patrimônio cultural estadual se concentrou em bens considerados excepcionais do ponto de vista histórico e artístico, como definido pelo Decreto-lei federal n.25/37 de 1937. O foco especial foi nos talentos construtivos das gerações de imigrantes e seus descendentes, cujo

acervo, pela sua amplitude e qualidade, garantiria a singularidade e importância do patrimônio catarinense no cenário brasileiro (GONÇALVES, 2011).

Ainda, em Santa Catarina, a Lei nº 17565/2018 consolida as leis anteriores em relação ao patrimônio cultural estadual. Nessa, são apresentados, em dois anexos, a listagem dos 15 bens culturais instituídos como patrimônio para o estado. São estabelecidos procedimentos sobre tombamento e seus efeitos, sobre os museus com vínculos governamentais em esfera estadual, funções da Fundação Catarinense de Cultura em relação a tombamentos e revogação de leis patrimoniais anteriores (SANTA CATARINA, 2018). Vinculado ainda diretamente ao patrimônio cultural, está o Decreto 2.504/04, o qual institui as formas de registro de bens culturais imateriais (SANTA CATARINA, 2004).

É importante notar que, mesmo tendo objetivos semelhantes, como garantir a proteção e valorização do patrimônio cultural, cada um desses marcos legais possui características e abrangências diferentes. Todavia, há interrelação entre os documentos legais produzidos nas diversas instâncias, sendo que se observa uma influência das diretrizes da UNESCO nas demais esferas citadas. Também, devido às normas legais, as leis das unidades da federação sempre são posteriores às inserções federais. Salientamos isso para dizer que, enquanto a federação não legislou sobre o patrimônio imaterial e natural, pouco se falou ou fez sobre o mesmo. Apenas após leis e programas da União, essa ampliação conceitual do patrimônio foi ganhando espaço nos discursos e práticas do poder público em Santa Catarina.

Segundo Loures (2018), além dos objetivos principais de proteção e valorização do patrimônio cultural, as leis também buscam promover a pesquisa e difusão do conhecimento sobre esse patrimônio, contribuindo para a sua compreensão e valorização pela sociedade. É importante destacar que as leis também estabelecem mecanismos de fiscalização e sanções para garantir o cumprimento das normas estabelecidas, além de possibilitar a participação da sociedade na gestão do patrimônio cultural.

É importante ressaltar que essas leis também buscam promover a inclusão social, garantindo o acesso do patrimônio cultural a toda a sociedade, independentemente de sua origem ou condição socioeconômica. Além disso, também buscam garantir a preservação do patrimônio cultural para as gerações futuras, promovendo a sua transmissão intergeracional (GOMES, 2020).

Outro ponto relevante, destacado por Gomes (2020), é que essas leis também buscam garantir a preservação do patrimônio cultural em situações de risco, como em casos de desastres naturais ou intervenções urbanísticas. Isso envolve a implementação de medidas de prevenção e ações de recuperação em caso de danos ao patrimônio cultural.

Além disso, Santos (2019) salienta que é importante destacar que, estão entre os bens instituídos como relevantes para preservação, tradições, costumes, línguas e conhecimentos das comunidades indígenas e afrodescendentes, não apenas dos bens culturais resultantes da colonização europeia. Isso inclui a proteção de direitos autorais e a valorização de práticas culturais tradicionais.

Em suma, as leis que estabelecem e cuidam do patrimônio cultural procuram garantir para as gerações futuras, proporcionar inclusão social e representar as populações envolvidas.

Nesse sentido, o patrimônio cultural que mais tem ganhado notoriedade em Bombinhas é a pesca artesanal da tainha. Essa tradição, como citado anteriormente, tem origens nas práticas indígenas mescladas aos conhecimentos trazidos pelos portugueses que ocuparam a região. Assim, na definição midiática do poder público, a população é caracterizada como uma comunidade tradicional de pesca, e essa, englobando não apenas a artesanal e da tainha, é uma das principais atividades econômicas da cidade, incluindo os outros tipos de pesca.

Ainda, para pensar a importância histórica da pesca nesse lugar, é relevante apontar a presença de sambaquis³, como evidenciado pelos dos vestígios arqueológicos que mostram a ligação dos habitantes primitivos com o mar. Desse modo, a pesca tem tanto significado histórico-cultural quanto econômico para a população local.

Devido a necessidade de criação de identidade, que veremos a frente, e às questões de mudanças estruturais da cidade em virtude do turismo, a legislação sobre o Patrimônio Cultural tem demonstrado propensão para definir o imaterial como identificação da localidade, conforme se pode perceber na legislação vigente.

Nesse contexto, a Pesca Artesanal da Tainha foi registrada como patrimônio cultural do município por meio da Lei nº 1285, de 04 de julho de 2012, e caracteriza-se por seu modo operacional seguir o fazer artesanal e tradicional ainda na atualidade.

Ainda, no contexto histórico de desenvolvimento econômico local, existe a “Farinhada”, atualmente desenvolvida apenas para subsistência, com forte resistência e fortalecimento do vínculo cultural, instituída como patrimônio histórico, artístico e cultural do município de Bombinhas por meio da Lei nº 1328 de 08 de agosto de 2013. A denominação “Farinhada” foi concedida à forma de produção de farinha em engenhos artesanais rudimentares que preservam o modo de fazer com equipamentos tradicionais, em alguns

³ Os sambaquis são vestígios arqueológicos pré-históricos encontrados no litoral de Santa Catarina, e em outros estados, os quais possuem ossos de peixes, conchas, entre outros.

locais com peças centenárias. Esses espaços resistem à especulação imobiliária oriunda do turismo na região por se constituírem como espaços de comemoração e ritual familiar, objetivando reviver memórias das épocas de produção de farinha de mandioca (CRUZ, 2014).

Igualmente, a legislação do município institui como patrimônio cultural, além da “Farinhada”, a “Consertada”, bebida típica e tradicional da cidade cuja base é o café amanhecido acrescido de açúcar, cravo, canela, gengibre, erva-doce e cachaça, por meio da Lei nº 1318 de 23 de maio de 2013. Nesse mesmo contexto, foi registrada a Pesca Artesanal da Tainha, cujo modo operacional segue o fazer artesanal e tradicional, por meio da Lei nº 1285 de 04 de julho de 2012. Ainda, a cidade também reconheceu o valor dos “Mestres da Cultura Tradicional de Bombinhas”, que presta titulação nessa nomeação às pessoas cujas vidas e obras foram dedicadas à cultura tradicional bombinense, por meio da Lei nº 1326 de 23 de julho de 2013.

Perfazendo esse mesmo caminho, Bombinhas possui mais leis que regulamentam e dirigem questões que tangem ao patrimônio cultural, a exemplo da Lei nº 1502/2016, que declara a "Corrida de canoas de um pau só" integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do município de Bombinhas. Mesmo processo com a Lei nº 1594/2017, a qual declara o Terno de Reis Patrimônio Cultural e Imaterial do Município de Bombinhas. Já a lei nº 1663/2019, que declara a "Procissão De Nossa Senhora Dos Navegantes" integrante do Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Bombinhas. Também a Lei nº 1.726/2020, a qual dispõe sobre os Instrumentos de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Bombinense. Por fim, a Lei nº 1.727/2020, que declara como Patrimônio Cultural, Material e Imaterial no Município de Bombinhas, a festa do Divino Espírito Santo. Também há outras que regulamentam orçamentos, por exemplo.

Quanto ao patrimônio natural, pois a cidade é destaque no turismo por conta das suas belezas naturais, há 4 unidades de conservação na cidade: Parque Natural Municipal da Galheta, Parque Natural Municipal Morro do Macaco, Parque Natural Municipal Costeira de Zimbros, e, de responsabilidade federal, a Reserva Biológica Marinha do Arvoredo (BOMBINHAS, 2023). Legislando sobre os parques municipais, temos o Decreto nº 2441/2018, o “qual institui o Conselho Consultivo Integrado dos Parques Naturais do Município de Bombinhas e dá outras providências”. Também há o Decreto municipal nº 2.578/2020, que “define critérios e procedimentos administrativos para a compensação ambiental em Unidades de Conservação no município de Bombinhas” (PORTAL LEIS MUNICIPAIS, 2023).

Percebemos que, embora a gestão pública municipal do período 2009-2012 tenha iniciado o processo de patrimonialização da cultura no município, é a partir de 2013 que, além da aprovação de leis vinculadas à cultura, são tomadas iniciativas mais notáveis para valorização e proteção do Patrimônio Cultural da cidade. Enquanto isso, para o patrimônio natural, não existem leis específicas.

Há uma construção oficial de discurso acerca da identidade bombinense. Essa é ratificada por um grupo de pessoas vinculadas às manifestações culturais institucionalizadas e por meio de legislação e práticas do governo municipal. Essa identidade é ser descendente de açoriano que pesca, plantou café, mandioca e tinha/tem engenho de farinha. Indígenas e afrodescendentes são timidamente lembrados. O mesmo ocorre com os migrantes das últimas décadas, são lembrados essencialmente nas questões relativas à mão de obra para a área turística, que é resultado do demasiado crescimento populacional da cidade e à ocupação dos postos de trabalho anuais.

Entretanto, é necessário que haja discussão sobre a tensão existente quanto às diversas identidades existentes e aquela que pautada na cultura de base açoriana devido o privilégio que se dá a essas memórias em detrimento das demais.

A rapidez com a qual se transforma a cidade e a população de Bombinhas traz à tona a questão das “interferências” culturais ocasionadas pelos fluxos turístico e migratório. Logo, as memórias junto às identidades levam às discussões sobre Patrimônio Cultural.

De acordo com Hall (2014), o conceito de identidade não deve ser essencialista. Pois, as identidades são múltiplas, fragmentadas e fraturadas, em constante processo de transformação. Ainda, “[...] a perspectiva desconstrutiva coloca certos conceitos-chave ‘sob rasura’. O sinal de ‘rasura’ (X) indica que eles não servem mais – não são mais ‘bons para pensar’ – em sua forma original, não-reconstruída” (HALL, 2014, p. 104). Dessa forma, é necessário discutir sobre as identidades, principalmente no que se refere à homogeneização. Pois,

[...] as “unidades” que as identidades proclamam são, na verdade, construídas no interior do jogo do poder e da exclusão; elas são o resultado não de uma totalidade natural inevitável ou primordial, mas de um processo naturalizado, sobredeterminado, de “fechamento” (BHABHA, 1994; Hall, 1993). (HALL, 2014, p. 110).

Néstor García Canclini (2015) problematizou a complexidade das relações interculturais que se estabelecem nos países latino-americanos, onde a modernidade ainda não chegou para todos, e mesclam-se a cultura erudita, popular e de massas levando ao fenômeno “hibridação cultural”.

As hibridações descritas [...] nos levam a concluir que hoje todas as culturas são de fronteira. Todas as artes se desenvolvem em relação com outras artes: o artesanato migra do campo para a cidade; os filmes, os vídeos e canções que narram acontecimentos de um povo são intercambiados com outros. Assim as culturas perdem a relação exclusiva com seu território, mas ganham em comunicação e conhecimento. (CANCLINI, 2015, p. 348).

O município de Bombinhas é caracterizado por grande quantidade de migrantes residentes e de turistas na temporada do verão, com o turismo de sol-e-praia. Dessa forma, as inter-relações culturais são intensas e promovem tensões, ao mesmo tempo em que as transformações culturais são incessantes, assim as relações com os patrimônios culturais igualmente vão se modificando e ressignificando.

Segundo Canclini (2015), todas as culturas da atualidade são de fronteira. Igualmente, Bauman (2012) afirma que todas as relações são construídas na zona de fronteira. O local de encontro entre as culturas é designado, por ambos os autores, como um lugar de fronteira, onde trocas são realizadas sejam tensas ou ternas.

Em toda fronteira há arames rígidos e arames caídos. As ações exemplares, os subterfúgios culturais, os ritos são maneiras de transpor os limites por onde é possível. Penso nas astúcias dos migrantes clandestinos nos Estados Unidos; na rebeldia paródica dos grafites colombianos e argentinos. Lembro-me das Mães da Plaza de Mayo dando voltas todas as quintas-feiras em uma ritualidade cíclica, com as fotos de seus filhos desaparecidos como ícones, até conseguirem, depois de anos, que alguns dos culpados sejam condenados à prisão. (CANCLINI, 2015, p. 349).

Para Vattimo (2002, p. 15), “quem administra a história são os vencedores, que conservam apenas o que se coaduna com a imagem que dela fazem para legitimar seu poder.”. Ao pesquisarmos os marcos legais municipais e seus desdobramentos, investigamos se eles instituem práxis que colaboram para que múltiplas memórias sejam valorizadas na construção da história do município. E, numa cidade marcada pelo fluxo constante de migrantes que fixam residência, poderemos verificar se, conforme Bauman (2012), “os de fora” e “os de dentro” apresentam dificuldade no diálogo intercultural.

É na sociedade que os diálogos e tensões entre as diferentes culturas acontecem. Segundo Zygmunt Bauman (2003), sociedade e comunidade possuem conotação semântica diferenciada. Enquanto sociedade tem sentido negativo de falta de segurança e liberdade, comunidade produz a sensação de acolhimento e proteção. Bauman discute o conceito de comunidade e a impossibilidade de alcance que temos quanto a mesma, que parece um paraíso perdido, que fica sempre no passado, ou algo que se almeja, sempre no futuro, em seu livro, “Comunidade” (2003). A noção de pertencimento discutida é importante para identificarmos e discutirmos as representações sociais sobre o Patrimônio Cultural.

O diálogo intercultural implica na metamorfose dos sujeitos e seu espaço, em decorrência, a cultura é constantemente remodelada e ressignificada. Para que o respeito à diversidade ocorra não é necessário relativizar valores culturais, mas dialogar no sentido de que as identidades sejam valorizadas em suas multiplicidades e dinâmicas. Sendo por meio da cultura que os homens transformam o mundo e dão novos sentidos às relações com outros sujeitos. Como também a criação de espaços de diálogo que possibilitam manifestações culturais destinadas aos diversos sujeitos, à interculturalidade, pode facilitar a alteridade e a cooperação. As diferenças culturais, raciais, de gênero, de classe “[...] não seriam problemáticas se fossem apenas diferenças. A questão central é que elas são hierarquizadas socialmente e se transformam em desigualdades” (BHABHA, 1998, p. 220).

Certos de que o Patrimônio Cultural tem características materiais e imateriais, naturais e culturais, as quais assinalam o lugar e a forma como vive uma determinada comunidade ou povo. Em Bombinhas, percebemos evidenciado, por meio da legislação do município, o patrimônio imaterial, pois estão patrimonializados modos de ser, fazer e viver. Igualmente, notamos as reservas ecológicas consideradas de relevante interesse para a sociedade bombinense e para o equilíbrio ambiental, porém não há leis criadas sobre as reservas, diferente dos bens culturais. Apenas há plano de manejo para a Costeira de Zimbros, mas não há lei específica sobre o cuidado com as reservas.

A administração municipal reconhece as manifestações culturais como sendo de base açoriana e promove atividades para consolidar a construção dessa identidade. A legislação municipal que dispõe sobre o Patrimônio Cultural, em geral, se propõe a valorizar, disseminar, conservar e promover bens, saberes e fazeres, que se relacionam às manifestações que representam o povo bombinense. Investigamos as representações da população local sobre o patrimônio, o sentimento de pertencimento do mesmo a si, o que lhes ocorre, toca, parece, integra, como Patrimônio Cultural de Bombinhas, entre outros questionamentos.

Para identificarmos as representações sociais sobre o patrimônio local e discutirmolas, é necessário contextualizarmos atividades dos órgãos governamentais, instituições culturais e dos mediadores culturais envolvidos com as questões patrimoniais, o que fazemos na seção seguinte.

2.3 Atores do Patrimônio Cultural Bombinense

A identificação dos atores culturais, agentes da identificação, construção, fomento, preservação, divulgação, entre outros, do Patrimônio Cultural da Cidade de Bombinhas foi feita por meio do reconhecimento dos órgãos e funcionários da gestão municipal e instituições reconhecidas socialmente como referência no assunto.

Entre os discursos analisados para essa dissertação, está o da Fundação Municipal de Cultura de Bombinhas, a qual foi instituída pela Lei Municipal nº 61, de 26 de novembro de 2007. Documento criado catorze anos após a estruturação político-administrativa do município, com a visão de se tornar referência na promoção e valorização da cultura. Estando entre seus valores “respeito às diferenças culturais e valorização da cultura de base local” (BOMBINHAS, 2018).

O desenvolvimento cultural da cidade e sua gente é consequência de seu patrimônio cultural e da criticidade adquirida em relação a esse. A proteção, valorização, significação e ressignificação acerca do mesmo são fundamentais tanto na educação formal quanto na educação não formal, a exemplo dos museus.

Também, as instituições museais são importantes para as discussões patrimoniais. Nesse sentido, o município conta com duas instituições museológicas, o Museu de História Natural Charles Darwin localizado na avenida Tatuíra, 1484, no bairro Canto Grande (em frente à entrada para o Mirante Eco 360) e o Museu Comunitário Engenho do Sertão (MCES). No entanto, vale ressaltar que, em outro momento, possuiu mais três instituições que não estão mais em operação, sendo: a) o Museu Família Schürmann, dirigido pelo Instituto Kat Schürmann; b) o Museu Naval Casa do Homem do Mar, que era sede do Instituto Soto Delatorre, e c) o Museu Aquário Marinho de Bombinhas, propriedade de Luis Eduardo Martins da Silva - todas as instituições de cunho privado. (BOMBINHAS, 2017). Sendo o MCES muito relevante para a nossa discussão, apresentamo-lo abaixo e discutimos brevemente as vontades museais locais.

Com interesse na arquitetura dos engenhos de farinha e buscando novos rumos de trabalho e vida, a ex-empresária do ramo hoteleiro, Rosane Luchtenberg comprou um antigo engenho no ano de 1997, localizado no bairro José Amândio e foi realocado para o bairro Sertãozinho, numa área cedida em comodato pelo empresário Vilmar Schurmann. Esse Engenho se tornou sede do Instituto BoiMamão Preservação e Fomento da Cultura e, conseqüentemente, do MCES (ENGENHO DO SERTAO, 2017). A paisagem mais rural desse bairro contribui para a preservação de patrimônios relacionados aos saberes, fazeres e às

memórias da população do município, os quais vêm sofrendo alterações devido ao turismo de sol-e-praia e as questões imobiliárias que dele advém (SILVA et al., 2017).

A criação de vários museus no município, embora não estejam mais todos em funcionamento, faz perceber a contingencial relevância social acerca da compreensão da realidade local no que tange às questões culturais, principalmente devido às interferências ocasionadas pelos fluxos intensos turístico e migratório. Assim, o Museu Comunitário Engenho do Sertão tem adquirido papel relevante na comunidade. Pois, como apontam Silva et al (2017, p. 9):

[...] Em meio a muitos ganhos financeiros, algumas perdas se fizeram presentes ao longo dos anos. A perda histórica de alguns patrimônios e de “identidades tradicionais” locais são algumas delas. Estas perdas podem não ter valor para algumas pessoas, contudo, são perdas que podem se refletir negativamente no futuro, quando alguns valores se fizerem necessários, quando a memória “solicitar” referência do passado como forma de garantir amor e respeito a terra onde moram.

Percebe-se que as iniciativas museais tomadas pela comunidade bombinense corroboram com as ideias dos autores (SILVA et al, 2017), já que atividades/projetos dessa natureza tem a intenção de preservação, perpetuação, fortalecimento, empoderamento de memórias e identidades. Todas marcadas no patrimônio cultural.

O Museu Comunitário Engenho do Sertão é instituição museológica mais antiga da cidade de Bombinhas, com 24 anos – ressaltando que o município possui 31. Foco de várias pesquisas acadêmicas na área do turismo com envolvimento, principalmente, da antropologia e do marketing. Além de possuir títulos e prêmios na área da cultura, a exemplo, Ponto de Memória, Prêmio Cultura Viva, Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura, entre outros. Sendo que essa instituição adquiriu papel relevante na comunidade, tendo como público-alvo o morador de Bombinhas, por tratar as questões do Patrimônio Cultural local igualmente aliando-as ao turismo de base comunitária.

De acordo com o sítio eletrônico do MCES e das informações de Silva et al (2017), as atividades do referido museu buscam ressignificar a realidade local para possibilitar novas oportunidades de futuro. Como também com objetivo de melhorar a qualidade de vida da comunidade desenvolvendo ações que levem ao fortalecimento das identidades locais e dos vínculos de pertencimento com o lugar e a cultura. “[...] O MCES mostra que o turista é importante e o morador local ainda mais” (SILVA et al., 2017, p. 20).

O Museu Comunitário Engenho do Sertão (MCES), que iniciou atividades em 1998, e conquistou o prêmio Ponto de Memória, por meio do edital de 2012, resultante da parceria IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus)/MinC (Ministério da Cultura).

De acordo com o Ibram (2017 p. 29):

O Programa Pontos de Memória é um programa que atende os diferentes grupos sociais do Brasil que não têm oportunidade de narrar e expor suas próprias histórias, memórias e patrimônios nos museus. Tem como objetivo principal contribuir para o desenvolvimento de uma política pública de direito à memória, com base no Plano Nacional Setorial de Museus e Plano Nacional de Cultura.

No MCES, existem atividades em diferentes direções que se integram e poderíamos dividir em duas linhas de ação: Ponto de Memória e Ponto de Cultura. O museu desenvolve: documentários, cartilha, visitas guiadas, que provém da interação com e entre as memórias dos bombinenses, principalmente idosos, de saberes tradicionais e hábitos que caracterizam a “identidade do povo bombinense”. Ocorrem por meio de ações como: os projetos Unindo Gerações e Saberes e Sabores, bailes, rodas, cantorias. Também há atividades relacionadas a Escola da Terra que tem o compromisso de “promover o exercício da cidadania, em ações voltadas à realidade cultural local e socioambiental, como instrumento de apoio e complemento à educação formal fora do espaço escolar”, esta dividida em dois núcleos: NAPO (Núcleo Agrícola de Produção Orgânica) que desenvolve atividades como semear, plantar, realizar observação ambiental, minhocário, canteiros de plantas bioativas locais; e, NACA (Núcleo de Ação e Criação Artesanal) que tem como objetivo proporcionar aperfeiçoamento para as artesãs locais a partir dos fazeres da cultura local; entre outros. (ENGENHO DO SERTAO, 2017).

É importante perceber que são pensadas ações para participar de editais que oferecem premiações monetárias com intuito de captar recursos para a manutenção das atividades e do espaço propriamente dito. Essas mesmas vão se moldando à comunidade e passam a integrar fazeres contínuos do museu.

Verificamos um discurso de fortalecimento de identidades locais pelo poder público federal na divulgação do livro “Pontos de Memória: Metodologia e Práticas em Museologia Social”, lançado em 2016, a respeito das práticas premiadas como Pontos de Memória nos anos anteriores. Entre os resultados que os Pontos de Memória, está a promoção das identidades locais e seus potenciais, melhorando a qualidade de vida (IBRAM, 2017).

Assim, o MCES se inclui no âmbito da discussão das identidades: “No Engenho do Sertão as pessoas podem inventar formas de contar suas histórias e dessa maneira participam definindo sua própria identidade em vez de consumir identidades impostas” (ENGENHO DO SERTAO, 2017).

O MCES enuncia em seu sítio eletrônico, como citado anteriormente, um conceito não essencialista de identidade: são identidades múltiplas, fragmentadas e fraturadas, em constante processo de transformação (HALL, 2000). Assim, as ações promovidas pelo museu

buscam, nos fragmentos das memórias individuais, a definição da própria identidade individual.

Documentários, cartilha, projetos em parceria com a Univali (Universidade do Vale do Itajaí) e a Fundação de Cultura do município de Bombinhas buscam inserção social do museu na comunidade, ao que tudo indica, buscando construções e reconstruções de identidades “com” e não “para”.

Por meio de análise do discurso produzido pelo museu percebemos a subdivisão do patrimônio cultural em vários campos: alimentar, dos saberes, dos fazeres e da memória⁴.

O termo identidade raramente aparece no sítio eletrônico, recorre-se em grande parte e genericamente à memória e, também, a patrimônio. Como afirma o historiador francês François Hartog (2006, p.268), “assim como se anuncia ou se reclama memórias de tudo, assim tudo seria patrimônio ou suscetível de tornar-se”.

O MCES é um espaço de memória, lugar de educação não formal. Como espaço privilegiado de discussão sobre o patrimônio cultural, que se reflete nas identidades locais, coopera com a educação formal para questionamentos acerca da realidade cultural local? Quais são as representações do “bombinense” que podemos encontrar nos discursos do Museu?

O discurso acerca do Patrimônio Cultural é fortemente presente no material produzido pelo MCES. A frase “patrimônio não é só o que podemos tocar e sim o que nos toca!” aparece em banners, na cartilha, no site e, em vários momentos, é utilizada pela idealizadora do museu, Rosane Luchtenberg, para fundamentar atividades e ações do museu. (ENGENHO DO SERTAÓ, 2017). Verificamos aí o que Hartog (2006) classificou como patrimonialização galopante dos anos 1990, década na qual o museu foi instituído, “[...] as ‘unidades’ que as identidades proclamam são, na verdade, construídas no interior do jogo do poder e da exclusão; elas são o resultado não de uma totalidade natural inevitável ou primordial, mas de um processo naturalizado, sobredeterminado, de ‘fechamento’”. (HALL, 2000, p. 110).

É também ator social identificado para as discussões pertinentes a nossa pesquisa, o poder legislativo. Aqui entendemos o legislativo municipal como definidor do patrimônio cultural local instituído, seja no processo final de discussão com a comunidade ou no início da mesma, analisamos o discurso e a pauta dos vereadores nas questões patrimoniais. De acordo com o Decreto Legislativo nº 35/2001 (Leis Municipais, 2018), a Câmara de Vereadores de Bombinhas possui entre suas funções, expressa pelo 6º parágrafo, a “função integrativa [que]

⁴ Termo utilizado por Silva *et al* (2017) que é antropóloga e faz projetos de extensão, através da UNIVALI, com o MCES.

é exercida pela participação da Câmara na solução de problemas da comunidade, diversos de sua competência privativa e na convocação da comunidade para participar da solução de problemas municipais”. Assim, segundo a Lei, os anseios patrimoniais da comunidade podem encontrar resoluções no diálogo com os representantes escolhidos para o poder legislativo municipal.

Do mesmo modo, a Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico (SETUR) é essencial para uma visão ampliada sobre as questões patrimoniais em Bombinhas. A organização tem papel muito importante na formação do trade turístico local e tem se preocupado com as novas tendências da área, seja por meio do turismo cultural, de base comunitária ou de experiência. Isso é turismo, cultura e patrimônio vinculados (BOMBINHAS, 2018).

A SETUR desenvolve, entre outros, o projeto “Descobrimdo Bombinhas”, desde 2013, no qual as questões de infraestrutura, atendimento público, características físicas, geográficas e culturais, vistas como atrativos turísticos, são apresentados à comunidade interessada, por meio de inscrição antecipada, em média, uma vez por mês, com o objetivo principal de qualificar a mão de obra para o setor turístico, por meio de aulas teóricas e tour técnico por Bombinhas. (BOMBINHAS, 2018). Esse trabalho é necessário especialmente pela grande quantidade de trabalhadores de outras cidades e estados que vêm trabalhar no município na temporada de verão.

Da mesma maneira, contribuindo para as discussões no campo do patrimônio em Bombinhas, está o Projeto Casa Escola. As atividades do projeto são realizadas pela Associação Cultural Zé Amândio, que acontece há 10 anos, sendo fundada em 2007 e declarada de utilidade pública pela Lei nº 1303/2012. Essas são voltadas para salvaguarda do patrimônio cultural, além de oferecer aulas de atividades culturais, geralmente com recursos de editais ou fundos da Prefeitura de Bombinhas e, também, com recursos de voluntários (BOMBINHAS, 2023).

Assim, é possível perceber que as atividades culturais de Bombinhas são fomentadas, organizadas, dirigidas, realizadas e/ou apoiadas por diversos atores culturais e instituições, tanto da esfera pública quanto da privada. Entretanto, aqui nos atentamos aos que possuem maior permeabilidade social.

Para compreendermos como os mediadores culturais, governo e instituições atuam no campo patrimonial, é necessário considerarmos as tensões que envolvem o campo, já que a definição do patrimônio é geradora de conflitos. Tendo em vista que o patrimônio é um elemento muito importante para o desenvolvimento humano, a formação de identidades e a

cidadania, existe a necessidade de pensar sua criação, instituição, fomento, entre outros. Esses pontos são tratados no próximo capítulo.

3. PATRIMÔNIO CULTURAL: DE QUEM E PARA QUEM?

Há uma série de carências típicas da sociedade urbana que incluem não apenas aquelas relacionadas à satisfação de suas necessidades básicas, mas também aquelas vinculadas à atividade criativa das obras. Por isso, a sociedade tem manifestado sua determinação em satisfazer seus direitos culturais e preservar o patrimônio cultural, em suas diversas manifestações, por meio de inúmeros acordos e documentos internacionais que os protegem.

Essas reivindicações coincidem com o ressurgimento da importância das cidades como provedoras de ambientes propícios ao desenvolvimento humano sustentável. No trabalho de Moraes e Fernandes (2020), que desdobra o local e as emoções suscitadas frente à experiência estética no imaginário urbano de Tubarão-SC, vê-se que as estratégias de ação cultural têm sido catalisadoras ou desencadeadoras de planos urbanos com objetivos de transformação. Foca-se no diálogo intercultural e a promoção da diversidade cultural como fatores essenciais para a promoção da cultura de paz e, por conseguinte, melhoram a qualidade de vida.

Nesse bojo, o conceito de Patrimônio Cultural se torna muito complexo de definir, pois, para alguns, é subjetivo, nomeadamente devido à sua metamorfose desde o século XIX. A concepção original limitava-se a monumentos que ostentassem os valores da nação. Gradualmente muda para o monumento no seu perímetro, para o bairro, para o patrimônio ordinário, para o patrimônio imaterial.

De fato, existem múltiplas abordagens ao conceito de patrimônio, demonstrando assim que se trata de um conceito permanentemente sujeito a inovações. É o caso da definição proposta posteriormente por Carrión (2010), em seu trabalho que expõe a cultura urbana e o imaginário. O autor defende que o patrimônio é uma relação social de conflito, na qual um segmento da sociedade transfere uma propriedade para outro patrimônio. Portanto, segundo essa interpretação, a definição de patrimônio não deve apenas indicar os atributos de um objeto, mas ser entendida como um processo gerador de conflitos.

Nesse sentido, Carrión (2010) sustenta que o patrimônio estabelece e delimita áreas onde ocorrem conflitos entre atores sociais para determinar seus direitos. Assim, nas cidades, surgem confrontos entre proprietários de terras, arrendatários e comerciantes. A cidade engloba bens com diferentes valores: valor de uso, valor histórico, valor de troca. É justamente a retenção desses valores que causa o conflito. Em alguns casos, os cidadãos propõem formas de defender o patrimônio cultural e natural, lutando para manter os lugares de memória e patrimônio dos trabalhadores e dos povos originários. É justamente nesses

confrontos que se pretende definir formas de representação e participação; ou seja, deveres e direitos.

Por meio de um breve percurso cronológico pelos acordos relativos aos direitos e patrimônios culturais, queremos destacar aqueles que evidenciam sua extensa evolução. Entre os primeiros esforços e instrumentos regulatórios, estão a Carta de Atenas (1931), a Convenção de Haia (1954) e a Comissão Franceschini (década de 1960). Esses documentos reconhecem a concepção cultural do patrimônio e incorporam todas as entidades que possam ser consideradas testemunhos das culturas de um povo, incluindo o patrimônio natural (PACHECO, 2018).

Anos mais tarde, a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular (1989) determina a importância da criação de comunidades baseadas na tradição, nas línguas, na literatura, na música, na dança, nos jogos, na arquitetura, nas festas e nos ofícios.

A Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural (1972) expressa o objetivo fundamental de cuidar do patrimônio de classe mundial, catalogando, preservando e divulgando seus valores culturais e naturais excepcionais. Esse documento constitui também um significativo avanço conceitual em relação à compreensão do significado de Patrimônio Cultural ao agregar como valores universais a par da história ou da arte, outros valores científicos, como etnológicos e antropológicos (PACHECO, 2018).

Na virada do século, avançou-se na defesa dos valores culturais com a Declaração Universal proclamada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) sobre Diversidade Cultural (2001). O documento reafirma os direitos humanos e as liberdades fundamentais da Declaração Universal dos Direitos Humanos e expressa que o respeito à diversidade de culturas, a tolerância, o diálogo e a cooperação são as melhores garantias para a paz e segurança internacionais (UNESCO, 2001).

Por meio da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003), em seu segundo artigo, a UNESCO define como patrimônio cultural imaterial "os usos, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - juntamente com os instrumentos, objetos, artefatos e espaços inerentes a - que comunidades, grupos e, em alguns casos, indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural". Essas se manifestam na linguagem, nas tradições e expressões culturais, nos usos sociais, nos rituais e atos festivos, nas técnicas artesanais tradicionais e nos saberes e usos da natureza (UNESCO, 2013).

Por seu lado, a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005) define a diversidade como patrimônio da humanidade e

reconhece o Patrimônio Cultural expresso como criação artística, produção, divulgação, distribuição e fruição de expressões culturais. Além disso, aponta que é imperativo incluir a cultura como elemento estratégico das políticas de desenvolvimento. Também estabelece o seu papel substancial na consecução da coesão social, bem como na melhoria do estatuto das mulheres e do seu papel na sociedade (UNESCO, 2005).

Após longos anos de debates em torno de um conceito esquivo e extremamente complexo, é aprovada a Recomendação sobre a Paisagem Urbana Histórica (2011). Objetiva-se unificar uma visão para identificar, conservar e gerir bens em ambientes urbanos incluídos no patrimônio mundial - incorporando todos eles: materiais, intangíveis, naturais e culturais - e também considerando os elementos territoriais, paisagísticos, ambientais e sociais.

Esse acordo reconhece a natureza mutável das cidades, alertando sobre a ameaça de fragmentação e deterioração do patrimônio urbano devido ao atual modelo de crescimento acelerado e desenfreado que transforma as áreas urbanas e seu entorno. O acordo explica:

Paisagem urbana histórica é entendida como a área urbana resultante de uma estratificação histórica de valores e atributos culturais e naturais, que transcende a noção de "grupo" ou "centro histórico" para abranger o contexto urbano geral e suas arredores geográficos; [...] inclui outras características do sítio, principalmente sua topografia, geomorfologia, hidrologia e características naturais; seu ambiente urbanizado, tanto histórico quanto contemporâneo; as suas infraestruturas, tanto de superfície como subterrâneas; seus espaços abertos e jardins, a configuração dos usos do solo e sua organização espacial; percepções visuais e relacionamentos; e todos os outros elementos da estrutura urbana. Também inclui usos e valores sociais e culturais, processos econômicos e aspectos imateriais do patrimônio em sua relação com a diversidade e a identidade (UNESCO, 2011 p.45).

Em essência, esse instrumento normativo promove a ideia de que a cidade, ou qualquer de suas partes, é consequência de processos naturais, culturais e socioeconômicos. Também reitera que além de ser a soma de seus edifícios, é o conjunto de valores e rituais de quem os habita e constrói.

Da mesma forma, a Declaração de Freiburg sobre os Direitos Culturais (2007) estabelece que esses “são essenciais para a dignidade humana, portanto fazem parte integrante dos Direitos Humanos e devem ser interpretados de acordo com os princípios de universalidade, indivisibilidade e interdependência”. Esse tem sido um documento fundamental para a defesa dos direitos culturais essencialmente porque os apresenta de forma unificada, o que facilita a compreensão da ligação entre a dimensão cultural e os direitos humanos. Também expõe a importância dos direitos culturais para prevenir guerras, violência e terrorismo, bem como identifica a relação entre identidade e patrimônio cultural como fator essencial para o desenvolvimento das pessoas por meio do acesso e participação na vida cultural.

Outro acordo muito importante é a Agenda 21 da Cultura, assinada em Barcelona em 2004, promovida pela Organização Mundial de Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), organização que defende a democracia e a autonomia das cidades. A Agenda 21 proclama que a cultura dá uma contribuição incomparável para o desenvolvimento humano, fornecendo valores como criatividade, diversidade, memória ou ritual. Todos os atributos necessários para que as pessoas exerçam sua liberdade compreendida como exposto por Amartya Sen (2000) (GIGLIOLI *et al.* 2019).

O documento destaca que a cultura e o patrimônio são elementos inerentes ao desenvolvimento sustentável das cidades e orienta os governos para a elaboração de políticas culturais, considerando a defesa e promoção dos princípios da diversidade cultural, direitos humanos, diálogo intercultural, democracia participativa, sustentabilidade e paz. É desenvolvido em sessenta e sete artigos distribuídos em cinco vertentes: a) cultura e direitos humanos; b) cultura e governança; c) cultura, sustentabilidade e desenvolvimento; d) cultura e inclusão social e, por fim, e) cultura e economia.

O elemento comum dos referidos acordos é o reconhecimento da importância do patrimônio cultural para o desenvolvimento humano. Essa importância assenta: no seu contributo para assegurar a permanência dos valores comuns dos cidadãos do mesmo lugar e no fato de os seus elementos constituírem formas de afirmação identitária.

Como visto, e de acordo com Pelegrini (2006), as discussões sobre a preservação do patrimônio cultural iniciaram nas primeiras décadas do séc. XX. Assim, por meio de conferências, acordos, fóruns, cartas patrimoniais, órgãos nacionais e internacionais, o conceito de patrimônio tem se redimensionado e ampliado constantemente.

A autora Françoise Choay, na sua obra “A alegoria do patrimônio” (2001), se refere à concepção de patrimônio como um conceito “nômade”, pois ganhou várias conotações ao longo do tempo. Para a autora, o “patrimônio histórico” se refere “a um bem destinado ao usufruto de uma comunidade” e acrescenta que o termo “tornou-se uma das palavras-chave da tribo midiática. Ela remete a uma instituição e a uma mentalidade” (CHOAY, 2001, p. 11). Segundo a autora, desde o período da Revolução Francesa (1789), o conceito de patrimônio está “contaminado por uma forte conotação econômica, que contribuía para a sua ambivalência” (CHOAY, 2001, p. 121) e assim continua.

Segundo Zanirato e Ribeiro (2007), os valores “excepcional” e “monumental” eram utilizados para definir o patrimônio até a década de 1970. Entretanto, a partir de 1972, com a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o entendimento sobre o que é

patrimônio foi ampliado, sendo incluídos os recursos naturais, os quais devem visar o bem das futuras gerações.

Para Delfhin (2009, p. 168), a definição presente na Constituição Brasileira de 1988 é “uma das mais perfeitas e abrangentes em todo o mundo”. Pois, o Art. 216 da Carta Magna, determina que não apenas bens materiais possam ser considerados patrimônio cultural, mas, igualmente, os imateriais. Desde que sejam “portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 2012).

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - As formas de expressão;
- II - Os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil 2012).

Como vimos, a partir do século XX, as questões patrimoniais têm sido amplamente discutidas e valorizadas, tendo um papel muito importante em definições de políticas públicas que podem levar à melhoria de vida das pessoas. E, por isso, a revisão conceitual é tão relevante.

Desse modo, percebendo o campo do patrimônio como um lugar que requer constante reflexão, Ulpiano Bezerra de Meneses (2012), professor, museólogo, arqueólogo e historiador, um dos importantes profissionais brasileiros da área da história, museologia e cultura material, aludiu ao risco de se acostumar ao trabalho com o patrimônio e limitar as atividades sobre o mesmo. Consideramos o patrimônio um campo complexo, de múltiplas facetas e de jogos de poderes, o qual se infiltra no cotidiano sem aviso e vai ficando, para a maioria das pessoas, despercebido. Desse modo, cientistas, trabalhadores, gestores, artistas, apreciadores, devotos, questionadores, e todo desavisado, vivenciam o patrimônio de alguma forma. Mesmo sem sabê-lo muitas vezes.

Os bens culturais são parte do cotidiano por identificarem a sociedade onde se encontram. Atentamos aqui para a “armadilha” presente na frase anterior. Pois os bens escolhidos como patrimônio passam por uma seleção, a qual tem inúmeras variáveis e sobreposições econômicas, sociais, culturais (FONSECA, 2005). Desse modo, o reconhecimento de um bem como patrimônio passa pela instituição de valor (MENESES, 2012), pela identificação e pelos usos estabelecidos pela sociedade onde foram eleitos,

formalmente, como representantes (ZANIRATO, 2009). Entretanto, segundo Hall (2014, p. 107), a identificação é uma “suturação” que “está fundada na fantasia, na projeção e na idealização. Seu objeto tanto pode ser aquele que é odiado quanto aquele que é adorado.”

Contudo:

[...] usos sociais correspondem aos modos socialmente construídos para a participação da sociedade em geral na identificação, conservação, estudo e difusão dos bens que configuram a sua identidade. Isso implica que a população se sinta identificada com os elementos a serem conservados, que se reconheça neles, para que eles se tornem, de fato, representativos dela e para ela. O reconhecimento do pertencimento coletivo dos bens acarreta esforços comuns para sua conservação e, quanto mais coletivo e representativo eles forem, mais protegidos estarão. (ZANIRATO, 2009, p. 139).

Enquanto uma parcela da sociedade é convidada e convencida a se reconhecer no patrimônio instituído, outra parcela pode se sentir orgulhosa de estar representada. Porém, com o tempo, a projeção de um patrimônio implica na mudança dos usos do mesmo, podendo descaracterizá-lo para aqueles que dele se orgulhavam e/ou faziam uso.

No texto “O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas”, um dos resultados do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, em 2009, Meneses (2012) usa uma história, a qual extrai de um quadrinho de jornal, para ilustrar as relações que se estabelecem com o patrimônio. Em poucas palavras, uma senhora reza em uma igreja próxima à sua casa, onde sempre praticou seus ritos religiosos, enquanto turistas, após o bem arquitetônico ser considerado patrimônio, visitam o espaço com atitudes de lazer e curiosidade, sem sentimentos religiosos, impedindo que a mulher idosa realize suas práticas cotidianas decenárias, inclusive pedindo a ela que desse espaço para fotografias.

A partir dessa história, é possível elucidar que o patrimônio é um campo de tensões e imbricamentos. Em ambas as situações, as relações com o patrimônio são postas em questão a todo momento e, também por isso, é imprescindível que os usos e pertencimentos do patrimônio estejam sempre em pauta.

Sendo o patrimônio um vetor de identidade e pertencimento, ele contribui para os processos relacionais entre as pessoas, que tanto podem ser positivos ou negativos, mas nunca sem impactos (HARTOG, 2006).

Convém salientar que inclusive a tentativa de construção de uma identidade ideal, uníssona e coletiva é fruto de tensões entre as identidades e memórias diversas que se relacionam, percebendo que sempre há disputas envolvidas. Assim, evidenciamos que o esforço pelo único ou pela generalização hegemônica busca cristalização e padronização de uma identidade, tida como verdadeira.

[...] A produção do universo simbólico é, nesse caso, o objeto mesmo da ação política, daí a importância do papel que exercem os intelectuais na construção dos patrimônios culturais. Nesse sentido, são dois os desafios com que se defrontam: o primeiro é o de, através da seleção de bens “móveis e imóveis” [...] construir uma representação da nação que, levando em conta a pluralidade cultural, funcione como propiciadora de um sentimento comum de pertencimento, como reforço de uma ideia nacional; o segundo é o de fazer com que seja aceito como consensual, não-arbitrário, o que é resultado de uma seleção – de determinados bens – e de uma convenção – a atribuição, a esses bens, de determinados valores. Ou seja, de, ao mesmo tempo, buscar o consenso e incorporar a diversidade (FONSECA, 2005, p.22).

Para Pelegrini e Funari (2013, p. 28), o patrimônio cultural “está imbricado com as identidades” e tem vínculo com as políticas de estado e com a defesa da diversidade. Desse modo, pensar o patrimônio também requer análise do contexto temporal, social (das tensões envolvidas) e espacial aonde foram ou são definidos.

Colocando a questão da preservação do patrimônio em pauta, Fonseca (2005) atenta para a importância de questionar o processo de produção do patrimônio. Critérios, justificativas, objetivos, pessoas envolvidas, posição do Estado, participação social são “significativas” para pensar a preservação. Adicionamos que os questionamentos suscitados pela autora são essenciais para todo o campo do patrimônio. Assim, as perguntas “de quem e para quem?” soma-se a do “por quê?”.

Aqui está, pois, o coração de nosso problema: falar e cuidar de bens culturais não é falar de coisas ou práticas em que tenhamos identificado significados intrínsecos, próprios das coisas em si, obedientemente embutidos nelas, mas é falar de coisas (ou práticas) cujas propriedades, derivadas de sua natureza material, são seletivamente mobilizados pelas sociedades, grupos sociais, comunidades, para socializar, operar e fazer agir suas ideias, crenças, afetos, seus significados, expectativas, juízos, critérios, normas, etc., etc. - e, em suma, seus valores. [...] (MENESES, 2012, p. 32).

Pensando na histórica construção da “identidade nacional”, Fonseca (2005) clarifica que, além da nacionalidade, outros valores incluem a formação do rol de patrimônios instituídos. E, que somados aos agentes estatais, existem outros atores que contribuiram e partilham contribuições para os bens protegidos (nem sempre realmente protegidos). Contudo, o valor cultural é uma “dimensão universal” e é “[...] uma das justificativas sobre as quais se assenta a noção de *interesse público*, invocada para legitimar o ônus da preservação de bens, para o Estado e para os interesses particulares dos cidadãos” (FONSECA, 2005, p. 168, grifo da autora).

Para Amâncio (2014, p. 23), estudar as questões patrimoniais requer instrumentos que possam revelar “os valores em jogo e as sutilezas do campo”, a exemplo da etnografia utilizada pelos antropólogos. Esses valores e sutilezas se encontram parcialmente

subentendidos. Nem sempre a exposição ou promoção de um bem, retrata os valores pelos quais foi considerado e/ou se perpetuou. Os jogos simbólicos são sutis, e as questões subjetivas podem ser melindrosas.

Todavia, ambos podem ser arquitetados no fluxo dos acontecimentos cotidianos sem, necessariamente, objetivar o “esconde, aparece ocasionalmente” ou “esconde, fique escondido”. Questões essenciais ao contexto, como a valorização de uma comunidade desmotivada e desvinculada de seus costumes e tradições, podem estar tão latentes e serem tão urgentes, que subjetividades exteriores a recriar um vínculo de pertença ficam em paralelo, não descartadas, nem devidamente trabalhadas.

Parafraseando Zanirato (2005, p. 51), memória e tradição são essenciais na construção de identidades coletivas, sendo que ambas se refletem no patrimônio, assim como as práticas estatais aspiram e ratificam a ideia de nação. Se memória, tradição e costumes esmaecem ou sofrem pressões externas frenéticas, as lutas por reconhecimento e visibilidade ficam mais intensas e frequentes. Desse modo, tensões entre aqueles que lutam pela continuidade ou retorno das suas memórias e aqueles que possuem memórias distintas, ou não se importam com essas questões, menosprezando-as, vêm à tona. Assim sendo, a sociedade, para além das práticas do Estado, tem se preocupado com a proteção do patrimônio cultural (SIMÃO, 2013, p. 23).

O órgão responsável por parametrizar o campo do patrimônio no Brasil é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Criado em 1937, continua a desempenhar papel fundamental nas políticas públicas e gestacionais do campo. O IPHAN teve posicionamentos diferenciados ao longo do tempo, seja na definição do que é patrimônio, nas questões de pertença, na defesa dos interesses públicos, na preservação, na conciliação, na busca pela preservação que não afete o desenvolvimento, entre outros. Consequentemente, a atuação do órgão e o posicionamento estatal que ocupou ao longo do tempo foram se modificando no intuito de atender pautas contemporâneas e alinhadas a políticas e órgãos internacionais, a exemplo da UNESCO (FONSECA, 2005).

Extraindo a ideia de conciliação apresentada no texto de Fonseca (2005), temos as questões de pluralidade cultural expostas e as inquietudes de classes e instituições privilegiadas nas definições do patrimônio cultural em evidência. Dessa forma, os impactos do campo patrimonial têm estado em apreço e notabilizados.

Entretanto, o caráter ainda centralizador do órgão normativo, IPHAN, não sustenta ações efetivamente democráticas. Assim, o patrimônio dificilmente alcançará representatividade real da diversidade cultural brasileira (FONSECA, 2005). Ainda, o mesmo

acontece igualmente nas estruturas menores, estaduais e municipais. Igualmente, Fonseca (2005, p.220-221) conclui que se

[...] persistirem critérios tradicionais de valoração, que dão ênfase aos aspectos formais e à dimensão estética dos bens, dificilmente o patrimônio cultural brasileiro poderá adquirir uma significação social mais ampla e referir a diversidade e a dinâmica culturais características do contexto brasileiro. [...] é preciso incorporar efetivamente a participação da sociedade nesse processo, o que significa criar mecanismos que assegurem algum nível de representatividade a essa participação.

A incorporação da população nas decisões patrimoniais passa pelo reconhecimento, vontades de preservação, mudança, incorporação, identificação... No entanto, conhecimento sobre ideologia e aquelas que orientam a escolha do patrimônio são essenciais para entendermos as tensões que existem no campo.

3.1 Ideologia

O conceito de ideologia, especialmente na perspectiva política, é utilizado amplamente e usualmente como classificação de opositores. Isso é resultado do desenvolvimento de um conceito científico central para as humanidades, sendo, ao mesmo tempo, um termo muito utilizado socialmente. De tal forma, é preciso nos debruçarmos sobre algumas conceituações possíveis para a devida análise. Há diversos tipos de formulações para o termo ideologia, sendo a mais notória a realizada por Karl Marx e Friedrich Engels (2007), que a entendem como falsa consciência da realidade propagada pelas classes dominantes para controle da população subalterna. Apesar do valor de tal definição, há uma conotação negativa de que haveria uma leitura “real” da sociedade, não mais de uma das interpretações possíveis.

Por outro lado, diferentes autores oferecem uma conceituação onde é possível entender que há mais de uma ideologia existente, as quais entram em disputa pela posição predominante. Norman Fairclough (2001), que se interessa pela relação de discurso e poder, entende ideologia como convenções particulares que permitem uma leitura da sociedade e das relações existentes. Essas articulações dependem das relações de poder que fundamentam sua existência, atuando pela legitimação das relações sociais existentes e as diferenças de poder. Como resultado, há uma reprodução constante das relações desiguais e das justificativas para tal que resultam em uma perspectiva de que é certo e natural que seja de tal forma. Deste modo, há mais de uma ideologia, as quais expressam visões sociais da realidade, porém não estão em posição de igualdade, havendo um poder hegemônico que garante a predominância ou hierarquização das ideologias.

Essa concepção se apoia amplamente nas interpretações de Louis Althusser (1985) e Antonio Gramsci (1999), às quais nos dedicamos nessa seção. Iniciamos com Althusser (1985), marxista que buscou uma perspectiva para a conceituação da mesma teoria, o que permitiu uma revitalização de um conceito virtualmente moribundo (HIRST, 1976). Em resposta a ideia original, o autor rejeita duas posições centrais, as quais mudam radicalmente a conceituação: descarta que a ideologia seria uma falsa representação do real e que seja uma reflexão distorcida da consciência das relações sociais reais.

Isso se deve pelo autor não perceber a realidade como um objeto do qual precisamos ter consciência de sua existência por meio da destruição da ideologia. Para ele, a ideologia é a representação do imaginário, o que significa que “essa relação 'imaginária' não é a experiência ou consciência de um sujeito já constituído - é no imaginário que o sujeito se forma como sujeito” (HIRST, 1976, p. 386 – tradução nossa). Como o próprio Althusser (1985, p. 87) define:

Não são as suas condições reais de existência, seu mundo real que os “homens” “se representam” na ideologia, o que é nelas representado é, antes de mais nada, a sua relação com as suas condições reais de existência. É esta relação que está no centro de toda representação ideológica, e, portanto, imaginária do mundo real. É nesta relação que está a “causa” que deve dar conta da deformação imaginária da representação ideológica do mundo real.

Logo, se sua formação depende do imaginário, ocorre em uma estrutura definida de reconhecimento, o que significa que é externa à pessoa, sendo um produto social. Por ter outra concepção da relação entre ideologia e totalidade social, Althusser (1985) oferece um sistema, Aparelhos Ideológicos do Estado (AIEs), para compreendermos a estrutura social. Para o autor, os aparelhos servem para reproduzir a relação de produção, sendo esses órgãos do Estado, mas não sejam necessariamente inclusos no formato estatal. A conexão ocorre pela função em comum, a reprodução das relações de produção dominantes. É por meio dos AIEs que a ideologia tem uma existência material, a qual é sua segunda tese, composta com a de ser representação da relação entre indivíduos e condições reais de existência. Como o autor afirma:

[...] vejamos o que se passa com os indivíduos que vivem na ideologia, isto é, numa representação do mundo determinada (religiosa, moral etc.) cuja deformação imaginária depende de sua relação imaginária com suas condições de existência, ou seja, em última instância das relações de produção e de classe (ideologia = relação imaginária com as relações reais). Diremos que esta relação imaginária é em si mesma dotada de uma existência material (ALTHUSSER, 1985, p. 89).

É válido apontar que o autor distingue o Poder de Estado (e seus detentores) e Aparelhos de Estado, apesar de atuarem em espaços próximos, não se pode confundir os dois.

Já no quesito de aparelhos, há outra distinção, entre os repressores e ideológico, o qual atua na realidade de superestrutura do modo de produção capitalista. Esses aparelhos são: escolar, familiar, religioso, político, sindical, da informação, da edição-difusão e cultural. A partir dessa lista, Althusser faz três observações.

A primeira é de que é possível notar, empiricamente, cada aparelho que corresponde ao que normalmente é chamado de instituições ou organizações, sendo na realidade a combinação de distintos dentro desse universo. Segunda, cada um dos aparelhos, as diferentes instituições e organizações que o compõe formam um sistema. Por fim, a terceira e última é de que as instituições que há em cada AIE, como também seu sistema, apesar de definido como ideológico, não existe somente no campo subjetivo e abstrato. Assim, não é redutível somente a existência de ideias, tem suporte real e material. Com isso, o autor conclui que “não quero dizer somente que a ideologia de cada AIE é realizada em instituições e práticas materiais, isso é evidente. Quero dizer outra coisa: que essas práticas materiais estão ‘ancoradas’ em realidades não-ideológicas” (ALTHUSSER, 1999, p. 103).

Em texto futuro, o autor retornou ao conceito de AIE, completando-o. Desta forma, é importante reproduzir seu texto para entendermos a relação entre AIE e ideologia:

Um Aparelho ideológico de Estado é um sistema de instituições, organizações e práticas correspondentes, definidas. Nas instituições, organizações e práticas desse sistema é realizada toda a Ideologia de Estado ou uma parte dessa ideologia (em geral, uma combinação típica de certos elementos). A ideologia realizada em um AIE garante sua unidade de sistema “ancorada” em funções materiais, próprias de cada AIE, que não são redutíveis a essa ideologia, mas lhe servem de “suporte” (ALTHUSSER, 1999, p. 104).

Ainda, é preciso apontar que, para o autor, a ideologia do Estado é a primária, o que significa que há outras, as quais classifica como secundárias, as quais existem dentro das instituições e podem surgir de práticas sociais. Nesse campo, é perceptível como a luta de classes continua sendo parte do entendimento do autor, o qual entende que cada classe possui sua ideologia. Para Althusser (1985), as classes dominantes, ou frações dela, atuam por meio do Poder de Estado, executando sua política de classe por meio dos aparelhos (tanto ideológico quanto repressor), porém há resistência. Ele percebe essas como práticas de resposta que resultam no “ranger das engrenagens”.

Essa marca é outro fator que o distancia de Marx, já que entende que as classes subordinadas também produzem o imaginário que pode ser utilizado, porém esse grupo não possui o Estado para sua implementação de forma hegemônica, sendo, assim, secundária. A centralidade da dominância de classes é um ponto de crítica para Hirst (1976), o qual acredita

que a teoria de Althusser (1985) ainda é amarrada pelo economicismo e essencialismo de classe, o que apontaria para uma visão reducionista da conceituação de ideologia.

Por fim, sua terceira tese é de que a ideologia entende os indivíduos enquanto sujeitos, o que caracteriza a função ideológica como constituidora de indivíduos concretos em sujeitos e seu efeito elementar. Isso ocorre por um quádruplo sistema de interpelação, onde há a submissão ao Sujeito, o que permite o reconhecimento universal, os quais são: a) os indivíduos são interpelados como sujeitos; b) a submissão do sujeito ao Sujeito; c) os sujeitos se reconhecem mutuamente e em relação ao Sujeito e, por fim, d) tudo funciona bem no reconhecimento dos sujeitos. Como Althusser (1985, p. 103) conclui:

Envoltos neste quádruplo sistema de interpelação, de submissão ao Sujeito, de reconhecimento universal e de garantia absoluta, os sujeitos “caminham”, eles “caminham por si mesmos” na imensa maioria dos casos, com exceção dos “maus sujeitos” que provocam a intervenção de um ou de outro setor do aparelho (repressivo) do Estado. Mas a imensa maioria dos (bons) sujeitos caminha “por si”, isto é, entregues à ideologia (cujas formas concretas se realizam nos Aparelhos ideológicos do Estado). Eles se inserem nas práticas governadas pelos rituais dos AIE.

Sobre esse ponto, o autor aponta para a existência de uma obviedade (suposição do senso comum sobre a identidade social e o Sujeito) de que somos parte do Sujeito (o qual é coletivo e definido externamente) que é efeito da ideologia. Todavia, isso não é algo óbvio para a maioria das pessoas conscientemente, as quais se entendem de forma individualizada. Como Fairclough (2001) alerta, as pessoas parcialmente não estão conscientes de que são posicionadas socialmente como sujeitos, percebendo-se normalmente suas identidades subjetivas como algo externo e anterior à sociedade. Como o autor indica:

Esses equívocos ideológicos são a base para várias teorias idealistas da sociedade humana que são construídas em torno do “indivíduo” como pré-social, e que tentam ver as sociedades como emanando de (propriedades do) indivíduo, e não o contrário. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 87).

Podemos pensar na individualidade regional que as pessoas possuem. Ao refletir sobre, pode aparentar ser óbvio que é resultado de uma ideologia social, afinal é nesse espaço que adquirimos as características que formam essa identidade. Contudo, a maioria assume que é algo pré-social, sendo resultado do espaço que nascemos e, logo, faz parte de quem somos. É por isso que é importante entender a relação de consciência e ideologia, o que realizaremos futuramente ao debater sobre discurso.

Como apresentado, Althusser (1985) expande da conceituação de Marx e Engels sobre ideologia, recusando a perspectiva de falsidade da representação do real. Para ele há três teses que podem conceituar ideologia: a) a ideologia é uma “representação” da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência; b) a ideologia tem existência material

e, por fim, c) a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos. Para explicar como a ideologia permeia a sociedade, oferece o conceito de Aparelhos Ideológicos do Estado, tendo esses papéis fundamentais para a criação e transmissão da ideologia prioritária, porém, ao mesmo tempo, a luta de classes garante que ainda existem outras ideologias, as quais estão em papéis secundários. Para entendermos como a ideologia dos grupos dominantes consegue essa posição prioritária, podemos mobilizar o conceito de ideologia cunhado por Gramsci.

Como Althusser (1985), Gramsci (1999) rejeita os parâmetros do pensamento marxista de que ideologia seria uma falsa consciência. Apesar disso, não abandona parâmetros marxistas, concordando com a afirmativa de que as pessoas ganham consciência de seus deveres no campo ideológico da superestrutura. Para ele, é nesse espaço que os homens se movimentam, conseguindo consciência de sua posição e de luta. É evidente que o autor não ignora a questão de classe, porém amplia as possibilidades.

Ideologia, para Gramsci (1999), deve ser percebida como um campo de batalha, onde há contínuos conflitos, já que as pessoas adquirem sua consciência por meio da ideologia, nas relações sociais e não individualmente. Isso significa que sempre haverá um intermediário no terreno ideológico, onde dois princípios ideológicos se confrontam – nesse caso o da classe dominante e dos operários. Assim, o autor considera diferentes elementos, como o discurso, mas também elementos não-discursivos, os quais define como “conformismo”. O conceito representa o fato de que a consciência necessária adquirida por meio do conformismo é resultado de que sempre é feita pelo coletivo. Logo, significa que há uma conformação do homem ao que é definido socialmente, não sendo uma produção própria. Todavia, acreditamos que, ainda que haja conformismo, as mudanças sociais significativas ocorrem quando os sujeitos tensionam as ideologias divergentes.

Com isso, novamente temos uma concordância com o que foi apresentado por Fairclough (2001) e Althusser (1985), o fato de que os sujeitos e assuntos não são “dados” naturalmente, mas sim produzidos pela ideologia em um espaço ideológico determinado socialmente. Logo, a subjetividade é produto da prática social, por isso, não é possível separar o subjetivo da materialidade.

Para Gramsci, a ideologia se expressa em todas as ações, tanto pelas ações do dia a dia quanto pelos pensamentos mais complexos em nível de abstração, a qual qualifica como filosofia. No primeiro caso, seriam todas ações rotineiras, sendo essas influenciadas pelo “senso comum”, o qual classifica como filosofia espontânea e popular – um conceito que aprofundamos em seção futura.

Como produto social, todas as perspectivas da vida não podem ser fatos individuais, mas sim expressões de uma vida comunitária de um grupo social, o que classifica como ideologias orgânicas. É por meio dessa perspectiva que as massas humanas são organizadas, informando os princípios das atividades individuais e coletivas. Temos aqui a perspectiva de que há mais de uma ideologia, como os outros autores apontaram, demonstrando que há uma corrente consolidada que mobiliza tal conceituação.

Para Gramsci (1999), todas as formas de consciências são necessariamente políticas, já que são determinadas por blocos sociais. Como resultado, ele faz a equação de que filosofia é igual à ideologia que é igual à política. É nesse espaço que ele tenta entender o papel da subjetividade, a qual, apesar de ser expressa usualmente de forma individual, é efeito de um sistema ideológico, onde as pessoas estão inseridas. Logo, a ideologia cria os sujeitos e faz com que estes ajam de certa maneira. Novamente, não há debate sobre quem vem primeiro, ideologia e sujeito, para os autores, a ideologia é prioritária nesse esquema.

Para esse processo se desenvolver, Gramsci (1999) aponta para dois atores fundamentais: intelectuais e instituições do Estado. No primeiro caso, a classe de intelectuais tem papel importante por serem os responsáveis na elaboração e transmitir as ideologias orgânicas, sendo também responsáveis por realizar reformas intelectuais e morais quando perceberem que há necessidade. Os intelectuais podem ser divididos entre dois grupos, aqueles ligados a classes fundamentais (orgânicos) e aqueles que expressam os modos de produção anteriores (tradicionais). Os intelectuais, segundo Gramsci (1999, p. 37), são:

[...] todo o estrato social que exerce funções organizativas em sentido lato, seja no campo da produção, seja no da cultura e no político-administrativo [...]. Para analisar a função político-social dos intelectuais, é preciso investigar e examinar sua atitude psicológica em relação às classes fundamentais que eles põem em contato nos diversos campos: têm uma atitude “paternalista” para com as classes instrumentais ou se consideram uma expressão orgânica destas classes? Têm uma atitude “servil” para com as classes dirigentes ou se consideram, eles próprios, dirigentes, parte integrante das classes dirigentes?

Para Gramsci (1999), as instituições do Estado são fundamentais pela elaboração e transmissão ideológica por meio da estrutura institucional e material. Essas instituições se assemelham às definidas como aparatos hegemônicos de Althusser (1985), são elas: escolas, igrejas, mídia, até mesmo arquitetura e nome de ruas. Isso é a estrutura ideológica da classe dominante para Gramsci, sendo a sociedade civil o nível da superestrutura onde a ideologia é produzida e difundida.

O trabalho de Gramsci, realizado enquanto preso pelo regime fascista italiano na década de 1930, ofereceu aportes da discussão de ideologia que seria sistematizada nas

futuras décadas, com trabalhos como o de Althusser (1985) o qual já mencionamos. Chantal Mouffe e Laclau (2014, p.49) oferecem uma avaliação do trabalho de Gramsci que demonstra a importância e o limite da obra feita em situação tão adversa:

Agora é óbvio que estamos longe da problemática economicista [marxista] da ideologia e que Gramsci está claramente situado em um terreno diferente. O que há de novo nele é a consciência da natureza material da ideologia e do fato de ela constituir uma prática inscrita em aparelhos que desempenham um papel prático-social indispensável em todas as sociedades. Intuí que essa prática consiste na produção de sujeitos, mas não consegui formulá-la teoricamente. [...] Em todo caso, Gramsci nunca se propôs a elaborar uma teoria da ideologia e seu pensamento não é apresentado de forma sistemática. Tendo dito tudo isso, no entanto, parece possível afirmar que a problemática de Gramsci antecipou Althusser em vários aspectos: a natureza material da ideologia, sua existência como o nível necessário de todas as formações sociais e sua função como o produtor de sujeitos estão todas implícitas em Gramsci, embora tenha sido Althusser o primeiro a formular essa concepção de maneira rigorosa.

A própria associação entre os autores, os quais reforçamos ao longo do trabalho, são explicitadas por Mouffe e Laclau (2014). Entendendo o papel da ideologia, partimos agora para sua relação com a cultura, espaço onde a ideologia também está presente. Para a abordagem desta faceta, debruçamo-nos nos trabalhos de Gramsci e Stuart Hall.

3.2 Cultura e hegemonia

Para entender o papel da cultura, especialmente como um espaço de poder e disputa, é necessário tratar de sua relação com outros campos, especialmente o político. A constante mobilização de cultura por pensadores do campo político-econômico demonstra que seu valor não é ignorado ou desvalorizado. Como marxista, a luta de classes é central para Gramsci (1999), logo, seu trabalho é direcionado para a libertação da classe subalterna. Todavia, isso não significa somente controlar os meios de produção, pelo contrário, parte da contribuição de Gramsci (1999) é a centralidade da construção de um pensamento contra hegemônico. Isso significa, para ele, batalhar nos fronts da cultura, das ideias e dos valores.

Para o autor, a cultura é um dos elementos fundamentais na organização das classes subalternas, porque é por meio dela que é possível criar a vontade coletiva, a qual será contraposta às concepções de mundo oficiais das classes dominantes e transmitidas pelos aparelhos do Estado. Essa concepção acompanha o trabalho de Gramsci desde o início, tendo um texto, de 1916, intitulado Socialismo e Cultura. Nesse trabalho, argumenta que uma das razões pelas quais a classe dominante conseguia o poder e o mantinha, não era necessariamente a força bruta utilizada, mas, sim, a dominação cultural e sua capacidade de difundir as ideias, valores e visões de mundo para todos, sendo adotado até por aqueles fora do grupo.

De tal maneira, a cultura é uma condição necessária ao processo revolucionário, já que, como argumenta, “toda a revolução foi precedida de um intenso trabalho de crítica, de penetração cultural, de permeação de ideias através de agregados, de homens antes refratários e preocupados em resolver dia a dia, hora a hora” (GRAMSCI, 2004, p. 59). Portanto, a cultura é percebida como instrumento de emancipação política por ser o meio pelo qual é possível criar ligação entre as pessoas nas mesmas condições e permite a construção da contra hegemonia. Apesar de utilizarmos no singular, é evidente que é possível, e acreditamos, existir mais de uma cultura, sendo tratada, nesse caso, como duas grandes culturas, uma do grupo dominante e outra das classes subalternas.

É preciso apontar que esse trabalho de “valorização do fato cultural, da atividade cultural, de uma frente cultural como necessária, ao lado das frentes meramente econômicas e políticas” (GRAMSCI, 1999, p. 295) não é somente no campo de criação. A cultura sem difusão e aceitação das pessoas é um trabalho em vão, afinal o seu poder está na coletividade e influência sobre o comportamento e pensamento das pessoas. Como ele afirma:

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializá-las” por assim dizer; e, portanto, transformá-las em base de ações vitais, um elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato “filosófico” bem mais importante e “original” do que a descoberta, por parte de um “gênio” filosófico, de uma nova verdade que permanece como patrimônio de pequenos grupos intelectuais (GRAMSCI, 1999, p. 96).

A possibilidade dessa cultura ultrapassar o limite de ser a expressão de um grupo e transformar-se na principal, o processo de construção hegemônica é fundamental – conceito central no pensamento de Gramsci. Ele o mobilizou pela primeira vez em 1926, em trabalho no ano de sua prisão. Em *Notes on the Southern Question* (1926), ele associa a hegemonia do proletariado com a base social para a ditadura do proletariado e o Estado dos trabalhadores, a qual teria que ser aceita pelos camponeses. De tal maneira, Gramsci reconhece a importância dos camponeses como atores sociais significativos e de que há uma dimensão moral e intelectual na ação político-econômica e na aceitação da perspectiva dos trabalhadores por outros grupos.

A evolução do pensamento de Gramsci, principalmente em sua obra **Cadernos do Cárcere** (1999), resulta na mudança de hegemonia de uma estratégia dos proletários para prática das classes dominantes no geral. Para o autor, há evidente esforço, realizado pela classe burguesa, para ter apoio popular, não havendo somente uma dominação do Estado. De

tal forma, para a construção da hegemonia, é preciso que a ideologia e cultura sejam prevaletentes, não dependendo do uso da força visando a dominação.

Tendo papel tão importante, não é surpreendente que a batalha cultural seja um elemento central na construção da hegemonia, na consolidação do consenso e da orientação política-ideológica para as classes subalternas. Isso se deve pela valorização da superestrutura no pensamento de Gramsci, sendo a hegemonia a unificação da estrutura e superestrutura, o que significa a união das atividades de produção e de cultura, como também o universo político e imaginários sociais. Essa unificação precisa ser sempre ressaltada, independente de que os termos marxistas indiquem maior relevância do que outros. Poder econômico sem o cultural tem o risco de ser sempre confrontado por não ter legitimidade, já hegemonia cultural sem o poder econômico não tem a força necessária para sua manutenção.

Essa relação entre os campos que podem aparentar ser tão distintos (político, econômico e cultural) é inquestionável, sendo “articulação entre subjetividade e objetividade, entre liberdade e causalidade, entre particularidade e universalidade”, como afirma Coutinho (2003, p. 75). Já foi amplamente debatido como parte dos autores marxistas ignoraram campos da superestrutura se condicionando somente às relações econômicas, porém, Gramsci (1999) se posiciona contra esse pensamento.

Para o autor, não é possível considerar a formação da consciência crítica:

Limitada ao conflito entre as forças materiais de produção e as relações de produção, [já que] os homens adquirem consciência de sua posição social e de seus objetivos no terreno das superestruturas, isso significa que entre estrutura e superestrutura existe um nexa necessário e vital (GRAMSCI, 1999, p. 389).

Ele indica o conceito de “‘bloco histórico’, no qual, precisamente, as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma” (GRAMSCI, 1999, p. 238), logo há uma dependência entre os dois.

Essa dinâmica contínua entre estrutura e superestrutura marca o trabalho do autor, não se permitindo favorecer nenhum dos lados. No mesmo momento que afirma que as práticas sociais são mediatizadas “em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas” (GRAMSCI, 2000b, p. 20), também escreve que “os fatos da superestrutura não devem ser abandonados a si mesmos, a seu desenvolvimento espontâneo, a uma germinação casual e esporádica” (GRAMSCI, 2000a, p. 28).

Portanto, a relação entre cultura e ideologia é evidenciada pelo fato de que a ideologia é uma perspectiva de mundo que é comunicada e aceita pelos grupos, sendo a cultura uma ferramenta fundamental para a consolidação desse processo. Já a hegemonia é o resultado

“das atividades e iniciativas de uma ampla rede de organizações culturais, movimentos políticos e instituições educacionais que difundem sua concepção de mundo e seus valores capilarmente pela sociedade” (BUTTIGIEG, 2003, p. 46). Enquanto para Marx esse movimento somente pode ser feito de grupos dominantes para subordinados, para Gramsci (2000a) é possível ter o movimento inverso. Assim, os grupos explorados podem elaborar suas próprias concepções, imaginários e ideias, o que permite a construção de uma contra hegemonia, a qual então pode se concretizar, como Gramsci (2000a, p. 41) afirma, quando:

A passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em “partido”, entram em confrontação e lutam, até que uma delas ou pelo menos uma combinação delas tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano “universal”, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados (GRAMSCI, 2000a, p. 41).

Esse processo nos remete à linguagem, a qual tem um papel fundamental para a relação entre cultura e política para Gramsci (1999). Segundo o autor, é por meio do discurso, independente do grupo social, que se pode construir as concepções de mundo e transmiti-las para outros. A linguagem para Gramsci (1999, p. 94-95)

Contém os elementos de uma concepção do mundo e de uma cultura. [...] [De] elaborar a própria concepção de mundo consciente e criticamente [...] escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na construção da história e do mundo, ser guia de si mesmo e não mais aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade.

O discurso pode ser ferramenta ideológica por justificar a dominação de formas distintas. Podemos pensar o uso do discurso academicista e filosófico para explicar os motivos pelos quais deveria ser justa a exploração de pessoas mais cultas e com poder aquisitivo sobre as com menos, de homens sobre as mulheres, de pessoas brancas sobre pessoas de outros grupos étnico-raciais, de culturas e nações sobre outras (principalmente dos EUA e certos países europeus sobre países africanos, asiáticos e latinos). Como podemos perceber, não se aborda somente o campo econômico, demonstrando que a ideologia e a cultura afetam o campo político e social – novamente exemplificando a complexidade do sistema.

3.3 Discurso e poder

É possível pensar na expressão cultural e, subsequentemente, no poder envolto, por diferentes meios, porém o discurso é um dos principais deles. A linguagem tem um papel

fundamental na nossa compreensão da realidade social, tendo uma correlação de ser criada e expressar entre as duas. Como resultado, há uma relação dual direta entre discurso e poder, onde o primeiro incorpora as diferenças de poder ao mesmo tempo que surge a partir (e dão origem a) relações particulares de poder, já que fazem parte da sociedade e, conseqüentemente, de suas dinâmicas (FAIRCLOUGH, 2001).

Isso é devido ao fato de que a linguagem é uma forma de prática social, sendo assim parte da sociedade, como também é um processo social condicionado – o que ocorre por meio de outras partes não linguísticas da sociedade. O sentido do que falamos é em decorrência do meio em que o discurso é produzido. Já os fenômenos sociais são expressos por discursos, logo são linguísticos, sendo interpretados e compreendidos já que há uma forma de entendimento comum, de tal forma são “traduzidos” pela linguagem. Portanto, há uma relação dialética e interna entre sociedade e linguagem. Como Fairclough (2001, p. 30) conclui:

Além de ser determinado por estruturas sociais, o discurso tem efeitos sobre as estruturas sociais e contribui para a obtenção de continuidade social ou mudança social. É porque a relação entre o discurso e as estruturas sociais é dialética que o discurso assume tal importância em termos de relações de poder e luta pelo poder: o controle sobre as ordens do discurso por detentores de poder institucionais e sociais é um fator na manutenção de seu poder.

Portanto, reconhecemos a relação entre a materialidade e o subjetivo na construção um do outro. Esse trabalho se pauta na compreensão dessas relações e como elas se manifestam na criação do discurso, para tal, precisamos entender diferentes elementos desse processo, como o papel da ideologia e do senso comum na formação dos imaginários sociais que os discursos professam.

Para tal, não desejamos entrar nas diferenças entre linguagem e discurso, as quais serão usadas de forma intercalada no texto, porém é preciso apontar que o discurso compreende as diferentes fases do processo, incluindo produção, texto e interpretação. A dinâmica do discurso, como sabemos por vivermos diariamente, não é estática, como também não há somente um transmissor. Precisamos lembrar disso para não simplificar as relações sociais e a criação da linguagem, como também não podemos ignorar que há resposta. A formação e proferimento de um discurso não significa que ele será aceito automaticamente. O que desejamos reforçar é que é necessário ter em mente que existe uma estrutura material social que constrói ideologias que atuam como base para os discursos sociais.

Esse não é um processo necessariamente consciente ou unitário, há diferentes discursos em disputa na sociedade, os quais são pautados por ideologias distintas, as quais foram trabalhadas previamente. Focamos no discurso ideológico por entendermos que o

exercício do poder, o qual é resultado de relações materiais, é exercido primordialmente por meio da ideologia na atualidade. Isso não significa ignorar as formas físicas, como dominação e violência, porém essa forma tem ficado em segundo plano frente a um trabalho ideológico, o qual ocorre no “coração e mente”, expressão utilizada para exemplificar a disputa propagandista utilizada na Guerra do Vietnã pelo apoio da população entre norte-americanos e vietcongs. (HEARTS AND MINDS, 1974).

É preciso salientar que não estamos falando de atores individuais, apesar de poderem existir, trata-se principalmente de poder institucional o qual é expresso por meio de diferentes instituições sociais, sendo o Estado a maior representação. Todavia, há outros como o Direito, as escolas, igrejas, mídia e a família. Os campos de interesse e atuação das instituições dialogam, podendo cada um possuir visões distintas e até conflitantes.

Aliás, dentro das próprias instituições há disputa constante de ideologias. Tomemos a Igreja Católica como exemplo, uma instituição hierárquica que possui diferentes interpretações bíblicas e sociais internas em disputa para ser a majoritária. Imagine então a mídia que tem diferentes organizações ou a escola, que é uma instituição e espaço de disputa ideológica de atores ao mesmo tempo. Todavia, esses debates, em geral, não são explícitos socialmente, ocorrem dentro das instituições, sendo usualmente apresentado um discurso público como único. Retornemos ao exemplo da Igreja, onde a posição sobre aborto e casamento homoafetivo é pauta de discussão constante interna, porém há um único posicionamento público.

Trabalhamos, portanto, com uma questão complexa. Afinal, afirmamos que há diversas ideologias que estão em confronto na sociedade, porém, ao mesmo tempo, há a tentativa de hegemonia daquelas que representam interesses das classes dominantes. Todavia, também apontamos como há diversas instituições que propagam ideologias, as quais podem ser discordantes, como também há disputas internas a essas. É perceptível como a questão ideológica é complexa, podendo ser analisada de diferentes maneiras. Tentamos não simplificar a questão ao apontar as distintas possibilidades, porém é preciso delimitar o que abordamos em nosso trabalho.

O nosso interesse é na maneira que ideologias hegemônicas podem ser criadas e serem aceitas socialmente de forma inquestionável pela maioria. Isso não significa que não haja disputa, na realidade, “sempre há algum grau de diversidade ideológica, e de fato conflito e luta, de modo que a uniformidade ideológica nunca é completamente alcançada” (FAIRCLOUGH (2001, p. 71). Esse ponto é fundamental porque são dois processos que

dialogam constantemente, a disputa entre ideologias em busca da hegemonia e a tentativa da bem-sucedida de aparentar ser única.

A efetividade da hegemonia é exatamente aparentar que não houve conflito, que sua perspectiva é única, o que ocorre por meio do consentimento, sendo esse atingido inconscientemente, através de sua fabricação. Como Fairclough (2001) aponta, há uma distinção entre o poder exercido por meio da coerção, que pode ocorrer como violência física, e quando é realizado por meio da fabricação de consentimento ou, pelo menos, a aquiescência em relação ao mesmo. É por ser um caminho de menor resistência que a ideologia tem papel central na execução do poder, sendo a naturalização da mesma uma parte essencial para a compreensão desse processo. Como Fairclough (2001, p. 27 – tradução nossa) afirma:

Práticas institucionais que as pessoas utilizam sem pensar, muitas vezes, incorporam suposições que legitimam direta ou indiretamente as relações de poder existentes. Práticas que parecem ser universais e de bom senso muitas vezes podem ser mostradas como originárias da classe dominante ou do bloco dominante, e que se naturalizaram. Onde os tipos de prática e, em muitos casos, os tipos de discurso funcionam dessa maneira para sustentar relações de poder desiguais, devo dizer que estão funcionando ideologicamente⁵.

O processo de naturalização é o caminho para a criação do senso comum, o que permite o consentimento e aceitação indiscutível da maioria das pessoas, o que calaria a disputa e diversidade de ideologias. É por isso que é parte central para entender a efetividade social das ideologias. Como Fairclough (2001, p. 89) afirma, “quando a ideologia se torna senso comum, aparentemente deixa de ser ideologia; isso é em si um efeito ideológico, pois a ideologia só é verdadeiramente eficaz quando está disfarçada”.

Como é possível pensarmos na naturalização? Fairclough (2001) utiliza o exemplo da própria palavra ideologia, a qual poderia um dia ter um sentido fixo que pudesse ser lido no dicionário, não sendo contestado. Isso seria o resultado de que um dos lados na disputa de sentidos conseguiu um poder dominante indisputável. Somente nesse trabalho, abordamos duas interpretações distintas de ideologia, sendo que notamos que há mais autores que, ao conceituarem, apresentam suas particularidades. Portanto, a naturalização é o silenciamento das disputas, resultando em qualquer visão externa a predominante ser lida como errada ou falsa.

⁵ Institutional practices that people use without thinking often incorporate assumptions that directly or indirectly legitimize existing power relations. Practices that appear to be universal and common sense can often be shown to have originated in the ruling class or ruling bloc, and which have become naturalized. Where types of practice and, in many cases, types of discourse function in this way to sustain unequal power relations, I must say that they are working ideologically.

Ironicamente, na política, essa naturalização resulta na acusação de que o outro lado que é ideológico. Quantas vezes não vimos discursos públicos que se pautavam na perspectiva de que há uma “verdade” a ser alcançada enquanto o outro tem interesses ideológicos que impediriam de se alcançar isso? Para alguns, essa é uma acusação verdadeira, não somente um subterfúgio de discurso. Como o processo ideológico necessita de sua aceitação inconsciente, as pessoas realmente não percebem que seu discurso anti-ideológico é ideológico. Isso demonstra como a naturalização pode alcançar patamares tão efetivos e bem-sucedidos, nesse caso, para os grupos dominantes, os quais desejam uma perspectiva apolítica e liberal da ação do Estado. Como o autor afirma, um tipo naturalizado tende a ser percebido não como o de um grupo particular dentro da instituição, mas simplesmente como o da própria instituição. Portanto, parece ser neutro nas lutas pelo poder, o que equivale a ser colocado fora da ideologia. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 76).

Podemos pensar em diversos exemplos, focando na instituição do Estado, é possível tratar de como o discurso nacionalista é ideológico, sendo mobilizado por grupos específicos, porém é tratado como universal e indisputável. A nação foi criação do Estado-nacional (HOBSBAWM, 1990), porém hoje é tão naturalizada que a maioria conceitualiza que a nação existia até mesmo antes de sua formação efetiva (VAN ALPHEN; CARRETERO, 2015). Assim, o Brasil já existia antes de 1500 ou 1822, anos de sua colonização e independência.

Portanto, a naturalização é fundamental, porém como isso ocorre? Para entendermos esse processo é preciso nos debruçarmos sobre o conceito de senso comum. Para o debate do significado do senso comum, podemos iniciar com o processo ao qual Fairclough (2001) é oposto – a definição do dicionário. Pensemos na definição do dicionário Michaelis⁶, o qual define senso comum como “conjunto de ideias, opiniões e pontos de vista de um grande número de pessoas em um determinado contexto social que se estabelecem e impõem como naturais e necessárias, não admitindo grandes questionamentos nem reflexões; consenso”.

Nessa definição, podemos perceber o efeito do desaparecimento da ideologia, afinal, é entendido como natural e que não há grandes questionamentos. Há um processo de inconsciência rotineira, onde nossas opiniões, as quais estruturam nosso posicionamento e ações sociais, são entendidas como universais e comuns. Como o sociólogo Harold Garfinkel (1964) aponta, é “o familiar senso comum mundano da vida cotidiana”, o qual atua sobre nossas ações e na interpretação das ações dos outros, determinando nossa interpretação da sociedade. Como Fairclough (2001, p. 64) apresenta:

⁶ Dicionário Michaelis. Senso comum. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/senso>. Acesso em: 16/11/2021.

Essas suposições e expectativas são implícitas, ao fundo, tidas como certas, e não coisas das quais as pessoas estão conscientemente cientes, raramente formuladas explicitamente, examinadas ou questionadas. O senso comum do discurso é uma parte saliente desse quadro. E a eficácia da ideologia depende, em um grau considerável, de sua fusão com esse pano de fundo do bom senso para o discurso e outras formas de ação social.

O aporte teórico que Fairclough (2001) se baseia para tratar do senso comum é de Antonio Gramsci, o qual explora o relacionamento entre ideologia e senso comum, algo que nos interessa amplamente. O autor se interessa pela temática desde seus trabalhos iniciais na prisão, sendo igualmente desenvolvido em cadernos posteriores. Em diferentes volumes de **Cadernos do cárcere**, o autor oferece definições que permitem destrincharmos para análise posterior. No caso do vol. 1, Gramsci (1999, p. 114) afirma:

O senso comum não é uma concepção única, idêntica no tempo e no espaço: é o “folclore” da filosofia e, como o folclore, apresenta-se em inumeráveis formas; seu traço fundamental e mais característico é o de ser uma concepção (inclusive nos cérebros individuais) desagregada, incoerente, inconsequente, conforme à posição social e cultural das multidões das quais ele é a filosofia. Quando na história se elabora um grupo social homogêneo, elabora-se também, contra o senso comum, uma filosofia homogênea, isto é, coerente e sistemática.

Iniciamos com a afirmação de que o senso comum não é estável, sendo fruto social e varia com o mesmo. Para o autor, há uma proximidade do conceito com folclore, outro termo que utiliza amplamente e trata da cultura popular. Como resultado de sua própria sociedade, o senso comum tem diferentes facetas, sendo construção coletiva e adotada pelo grupo. Por isso, classifica como “desagregada, incoerente, inconsequente”, já que depende da posição dos grupos que a mobilizam. Portanto, existe mais de um grupo social e há sentidos comuns, como no caso de ideologia. Todavia, como Gramsci aponta, quando há um grupo hegemônico, o seu senso comum é aplicado igualmente hegemonicamente, transformando-se em “coerente e sistemática”.

É possível perceber a relação de ideologia mobilizada por Fairclough (2001) e senso comum de Gramsci (1999), tendo as duas o mesmo aporte de relação entre o subjetivo e o material. Afinal, nos dois casos, são representações no campo abstrato do discurso, porém são formados a partir das relações sociais materiais entre grupos. Esses estão em disputa pela posição hegemônica, o que, quando ocorre, garante a implementação de uma perspectiva de que sua ideologia/senso comum se transforma em único e em processos de aceitação pelos outros grupos. Para Fairclough (2001) esse processo é semelhante, porque a ideologia perpassa esse processo por meio do senso comum.

Todavia, Gramsci não utiliza a palavra ideologia nesse caso, ele mobiliza o conceito de filosofia, como é perceptível em outro trecho:

Todo estrato social tem seu “senso comum” e seu “bom senso”, que são, no fundo, a concepção da vida e do homem mais difundida. Toda corrente filosófica deixa uma sedimentação de “senso comum”; é este o documento de sua efetividade histórica. O senso comum não é algo rígido e imóvel, mas se transforma continuamente, enriquecendo-se com noções científicas e opiniões filosóficas que penetram no costume. O “senso comum” é o folclore da filosofia e ocupa sempre um lugar intermediário entre o folclore propriamente dito (isto é, tal como é entendido comumente) e a filosofia, a ciência, a economia dos cientistas. O senso comum cria o futuro folclore, isto é, uma fase relativamente enrijecida dos conhecimentos populares de uma certa época e lugar (GRAMSCI, 1999, p. 209).

Nessa conceituação, há elementos abordados previamente, porém há outros distintos. Alguns pontos dessa citação são notáveis, como Guido Liguori (2007) salienta: a) cada estrato social tem seu próprio ‘senso comum’; b) a definição de senso comum como “concepção mais difundida de vida e moral”; c) senso comum como “folclore da filosofia” e, por fim, d) senso comum muda constantemente, incorporando novos fragmentos filosóficos e científicos, evoluindo com as mudanças sociais.

Como já trabalhado, a associação ao folclore e mudanças é uma constância do autor. Por outro lado, é notável como ele associa essas mudanças com transformações nos campos filosófico e científico, apresentando a relação com intelectuais que ele desenvolve futuramente. Por meio desse ponto, indica como há pessoas que refletem sobre a temática e alteraram o que há socialmente, enquanto a maioria da sociedade recebe as informações de forma passiva (LIGUORI, 2007). Lembrando que esse é um elemento central para a existência da ideologia e do senso comum, não sendo um julgamento de valor sobre a maioria da população, até mesmo pela impossibilidade de reflexão e estudo sobre as diversas temáticas da vida social e natural que há senso comum sobre.

Outra característica importante é a definição como “concepção difundida de vida e moral”, o que se relaciona diretamente com a noção de ideologia difundida por muitos autores, até o próprio Gramsci, o qual classifica como concepção de mundo ou visão de mundo (LIGUORI, 2007). Isso é demonstrativo de como o autor associa a concepção de filosofia e ideologia, utilizando de forma similar, praticamente de maneira intercalada. Portanto, o senso comum, nessa perspectiva, é a difusão de pensamentos (podendo ser denominada filosofia ou ideologia) hegemônicos, os quais são adotados de maneira inconsciente, tendo pouco ou nenhum questionamento.

Como apresentado, é possível perceber a importância do senso comum para Gramsci (1999), o qual entende como parte central na criação da vida social e a ação das pessoas. É possível afirmar que o foco do autor é no “terreno do ‘pré-intencional’”, em que a grande maioria dos assuntos não é apenas ‘posto em prática’, mas também ‘definido’ (em sua

subjetividade e seu modo de existência individual e coletiva) pela ideologia e, portanto, também pelo senso comum” (LIGUORI, 2007, p. 124).

A análise do discurso, fora de campo exclusivamente da linguagem, demonstra como tem um papel central na construção da realidade social, sendo o caminho pelo qual a cultura, logo a cultura e a ideologia, são construídas e difundidas na sociedade. Como no caso da cultura e ideologia, é um processo em que produz os grupos sociais enquanto esses atuam e modificam as concepções existentes. É um processo constante, onde os três elementos estudados (ideologia, cultura e discurso) se formam, algumas vezes até mesmo se confundindo entre si. Esse processo é completado por outras duas ideias: poder e disputa. Não há hegemonia sem o poder material, como também esse não é o único existente. Por ser um campo dinâmico e ter diferentes esferas de estudo, são necessárias constantes análises, como é pretendido na presente pesquisa por meio do patrimônio cultural.

4. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL

A relação entre “cultura” e “representações sociais” foi levantada por Gustav Jahoda (1988) em um artigo crítico escrito há mais de três décadas sobre as representações sociais, seguido de uma extensa resposta de Serge Moscovici (1988). Observa-se, de modo geral, que, para o autor, há lacunas nas relações entre representações sociais e cultura. A teoria das representações sociais, segundo Moscovici (1988), é entendida como uma forma de conhecimento que visa a transformar o que é estranho em familiar. Também gerou respostas de outros autores para questões pertinentes à falta de sensibilidade nas esferas de poder e sobre a relação entre representações sociais e conceitos afins como ideologia e cultura. Isso posto, vê-se que a Teoria das Representações Sociais (TRS) recebeu muita atenção, além de respostas favoráveis e desfavoráveis. Atentar-nos-emos a Moscovici, criador da teoria, e aos teóricos que enxergam a TRS como adequada para a compreensão de questões sociais no mundo contemporâneo.

O capítulo encontra-se ancorado em Moscovici e em uma rica literatura secundária que aborda a cientificidade das representações sociais e o imaginário social. Logo, ao investigar as pesquisas em representações sociais, esta seção segue a desdobrar as representações sociais sobre o patrimônio cultural.

4.1 Representação Social por Moscovici

Serge Moscovici, nascido na Romênia em 1925, foi um psicólogo radicado na França. Diretor do Laboratório Europeu de Psicologia Social (Laboratoire Européen de Psychologie Sociale) em Paris, membro da Academia Europeia de Ciências e Artes e Oficial da Legião de Honra, bem como membro da Academia Russa de Ciências e membro honorário da Academia Húngara de Ciências, além de membro do Partido Comunista Romeno. Em 1947, desiludido com o regime comunista, deixou a Romênia. Emigrou clandestinamente e chegou à França um ano depois. Em Paris, foi ajudado por uma fundação para refugiados e estudou psicologia na Universidade de Paris. Sua tese de 1961, *La psychanalyse, son image, son public*, orientada pelo psicanalista Daniel Lagache, explorou as representações sociais da psicanálise na França, obra seminal para a criação da Teoria das Representações Sociais e essencial para compreender o desenvolvimento da Psicologia Social. Ele também estudou epistemologia e história da ciência com o filósofo Alexandre Koyré (MONTIEL, 2015).

Para compreendermos a produção do autor, iniciamos com o posicionamento dele mesmo no contexto em que aborda a noção de representação social, escreve: “[...] redefinir os

problemas e os conceitos da psicologia social a partir desse fenômeno, insistindo sobre sua função simbólica e seu poder de construção do real” (MOSCOVICI, 2012, p.16). Por um lado, “redefinir” os problemas e os conceitos de uma ou de outra ciência se configura como uma postura teórica propriamente de um filósofo da ciência.⁷ Por outro, é razoável, por conseguinte, esperar dessa pauta uma construção epistemológica da ciência social, cujo objeto é constituído pelo fenômeno das representações sociais do senso comum.

Desse modo, deve-se estabelecer os conceitos que indicam em que sentido as representações sociais são fenômenos cujas funções simbólicas são entendidas numa perspectiva enfática: elas constroem o real, não o real em si mesmo, mas o real para os grupos sociais. Nesse sentido, é válido entender que construir o real implica necessariamente em afirmar que, rigorosamente, a sociedade não precede aos grupos sociais, como Émile Durkheim (1858-1917) julgou ter estabelecido (DURKHEIM, 2007). Pelo contrário, conforme Moscovici (2012, p.48) afirma, os diversos grupos sociais moldam as sociedades segundo as representações sociais das diversas regras e valores convencionalmente produzidos.

Duas correntes filosóficas estabelecem obstáculos epistemológicos à cientificidade das Ciências Sociais, quais sejam, o marxismo, pela limitação da amostra estudada, e o positivismo, pela inverificabilidade.⁸ O marxismo entende que o polo mais desenvolvido do capitalismo, aquele que traria em si o maior potencial de esperança, conduz os outros polos onde as forças produtivas já se desenvolveram inicialmente, mas as relações de produção estão emperrando um maior desenvolvimento. Nesse sentido, o progresso necessariamente impulsiona o não progresso. O polo mais desenvolvido é representado, no marxismo, pela América do Norte. Assim sendo, numa perspectiva geral, o estudo da sociedade deve ser

⁷ A postura epistemológica de Moscovici, sobretudo quanto ao caráter filosófico, no texto “*A psicanálise, sua imagem e seu público*”, aparece com mais ênfase na seção 1.2, intitulada: “As filosofias da experiência indireta” (MOSCOVICI, 2012, p. 48). Devemos ressaltar, ademais, que as características da epistemologia de Moscovici, sobretudo quanto aos problemas vinculados à noção de representação social, podem ser melhor esclarecidas a partir da leitura de alguns textos de Castorina, como procuraremos evidenciar. Dentre outros textos, ver: CASTORINA, 1997; 2002; 2008; 2010; 2013; 2016. Enfatizamos, todavia, a seguinte passagem: “[...] hay ciertas preguntas clásicas de la filosofía de la ciencia, todavía plenamente vigentes que se pueden plantear a propósito de las RS, referidas a sus relaciones con la realidad (Putnam, 1987). Así, cuando se asume que ellas son en algún sentido estructuraciones del mundo social, se plantea si son el reflejo de este último o si se establece una diferencia continua. A lo largo del despliegue de su obra, Moscovici dio una gran importancia a estos análisis, y lo mismo puede decirse de sus discípulos más relevantes, al punto de convertirse en un genuino nivel de la propia investigación. Básicamente, porque responden a la necesidad de rigorigar y problematizar aspectos conceptuales de la producción de conocimientos en la TRS, así como legitimarla em el contexto del pensamiento filosófico y de las ciencias sociales. De ahí que los trabajos más relevantes de la TRS, han incluido a las tres instancias que se reconocen inherentes a la investigación, en um dinámico y difícil equilibrio: el nivel empírico, el nivel teórico y el nivel meta teórico”. (CASTORINA, 2016, p. 80-81)

⁸ Embora no desenvolvimento desta dissertação pretendamos estudar a leitura que Moscovici faz do marxismo e do positivismo, no estado atual deste trabalho optamos por enfatizar sua leitura do positivismo.

iniciado a partir da consideração do capitalismo americano, ou seja, o estudo sobre os representantes do capitalismo americano indicaria a natureza da sociedade e dos demais grupos sociais. O capitalismo americano, portanto, se constitui como a amostra privilegiada que dita sobre os demais grupos sociais. A outra corrente, por sua vez, nas palavras do próprio Moscovici, se apresenta como: “[...] uma filosofia positivista que só dá importância às previsões verificáveis pela experiência e aos fenômenos diretamente observáveis” (MOSCOVICI, 2012, p.16).

Uma representação social não se configura como “um fenômeno diretamente observável”, uma vez que, por definição, representar é apresentar algo no lugar de outro.⁹ A concepção epistemológica clássica positivista precisa, portanto, ser superada. Caso contrário, o objeto central da psicologia social moscoviciano retira dela seu caráter científico, a saber: as representações sociais do senso comum de determinados grupos sociais.

A noção de senso comum possui dois aspectos estabelecidos, tais aspectos são ligados pela noção de “revolução científica”. (MOSCOVICI, 2012, p.19). Ao tratar especificamente das sociedades ocidentais, Moscovici (2012) registra que, antes da Revolução Científica, o senso comum era: “[...] primordial, com sua inocência, suas técnicas, suas ilusões, seus arquétipos e seus ardis” (MOSCOVICI, 2012, p.22). O autor ainda complementa que “a ciência e a filosofia daí retiravam os materiais mais preciosos e os destilavam no alambique dos sucessivos sistemas” (MOSCOVICI, 2012, p.22).

Após a Revolução Científica, aparece um “novo senso comum” (MOSCOVICI, 2012, p.23), ou seja, há uma inversão da influência. O senso comum não confere mais “os materiais mais preciosos”, muito pelo contrário:

[...] as ciências inventam e propõem a maior parte dos objetos, dos conceitos, das analogias e das formas lógicas que utilizamos para responder às operações econômicas, políticas e intelectuais. O que se impõe, com o tempo, como dado imediato de nossos sentidos, de nosso entendimento, é na verdade um subproduto retrabalhado das pesquisas científicas. Essa situação é irreversível (MOSCOVICI, 2012, p.23).

Vinculada à noção de um novo senso comum, encontra-se a crítica de Moscovici à concepção segundo a qual o senso comum corrompe e degrada o conhecimento científico. Essa concepção equivocada decorre de “uma confusão de objetivos” (MOSCOVICI, 2012,

⁹ (Cf. MOSCOVICI, 2012, p. 27). A respeito da noção de representação social, Castorina escreve: “Ante todo, hay que decir que no disponemos de una definición a priori de las RS, que alcance la precisión y rigor que los filósofos suelen exigirle para ser satisfactoria en una teoría. A poco de ser elaborada en sus líneas más generales por Moscovici, la RS fue cuestionada por diversas razones y desde diferentes perspectivas. Por una parte, se le ha reprochado que su definición es imprecisa, de modo tal que no es posible distinguirla de otras categorías sociales. Se le ha atribuido además, una gran vaguedad y ambigüedad en la formulación de la teoría (Jahoda, 1988; Smedslund, 1998; Delval, 1994)”. (CASTORINA, 2008, p. 762).

p.23). No intuito de esclarecer sua crítica, após abordar alguns casos das ciências naturais, o autor se dirige às ciências humanas e questiona sobre o sentido da ciência produzida pelo cientista e, pelo suposto, não cientista.

A partir desse diálogo, verifica-se, segundo Moscovici (2012), que ambos possuem certas noções e compreensões que são comuns, o que de modo algum implica em afirmar precariedade ao conhecimento do não cientista. Nesse sentido, Moscovici adverte para que não deixemos: “[...] escapar o mais importante do fenômeno próprio à nossa cultura, que é a socialização de uma disciplina no seu conjunto, e não, como se pretende, a vulgarização de algumas de suas partes” (MOSCOVICI, 2012, p. 22-23).

A socialização do conhecimento científico, ademais, viabiliza o alargamento de determinadas proposições científicas por parte do senso comum. O alargamento, como bem enfatiza o autor, não se configura como distorção, sendo um assunto estudado não somente pela sociologia e pela história, mas também pela psicologia social:

Observa-se ao mesmo tempo o nascimento de um novo senso comum que não poderia ser entendido em termos de vulgarização, de difusão ou de distorção da ciência. Para analisar esse acontecimento e esse fenômeno, a contribuição da sociologia e da história seria indispensável. Não obstante, a psicologia social apreende os aspectos essenciais através do estudo das representações sociais e da comunicação (MOSCOVICI, 2012, p.25-26).

O estudo das Ciências Sociais é constituído pelas representações sociais e pela comunicação incluídas no novo senso comum. Nota-se, além disso, que as duas noções (representações sociais e comunicação) são intrinsecamente coletivas: não fazem referência à individualidade em si mesma. À luz da noção de coletividade, tem-se teoricamente mais proximidade da Sociologia enquanto matriz disciplinar. Por outro lado, a aproximação teórica com relação à Sociologia geral advém da noção de sociedade. É justamente porque referenciam diretamente à noção de sociedade que as noções de representação social e comunicação, conforme Moscovici (2012), são advindas do conceito de “representação coletiva” estabelecido por Durkheim (1898). Com efeito:

Durkheim foi o primeiro a propor o termo “representação coletiva”. Queria designar a especificidade do pensamento social em relação ao pensamento individual. Da mesma forma que, segundo ele, a representação individual é um fenômeno psíquico, irredutível à atividade cerebral que o autoriza, da mesma forma a representação coletiva não se reduz à soma das representações dos indivíduos que compõem uma sociedade. Ela é de fato um dos sinais da primazia do social sobre o individual, da invasão deste por aquele. Para ele, a psicologia social deveria preocupar-se em estudar “de que modo as representações se evocam e se excluem, se fundem umas nas outras e se distinguem”. Infelizmente, até aqui, ela não o fez (MOSCOVICI, 2012, p. 26.)

O final da passagem citada é bastante sugestivo. Mostra, por um lado, que Durkheim é a fonte de inspiração para o projeto moscoviciano sobre as representações sociais. Contudo, por

outro lado, que Moscovici se propôs a levar a cabo a constatação de Durkheim, segundo a qual analisa as diversas relações entre as diferentes representações. A análise ainda estava por ser feita, inclusive, na década de 1950, quando Moscovici deu início aos estudos em psicologia social.

Três são os conceitos centrais articulados até aqui, no trecho supracitado, a saber: pensamento, representação e atividade cerebral. Neste sentido, entende-se que o pensamento e a representação, para Durkheim, não se reduzem à atividade cerebral, ou seja, os humanos, de certo modo, pelo pensamento e representação, ultrapassam sua condição animal, uma vez que inúmeros outros animais também possuem atividade cerebral, mas não pensam e representam no sentido atribuído aos humanos.

Os conceitos de pensamento e representação de Durkheim são entendidos na esfera do indivíduo e, por conseguinte, na esfera coletiva, sendo um domínio pertencente à sociologia geral. Sobretudo no que diz respeito ao conceito de representação, o postulado durkheimiano diz que a representação da sociedade precede à representação individual e às diversas representações dos diferentes grupos sociais. Em contraposição, no pensamento moscoviciano, não se admite uma noção de sociedade no singular, uma espécie de entidade platônica, mas inúmeras sociedades, consequências das inúmeras representações individuais e grupais (CASTORINA, 2016).

Após demarcar essa diferença frente ao conceito de representação, vê-se mais clara a definição de representação social, sendo: “[...]uma modalidade de conhecimento particular tendo a função de elaboração dos comportamentos e da comunicação entre indivíduos” (MOSCOVICI, 2012, p. 27). Tem-se, portanto, uma introdução à definição de representação social e à noção de comunicação. Aliás, é a comunicação uma das garantias da sociabilidade da representação social. A representação social, portanto, é a comunicação de conhecimentos particulares entre indivíduos¹⁰.

O termo “particular”, na definição de representação social, enfatiza o íntimo vínculo epistemológico que o conhecimento possui com a realidade concreta, com o contexto real e efetivo vivenciado pelos indivíduos. Não se trata, nesse sentido, de um conhecimento

¹⁰ Sobre a noção de comunicação, essencial para o conceito de representação social, Castorina nos orienta do seguinte modo: “En la tradición francesa, las RS se caracterizan por restituir simbólicamente al objeto para un sujeto grupal o social y en la comunicación social. El ‘representar algo para alguien’ (Moscovici, 1986) pone de relieve que están orientadas intrínsecamente a la comunicación con outro”. (CASTORINA, 2008, p. 764). E, num texto anterior, já havia estabelecido que: “Há aqueles que definem as representações sociais, como o grupo de Moscovici, como um fato dado na comunicação. Essas representações são definidas quase por dentro da comunicação; não se pode praticamente pensá-las fora da comunicação. Não há uma existência dessas representações fora da comunicação social... Elas não estão na cabeça das pessoas, estão no processo de comunicação; seu *status* ontológico está nas relações sociais”. (CASTORINA, 1997, p. 130).

puramente especulativo ou abstrato que não diz diretamente sobre o mundo natural e social vivenciado cotidianamente pelos indivíduos (CASTORINA, 2008).

Assim sendo, há uma epistemologia própria que assegure o tratamento científico sobre as representações sociais. Precisamos, todavia, questionar se o pensar moscoviciano sobre o mundo (a realidade) requer necessariamente o distanciamento das representações do cotidiano. Afinal, Moscovici (2012) parece admitir uma “lógica” própria ao (novo) senso comum de modo que por ele são organizadas as representações sociais. Nesse sentido, não somente seria possível estabelecer uma ciência que aborda as representações sociais do senso comum, mas também seria possível verificar que o senso comum na teoria das Representações Sociais desenvolve seu próprio conhecimento. Nesse último caso, entretanto, o conhecimento do senso comum seria distinto do conhecimento acadêmico, embora não seja inferior a ele.

Assim como a ciência acadêmica possui uma origem e um desenvolvimento, o conhecimento do senso comum na teoria das Representações Sociais também possui origem e desenvolvimento:

Qualquer representação é composta de figuras e de expressões socializadas. Concomitantemente, uma representação social é organização de imagens e linguagem, pois recorta e simboliza ações e situações que são ou se tornam comuns. Vista de modo passivo, ela é apreendida como reflexo, na consciência individual ou coletiva, de um objeto, de um feixe de ideias exteriores a ela (MOSCOVICI, 2012, p. 26-27).

Enquanto figura ou imagem, num primeiro momento, a representação é exclusivamente individual. É a linguagem o primeiro motor que coloca a imagem individual em movimento, faz transitar de um indivíduo para outro e, assim, a imagem é socializada, culminando em sua cristalização coletiva¹¹. Por esse viés, torna-se compreensível a razão que conduz Moscovici a conceber a noção de representação como uma noção composta por dois componentes intrínsecos e permanentemente relacionados, a saber: as figuras e a expressão socializada, isso é, as imagens e a linguagem¹².

Além do aspecto passivo, tem-se, também, o aspecto ativo da representação social:

¹¹ “As representações sociais são entidades quase tangíveis; circulam, se cruzam e se cristalizam continuamente através da fala, do gesto, do encontro no universo cotidiano”. (MOSCOVICI, 2012, p. 39.)

¹² “Las representaciones sociales se distinguen en aspectos relevantes del conocimiento propiamente conceptual y de las representaciones estudiadas por los psicólogos del conocimiento, ya que son elaboradas a través de la comunicación, de modo que existen dentro de una estructura de lazos asociativos de significación. Y sobre todo, son inherentemente evaluativas y toman forma a través del discurso social, no estando limitadas por los cánones de la lógica argumental de los conceptos. En síntesis, su foco está en el mundo de los valores en adición al mundo de los hechos, lo que introduce una dificultad en la interpretación del desarrollo intelectual: los valores no pueden ser organizados en la secuencia lógica que podría proveer, justamente, la estructura de un estudio realizado en la psicología del desarrollo”. (CASTORINA, 2013, p. 112).

Por que seu papel é moldar o que é dado pelo exterior, os indivíduos e os grupos colocando seu interesse mais nos objetos, ações e situações constituídos por e durante uma infinidade de interações sociais. Ela reproduz, é verdade; mas essa reprodução implica uma acomodação das estruturas, uma remodelagem dos elementos, uma verdadeira reconstrução do dado no contexto de valores, noções e regras das quais se torna a partir de então solidários. Além disso, o dado externo nunca está pronto, unívoco; ele deixa um espaço importante de atuação para a atividade mental que se esforça para apreendê-lo. A linguagem aproveita para circunscrevê-lo, carregá-lo no fluxo de suas associações, dotá-lo de suas metáforas e projetá-lo em seu verdadeiro espaço que é o simbólico (MOSCOVICI, 2012, p. 27).

Nota-se que o mundo social ao mesmo tempo em que influencia a origem das representações sociais também é moldado pelas representações sociais, pois é no mundo social que os humanos “liberam os poderes de sua imaginação” (MOSCOVICI, 2012, p. 27). As sociedades, portanto, são configuradas conforme os humanos exercem a imaginação coletivamente, o que inclui, necessariamente, o emprego da linguagem.

O conhecimento ou ciência que se serve da imaginação coletiva, segundo Moscovici (2012), é baseado em proposições da ciência acadêmica. Tal relação, entretanto, não ocorre de modo contínuo como se o senso comum se limitasse a uma apropriação da ciência acadêmica, aliás, deteriorando-a:

Retomemos o problema da penetração da ciência na sociedade. A passagem do plano da ciência para as representações sociais implica uma descontinuidade, um salto de um universo de pensamento e de ação para outro, e não uma continuidade, uma variação do mais para o menos. Deplora-se essa ruptura, pois nela se enxerga uma demissão, um enfraquecimento do império da lógica ou da razão. Essa nobre atitude é, no entanto, demasiado unilateral e limitada. Ela desconhece que, ao contrário, a ruptura é condição necessária da entrada de cada conhecimento (físico, biológico, psicológico etc.) no laboratório da sociedade, onde se encontra dotada de um novo estatuto epistemológico, na forma de representações sociais (MOSCOVICI, 2012, p. 27).

As bases que o senso comum recolhe da ciência acadêmica são completamente transformadas no “laboratório da sociedade”. Com efeito, elas se transformam em representações sociais dotadas, nas palavras de Moscovici (2012), “de um novo estatuto epistemológico”. Ora, a novidade, como se sabe, não surge a partir do nada, mas provém de algo, seu substrato. A relação da novidade com o substrato, a antiguidade, ou é de continuidade, a novidade branda, ou é de descontinuidade (ou salto), a novidade radical.

As representações sociais do senso comum, portanto, possuem relação de descontinuidade com o substrato da ciência acadêmica. É importante compreender que ao analisar as bases epistemológicas moscovicianas, nas quais se arquiteta a cientificidade das representações sociais, investiga-se automaticamente a relação entre objetividade e subjetividade dos princípios do pensamento social. Igualmente, desdobra-se o conceito de comunicação como elemento da noção de representação social.

4.2 Conhecimento social

A inseparabilidade entre representação e realidade é um dado presente no cotidiano dos indivíduos, onde o senso comum é praticado. Camargo (2016, p. 13) designa de “conhecimento natural” isso, o qual considera intrinsecamente problemático. Todavia, para Moscovici (1979, p. 29) existe: “[...] o problema da racionalidade no conhecimento natural e no conhecimento científico”. Ora, se é possível uma racionalidade no conhecimento natural,¹³ mesmo sendo repleta de problemas, então, a irracionalidade não é um dado necessariamente inerente em todos os domínios do senso comum.

A ação de significar é intrinsecamente racional, embora não seja em todos os sentidos a racionalidade da ciência acadêmica. Segundo Camargo (2016), as explicações do senso comum significam a sociedade e o próprio universo. Nesse sentido, é razoável entender a noção de “sociedade pensante” (NASCIMENTO-SCHULZE; CAMARGO, 2000), o que implica, necessariamente, em afirmar que: “[...] o ser humano é um ser social e, portanto, se constrói a partir da trama de relações estabelecidas ao longo de sua vida, onde se compartilham conhecimentos sociais” (JUSTO; CAMARGO, 2013, p. 22).

É justamente em torno da noção de conhecimento social que Godelier (1984), ao precisar as funções do conhecimento social e das suas representações, pontua a relação entre representações e ideologia. A primeira função da representação é apresentar uma dada realidade ao pensamento. A segunda, que é indissociável da primeira, é interpretar a realidade. A terceira é permitir ao pensamento organizar as relações dos homens entre si e com a natureza. A quarta, enfim, se refere ao fato das representações legitimarem ou não as relações. Ademais, as interpretações podem ser ilusórias ou não. As primeiras remetem à função ideológica das representações e as segundas, por seu turno, são indicadas pelo conjunto de saberes cotidianos que constituem uma “ciência do concreto” (GODELIER, 1984, p. 202).

Sobre a noção de “ciência do concreto”, afirmada por Godelier (1984), vê-se que tanto Beck (1992) quanto Giddens (1991) nos apresentam os primórdios da consideração a respeito das representações sociais. Segundo os autores, a atenção às representações sociais surge num estágio da modernidade caracterizado por uma marcada individualização dos estilos de vida.

¹³ A respeito da noção de racionalidade em Moscovici, Wolter escreve: “Moscovici não vê a racionalidade unicamente no indivíduo. Tampouco ele idealiza o universo reificado e ‘intelectual’, comparativamente ao senso comum, universo consensual, outrora visto como um simples conjunto de processos e crenças repleto de vieses e erros”. (WOLTER, 2011, p. 6).

Identifica-se que nesse estágio, as Ciências Sociais abandonam as grandes narrativas buscando narrativas situacionalmente circunscritas. As rápidas mudanças sociais e a diversificação dos estilos de vida confrontam os epistemólogos com novos contextos e perspectivas de análise dos fenômenos sociais.

4.3 Teoria das representações sociais e representação coletiva

Moscovici, ao longo de suas obras, expressa visões sobre a psicologia social e o posicionamento da disciplina entre as Ciências Sociais e, especificamente, entre a Sociologia e Antropologia Social. Ele se referiu, nesse contexto, a visões expressas por cientistas sociais diferentes, tal como Durkheim que se aprofundou em uma busca social no campo da sociologia. Para Durkheim e Plekhanov, “a posição estratégica da psicologia social é dada pelo seu potencial de agir em resposta aos fenômenos políticos, históricos e sociais atuais”. (MARKOVÁ, 2017, p. 361)

Assim, desde o início, de acordo com Marková (2017, p. 361), “Moscovici articulou a psicologia social como uma disciplina em movimento” que tem sua especificidade e prosseguiu seu estudo ao longo de sua carreira no desenvolvimento da “teoria das representações sociais, das inovações minoritárias e em participação no movimento ecológico” (MARKOVÁ, 2017, p. 361).

Ainda segundo Marková (2017, p. 363):

Interações heterogêneas entre os grupos e seus contextos específicos produzem uma variedade de estilos de pensamento e comunicação, alguns baseados em consenso, outros em dissenso e contradição. Comunicação não conduz necessariamente a uma melhor compreensão, harmonia e progresso.

Nesse sentido, a autora mostra a importância do contexto, da relação entre os sujeitos sociais e como se comunicam. Também, que a comunicação não necessariamente produzirá um conhecimento que se desenvolve no sentido de melhorar, mas que o senso comum funciona de maneiras múltiplas, em várias direções e de acordo com várias interrelações diferentes estabelecidas num determinado contexto que produz conhecimento. Assim, para Moscovici, segundo Marková (2017), o conhecimento se transforma de acordo com as condições sócio-históricas e culturais.

Dessa forma, o “social” é importante para o pensamento moscoviciano, o qual entra em contraste com outras ciências sociais, pois a Psicologia Social evitou a busca sobre a conceituação do “social” muitas vezes. Assim, nas outras ciências teóricas, buscavam definir o que era “social” e “individual”, já, na psicologia social, isso não estava claro. Moscovici buscou por essa resposta em seus estudos (MARKOVÁ, 2017, p. 368).

Nesse sentido, mostrando a necessidade da definição conceitual, “Moscovici argumentou, a sociedade não é feita de indivíduos. O fato de dois ou três indivíduos pensarem juntos não os tornam uma sociedade.” (MARKOVÁ, 2017, p. 369). Tendo em vista o exposto, o autor evidenciava a necessidade de considerar as diferenças entre as pessoas, suas experiências e o contexto no qual estão inseridas.

A pesquisa de representações sociais inclina-se para a interrelação entre indivíduos, grupo e objeto. Assim sendo, as representações são as ideias e imagens que o grupo tem sobre um dado objeto construídas nessa interdependência. (MARKOVÁ, 2017).

Ao introduzir o conceito de representações sociais, discutindo a natureza heterogênea da sociedade moderna, vê-se que antes Durkheim (1898) utilizava o conceito de representações coletivas para o estudo das representações hegemônicas e homogêneas, como mito e religião, na tradição das sociedades. Um momento peculiar nas representações coletivas de Durkheim (1898) é a mistura desse conceito entre Sociologia e Psicologia. Assim, as representações coletivas são produzidas por sociedades e, contudo, elas fazem parte do indivíduo psicológico atuando até o momento de compor a percepção e suas nuances.

O conceito de representações coletivas estimula um questionamento profundo sobre o que fundamenta as relações sociais. Moscovici defende a revitalização do conceito de Representações Coletivas (MOSCOVICI, 2012), mas sob o novo nome de "representações sociais". A razão para a mudança de terminologia é porque o estado de conhecimento na modernidade tardia é mais pluralista, por isso que são representações mais multifacetadas do que teorizado por Durkheim (1898).

Os indivíduos estão expostos hoje a um grande número de informações, muitas vezes contraditórias, o que provoca a necessidade de reavaliar constantemente suas concepções a respeito dos objetos do mundo. Este fato teria como consequência uma transformação mais rápida das representações sociais (MOSCOVICI, 2012, p.5).

A diferenciação estrutural da sociedade criou um número crescente de subgrupos, cada um com seu próprio discurso, enquanto a globalização trouxe sistemas de conhecimento que eram separados pela geografia, porém, agora, são disseminados ignorando as distâncias existentes. A união desses dois fatores significa que há o surgimento de ações políticas, filosóficas, artísticas e religiosas com práticas muito diversificadas (MOSCOVICI, 2012), a saber:

As representações sociais constituem-se para o homem moderno numa das vias de apreensão do mundo concreto, elas "determinam o campo de comunicações possíveis, dos valores ou das ideias presentes nas visões compartilhadas pelos grupos, e regem, subsequentemente, as condutas desejáveis ou admitidas (MOSCOVICI, 1978, p. 51).

Pode-se encontrar exemplos do choque de representações nos embates entre o governo secular e religião e nas tensões relativamente atuais entre senso comum e ciência. Nesses e em outros contextos, estamos testemunhando o colapso do coletivo, estruturas homogêneas e totais “de conhecimento e o surgimento de um campo pluralista de representações” (MOSCOVICI, 1978, p.51). Assim, as pessoas agora estão navegando entre os conhecimentos e discursos, escolhendo o que é relevante para o contexto dado e capaz de defender suas escolhas em relação a alternativas possíveis.

Como Moscovici afirma, “as representações sociais têm um papel de autonomia do ser e são específicas da nossa sociedade e cultura” (MOSCOVICI, 1978, p. 51). Então, nesse âmbito, questionamentos são levantados gerando discussão sobre qual a relação entre as condições atuais de pluralidade e sua textura, bem como se passamos de uma condição sociológica de representação coletiva para uma de representação social. Cabe ressaltar que no ponto em que as representações são reflexivas e possibilitam a comunicação entre elas, argumenta-se que dentro das representações deve haver representações alternativas, ou seja, as representações das representações de outras pessoas.

[...] as relações sociais que estabelecemos no cotidiano são fruto de representações que são facilmente apreendidas. Portanto, a Representação Social, possui uma dupla dimensão, Sujeito e Sociedade, e situa-se no limiar de uma série de conceitos sociológicos e psicológicos (MOSCOVICI, 1978, p. 51).

Representações alternativas são, portanto, apresentadas como subpartes dialógicas importantes para certas representações, permitindo que elas se adaptem às suas pluralidades. É importante compreender que se pode notar nitidamente que uma representação social é construída em cultura coletiva e não é um construto psicológico ou cognitivo individual.

Os sujeitos sociais reapresentam a realidade, o que significa dizer que eles, interpretam e transformam e, ao mesmo tempo, são transformados por ela, não apenas a reproduzem mecanicamente como um espelho. Isso tem implicações diretas para a pesquisa científica e de gênero social, uma vez que os processos de representação estão diretamente ligados aos processos de conformação, manutenção e transformação de identidades sociais e coletivas.

A abordagem de identidade multinível inclui as relações dentro dos indivíduos, entre grupos internos e externos, bem como processos históricos, sociais e ideológicos, incluindo representações de gênero, além de outras que são mais flexíveis e menos resistentes à mudança. Assim, é importante compreender que as representações sociais são produtos sociais derivados da interação e sua natureza é relacional.

A importância do senso comum (*sensus communis*) é enfatizada como capital simbólico a partir do qual todo conhecimento é historicamente construído, enraizado e transformado. Esse conhecimento não é legitimado por sua testabilidade científica, mas segue seu uso contextual e cotidiano. As representações sociais, portanto, são sistemas de ideias, valores e práticas com uma dupla função: a) estabelecer um marco de ordem para orientar os sujeitos sociais no mundo simbólico e material que habitam e b) permitir a comunicação entre os membros de uma coletividade por meio de um código compartilhado para nomear e classificar objetos e processos.

Segundo Moscovici (1981, p.71):

[...] representações sociais são “sistemas de valores, ideias e práticas” que, ao mesmo tempo, “estabelecem uma ordem que permite que os indivíduos se familiarizem e façam parte do mundo social e material” e, ao mesmo tempo, possibilitam a comunicação entre os membros do mundo. Assim formam uma comunidade fornecendo-lhes um código de intercâmbio social compartilhado que nomeia e classifica vários aspectos do mundo e sua história pessoal ou grupal sem ambiguidade.

As representações sociais se originam na vida cotidiana, "a sociedade é um sistema de pensamento e elas podem ser vistas como o equivalente contemporâneo dos mitos e sistemas de crenças nas sociedades primitivas" (MOSCOVICI, 1981, apud AUGOUSTINOS; WALKER, 1996). Elas emergem tanto do senso comum quanto do conhecimento científico nas sociedades modernas e, embora pareçam contraditórias, isso ocorre porque as representações sociais explicam a realidade social em seus distintos níveis de complexidade. Elas são consensuais e dinâmicas. Dessa forma, as RS são mais do que simples formas de pensar, são formas de fazer o mundo (MOSCOVICI, 1988, p.6).

Dado que as RS's atuam internamente nos indivíduos, elas são compreendidas como construções sociocognitivas, já que funcionam na mente dos indivíduos, tendo um componente social e um componente cognitivo.

Moscovici fala da TRS como uma forma de fazer antropologia da vida moderna (MOSCOVICI, 1993). O estudo das representações sociais possui o elemento central nas formas pelas quais o conhecimento é construído. Portanto, a TRS possui ligações relevantes no que tange aos processos por meio dos quais os sujeitos sociais e as identidades de grupo são concebidos. Por meio de representações sociais que são compartilhadas e distinguem grupos e membros do grupo, as representações expressam códigos culturais particulares.

Além disso, conforme Jodelet (1988), as representações têm uma relação direta com a ação:

O conceito de representação social designa uma forma específica de conhecimento, o conhecimento do senso comum; seu conteúdo manifesta o funcionamento de

processos genitivos e funcionais que são caracterizados socialmente. Em um sentido mais amplo, designa uma forma de pensamento social. As representações sociais constituem formas de pensamento prático orientadas para a comunicação, compreensão e domínio do ambiente social, material e ideal. Como tal, eles apresentam características específicas em termos de conteúdo, operação mental e lógica. A caracterização social dos conteúdos ou dos processos de representação deve ser remetida às condições e aos contextos em que a representação emerge, à comunicação que os faz circular e às funções que eles servem como parte da interação com o mundo e com os outros (MOSCOVICI, 1978, p.6).

Cabe salientar que elas gestam em um dado contexto cultural. Assim, as representações sociais vão além de serem estruturas mentais, uma vez que permitem o enquadramento da comunicação em sua raiz basilar

[...] uma representação não é um mero reflexo da realidade, mas sim sua organização significativa. Essa significação depende tanto de fatores contingentes - a natureza e limites de uma situação, seu contexto imediato, a finalidade de uma situação - assim como em fatores mais gerais que transcendem a situação como tal: [isto é] o contexto social e ideológico, o lugar dos indivíduos na organização social, a história individual e grupal, o que está socialmente em jogo, bem como os sistemas de valores. (ABRIC apud PHILOGÈNE; DEAUX, 2001, p. 43)

A cognição é social por definição, uma vez que seu progresso ocorre na interação social. O seu enquadramento é composto pela cultura e, assim, permite a formação e disseminação de RSs, além de sua transformação contínua. As representações sociais têm duas funções básicas: a primeira delas é a de categorizar, isso é, elas se constituem e se tornam modelos cognitivos padrão da vida cotidiana. Já, na segunda função, ocorre a prescrição dos modelos cognitivos, uma vez que eles fazem parte de nosso estoque de modelos cognitivos existentes que estruturam e equilibram novas experiências e conhecimento emergente.

Assim, ao analisar as representações sociais, somos levados ao acesso dos componentes da cultura e sua relação com o ser. Desse modo, mesmo que as representações sejam atuantes dentro do indivíduo, elas se evidenciam e compõem no universo das matrizes culturais onde o pensamento emerge como tal. É uma relação que não pode separar arbitrariamente o sujeito do objeto representacional, nem o pesquisador e sua posição com o estudo das representações.

Portanto, pode-se dizer que as representações sociais precedem as identidades - não no sentido durkheimiano - mas em que são os conteúdos básicos a partir dos quais o mundo e as identidades auto e heteronormativas são construídos ao longo da vida em processos de socialização e familiarização.

Cabe ressaltar que as representações sociais permitem a comunicação. Dessa forma, as RSs possibilitam a compreensão como parte da mudança, uma vez que compõem o espaço

simbólico que determina o significado dos processos sistêmicos relacionais apresentados em diferentes esferas.

Cabe, também, compreender que ao mesmo tempo em que estabelecem estruturas de significado, as representações têm uma função de poder à medida que "condicionam a existência humana" (ARENDDT, 1958). Assim, institucionalizando conhecimento, senso comum, capacidades locais e, portanto, normatizando a ação.

Por fim, vale destacar que existem dois processos básicos de produção histórica do conhecimento: ancoragem e objetivação. É por meio desses dois processos que o não familiar se torna familiar e que novos conceitos e ideias são assimilados em conhecimento pré-existente no contexto das perspectivas mundiais existentes. A ancoragem é o processo pelo qual um objeto recebe um significado, pois está associado a outros símbolos. A objetivação implica a ligação existente com o conhecimento emergente, é o exercício de traduzir algo desconhecido em algo concreto. Ocorre simbolicamente por meio de metáforas e analogias ou materialmente, ligadas a objetos e entidades.

É por meio desses dois processos - ancoragem e objetivação - que as representações sociais cumprem seu duplo papel:

a) fazer com que os objetos, pessoas e eventos que enfrentamos sejam convencionais. As RSs deram aos objetos uma forma definida, localizando-os em categorias existentes e gradativamente estabelecendo-os como modelos específicos, únicos e compartilhados e [...] b) são prescritivos, ou seja, impõem-nos uma força irresistível. Essa força é uma combinação de uma estrutura pré-existente que existe antes mesmo de começarmos a pensar, assim como de uma tradição que decreta o que devemos pensar (MOSCOVICI, 2015, p. 34-36).

Dessa forma, os objetos, pessoas e situações são ancorados e categorizados para, então, serem objetivados em determinado contexto. Assim, passam a ser eles também representações sociais. Logo, a estrutura das representações sociais gera uma função ambivalente, uma vez que a representação ocorre por meio de um processo de trocas entre um conceito e percepção (MOSCOVICI, 2015). A Tabela 1 mostra as funções da Representação Social.

Tabela 1 – Funções da Representação Social

Função	Finalidade
Orientação	Definir o que é lícito, tolerável ou inaceitável em um determinado contexto social. Guiar comportamentos e práticas, bem como guiar a conduta; apontar e definir o tipo de estratégia cognitiva a ser adotada, além de criar modelos de antecipação e justificativas da ação;
Justificatórias	Preservar e justificar a diferenciação social, podendo contribuir para a discriminação ou manutenção da

Identitárias	distância entre grupos; justificar, a posteriori, as tomadas de decisão e os comportamentos; criar representações que justificam suas ações;
Saber	Preservar as particularidades de dado grupo; definir identidade grupal; situar os indivíduos dentro de um grupo social compatível com o sistema de normas e valores determinados social e historicamente. Assimilar conhecimentos em um sistema cognitivo existente; compreender e explicar a realidade; Saber prático do senso comum; Comunicação social; transmitir e difundir o saber do senso comum.

Fonte: POLLI; KUHNEN, 2011, p. 60

Como se pode observar na Tabela 1, o pensamento conceitual é um processo que possui a responsabilidade da reinvenção de dado objeto por meio de uma representação. Desse modo, a representação vai além de uma assimilação simplista de cópia do objeto representado, uma vez que ocorre a modificação e, por conseguinte, uma reinvenção. Cabe ressaltar que o objeto representado é diferente do objeto real e tais alterações possuem a compreensão, em sua raiz, no psiquismo individual e social.

Neste estudo o objeto em questão é o patrimônio cultural, conceito que vem sendo ressignificado amplamente, principalmente a partir do séc. XX. Dadas as características fluidas das sociedades atuais e as disputas identitárias que se tornaram possíveis, as representações acerca deste objeto, e suas funções, são muito importantes para compreender o senso comum de uma comunidade e possibilitar formas de compreender os grupos sociais e gerenciar as instituições.

4.3 Representações sociais e o patrimônio cultural

Como se estabelece a relação entre as representações sociais e o patrimônio cultural? O primeiro aspecto a considerar é a origem do conceito de patrimônio cultural. Choay (2014) evidencia os conceitos monumento e monumento histórico. No primeiro caso, tem alcance universal e refere-se à criação de uma comunidade para lembrar determinados eventos.

Por outro lado, o monumento histórico refere-se a um bem que não foi necessariamente criado como monumento, pelo que adquire valor quando é identificado como tal. Isso implica que deve haver uma distância no tempo. É assim que se inicia a construção do patrimônio, processo que, segundo Choay (2014), se evidencia durante o Renascimento com o que define como a fase da Antiguidade. Afinal, é o momento em que as obras do período são consideradas monumentos, mas não até ao século XX quando há, como a autora

chama, consagração do monumento. Assim, pode-se afirmar que até o século XX, o conceito de patrimônio se dirigia ao objeto e, ainda, a um objeto que tem valor pelos significados que lhe são depositados, por exemplo, por representar um momento glorioso do passado.

No entanto, a partir do século XIX, a cidade como um todo começou a ser valorizada. Choay (2014) analisa o que chama de invenção do patrimônio urbano. Ela explica que é com intervenções do século XIX, como a transformação de Paris pelo Barão Haussmann, que se percebe a necessidade de conservar a cidade histórica e não apenas os monumentos isoladamente. A autora afirma que a noção de patrimônio histórico urbano é fruto de uma dialética entre história e historicidade, que transita entre três figuras da cidade antiga: memorial, histórico e histórico-patrimonial (CHOAY, 2014, p. 164).

A figura memorial é o ser da cidade, já a figura histórica refere-se à morfologia da mesma e ao seu papel museológico, enquanto a figura histórica-patrimonial considera a cidade como monumento e tecido vivo. As cartas internacionais do patrimônio, que são recomendações de entidades como a UNESCO e o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), entre outros, também mostram como os elementos intangíveis foram introduzidos na definição de patrimônio. Por exemplo, o Documento de Nara (IPHAN, 1994) aborda a questão da autenticidade, já a Declaração de Quebec (ICOMOS, 2008) enfatiza a preservação e inclui o conceito do espírito do lugar.

No contexto latino-americano, o processo foi semelhante, pois passou da conservação do monumento ao todo. Importa referir que, para além disso, tem vindo a ser desenvolvido um importante debate sobre a forma de analisar e valorizar este patrimônio urbano e arquitetônico. No aspecto urbano, uma referência encontra-se em Romero (2010). O autor estuda a evolução das cidades latino-americanas desde o período da conquista até os anos 1970, quando escreve o livro.

Romero (2010) explica como as atuais cidades latino-americanas têm uma origem comum à época de sua fundação durante a conquista e colônia. Contudo, a partir do século XVIII, ocorrem mudanças que marcam as características particulares de cada cidade em seu contexto cultural. Dada a existência de uma imagem idílica da América Latina como grande unidade cultural, incorreu no erro de estudar certos casos representativos como se constituíssem o todo. Por esta razão, Waisman (1990) levanta a necessidade de criar suas próprias ferramentas para o estudo da arquitetura latino-americana.

Em geral, conclui-se que a construção do patrimônio depende, em primeira instância, dos interesses dos grupos que têm o poder de atribuir tal definição a um bem cultural de acordo com objetivos específicos, por exemplo, reafirmar a identidade local ou valorizar o

legado de um determinado grupo cultural. No entanto, ao considerar abordagens como a de Waisman (1990), que aponta a necessidade de compreender as particularidades do contexto, entende-se que nessa construção de patrimônio o ser humano também entra em cena. Afinal, justamente o usuário da arquitetura e a cidade atribuem valores aos objetos que adquirem alguma relevância em seu cotidiano, sejam eles pontos de referência especiais, locais de encontro, espaços que remetem a alguma experiência pessoal, enfim, os elementos ligados à memória pessoal e coletiva.

Com base no exposto, considera-se que a construção simbólica do patrimônio ocorre por meio de representações sociais, onde há intenções por parte das instituições com poder de identificar os objetos, conjuntos arquitetônicos, saberes, fazeres, entre outros que possam ter valor, de acordo com os objetivos que essas instituições têm. Por exemplo, no caso de Bombinhas-SC, vamos analisar as leis, as características territoriais, sociais, políticas, históricas e temporais, as declarações patrimoniais e os discursos sobre o assunto, o senso comum da população. Afinal, essas fontes permitem identificar o conhecimento produzido em torno do que se considera ter valor patrimonial.

Ainda, há o processo de ancoragem que pode ser entendido na forma como as pessoas definem o patrimônio. Como também, a objetivação, como se apropriam dele, o reinterpretam e ao mesmo tempo produzem o seu próprio patrimônio.

Para compreender esse processo de ancoragem e objetivação é fundamental considerar as particularidades do contexto, e estudar a construção oficial do patrimônio a partir das instâncias que zelam por sua conservação e sua relação com a população.

5. PATRIMÔNIO CULTURAL DE BOMBINHAS E SUAS REPRESENTAÇÕES

Neste tópico, informam-se as abordagens metodológicas adotadas para desenvolver a pesquisa de campo, especialmente as entrevistas orais e a aplicação de formulários.

5.1 Percurso metodológico

Ao instituir a pesquisa qualitativa como método de pesquisa, definiu-se a utilização da teoria geral da interpretação. Ou seja, por meio da análise Hermenêutica de Profundidade (HP)¹⁴, buscou-se a compreensão dos dados gerados nas entrevistas realizadas e nos dados colhidos a partir dos formulários feitos com a população entre os anos de 2018 e 2019.

A pesquisa hermenêutica foi escolhida como metodologia para essa dissertação, uma vez que sua abordagem permeia a interpretação dos textos, documentos e materiais produzidos sobre a RS pelos bombinenses. Neste percurso de descrição dos métodos, é realizada a apresentação dos participantes do estudo, os entrevistados (mediadores culturais) e respondentes dos formulários (população). Também são descritas, no processo metodológico, as contribuições das observações realizadas, a análise hermenêutica feita com as narrativas e memórias dos entrevistados em Bombinhas e as respostas da população.

No caso da aproximação com o objeto de estudo, os procedimentos técnicos identificados foram as observações assistemáticas (ANGROSINO, 2009), entrevistas com os mediadores culturais e formulários com a população bombinense. Nesse ponto, cabe um reforço para os procedimentos e métodos utilizados para a realização da coleta de dados das entrevistas. Ou seja, o material selecionado para análise das narrativas dos entrevistados, mediadores culturais moradores de Bombinhas, de modo a possibilitar a compreensão da dimensão das Representações Sociais sobre o patrimônio cultural da cidade. Entre essas metodologias, o uso da História Oral é um rico instrumento para coleta de dados, principalmente vinculados a temas como memória e história.

A ferramenta de pesquisa da História Oral surgiu frente à evidente desigualdade de acesso de fala na construção da história e memória dos eventos históricos. Mobilizada inicialmente para a criação de diferentes possibilidades de manifestação para aqueles que são excluídos da história oficial, seja a tradicional ou contemporânea, hoje tem seu uso

¹⁴ É uma releitura que Thompson elabora sobre a hermenêutica de Ricoeur e de Habermas, e busca recuperar um caráter particular das formas simbólicas, sendo de central importância a análise, a compreensão e a interpretação dessas formas simbólicas e de seus contextos (PREDIGER; SCHERER; ALLEBRANDT, 2018).

expandido. Isso se deve pela perspectiva de ter distintos pontos de vista sobre a história, além da própria reflexão do entrevistado que cria conexões e conclusões no processo de refletir sobre o passado. Trazendo o passado para o presente assim, como afirma José Carlos Meihy (2005, p.19):

A presença do passado no presente imediato das pessoas é a razão de ser da história oral. Nessa medida, a história oral não só oferece uma mudança no conceito de história, mas, mais do que isso, garante sentido social à vida de depoentes e leitores, que passam a entender a sequência histórica e se sentir parte do contexto em que vivem.

Já, para os formulários, a aplicação física, com presença da pesquisadora, foi realizada em cerca de dois terços dos dados. Já a aplicação digital ocorreu por meio do Google Forms, sendo o processo de preenchimento feito pelos próprios respondentes. O consentimento da participação ocorreu por meio da leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, informar um e-mail para confirmar e receber uma cópia das respostas.

A abordagem da teoria da interpretação, para esse estudo, por meio da Hermenêutica de Profundidade (HP) (THOMPSON, 2011), demonstra ser importante para as pesquisas acadêmicas interdisciplinares. O “objeto de análise é uma construção simbólica significativa, que exige uma interpretação” (THOMPSON, 2011, p.355) constituindo uma rica fonte de estudo, trazendo contribuições para a construção do fenômeno significativo existente de pesquisa, para a investigação dos dados e sua respectiva interpretação. Esse processo possibilita uma reflexão teórica sobre como um princípio científico e educativo para a interlocução, além da contradição formativa em diálogo com o outro que supera as fraquezas e limitações da incompreensão.

O referencial de teórico-metodológico de Thompson permite interpretar falas, ideologias, textos, imagens, entre outros (PREDIGER; SCHERER; ALLEBRANDT, 2018). Desse modo, ele se é muito interessante para este trabalho.

É necessário apontar que a HP pode ser organizada em três análises: a Análise Sócio-histórica, a Análise Formal ou Discursiva, e a Interpretação e Reinterpretação. Antes de aprofundar nas especificidades de cada uma, registramos as características em comum (THOMPSON, 2011). Primeiro, é necessária a análise formal estruturada para a compreensão dos fenômenos sociais, apesar da complexidade do ambiente social. Segundo é a natureza especial da investigação social, já que é um campo pré-interpretado, pois as pessoas vivem em sociedade compreendendo e interpretando a realidade social. A partir disso, suas ações transformam esse mundo sócio-histórico, o qual também é um campo-sujeito (THOMPSON, 2011).

Por isso o olhar do hermenauta deve ter a capacidade de compreender os processos simbólicos do comum e cotidiano, não sendo um procedimento especializado de cientista. “Assim, quando se faz uma interpretação de um fenômeno social, de uma mobilização de sentido, se está na verdade interpretando algo que já foi interpretado pelas pessoas, é a interpretação da interpretação, ou uma re-interpretação” (NAZÁRIO; REINO; MANFREDINI, 2016, p. 291).

Tendo essas informações, é preciso pensar nas fases já apresentadas. A Análise Sócio-histórica tem como princípio o fato de que as formas simbólicas são criadas e são mobilizadas em contextos sociais, espaciais e temporais específicos. Por isso, objetiva-se “*reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas*” (THOMPSON, 2011, p. 366) (grifo no original). Os níveis de análise proposto pelo autor são: a) Situações espaço-temporais b) Campos de interação; c) Instituições sociais e d) Estrutura social.

Já a Análise Formal ou Discursiva foca as estruturas por onde as formas simbólicas são compostas e organizadas, mobilizando sentidos. É nessa parte que se inserem técnicas como a Análise de Discurso, a Análise Semiológica Barthesiana, a Análise Conversacional, a Argumentativa e a Análise de Conteúdo. Procura-se entender como as formas simbólicas estão estruturadas de maneira a mover sentidos, e quais são estes sentidos.

Por fim, a fase de Interpretação/Reinterpretação das formas simbólicas é quando se retorna aos resultados das etapas anteriores visando uma interpretação criativa e crítica, superando as aparências evidentes. A interpretação social de mensagens é algo cotidiano, por isso a diferença entre a leitura usual e a do hermenauta ocorre devido à profundidade que é almejada com o apoio das análises das formas simbólicas que “são disseminadas e do contexto sócio-histórico no qual essas formas circulam e são percebidas e entendidas pelas pessoas” (NAZÁRIO; REINO; MANFREDINI, 2016, p. 294).

Ainda, um ponto diferenciado do uso da HP é que se trata da interpretação do que já foi interpretado por outros, assim, reinterpreta o que já circulou socialmente. De tal forma, é possível problematizar as compreensões superficiais, a partir das formas simbólicas, e eventuais relações assimétricas, que inspiram as estratégias de construção simbólica. Lembrando que cada forma simbólica pode estar ligada a um dos modos de operação da ideologia (NAZÁRIO; REINO; MANFREDINI, 2016), o que precisa ser estudado.

Nas entrevistas realizadas, os esclarecimentos, as correções e os reajustes de premissas e expectativas mútuas são necessários antes que um ato comunicativo seja considerado bem-sucedido, bem como antes que o significado apareça. Para esse fim, buscando a compreensão

cultural, aborda-se de maneira expressiva um postulado básico do passo a passo da metodologia empregada. Compreende-se que há uma preocupação, de modo geral, ao fazer esse tipo de pesquisa com os comportamentos dos indivíduos em determinado contexto social e com as maneiras pelas quais buscamos entender tais comportamentos.

Com base em teorias da interpretação textual, começa-se a tarefa de analisar como os atos comunicativos foram realizados e como eles terminam ou não na compreensão mútua. Ao ter em mente o alcance da compreensão dos achados neste estudo, precisou-se compreender que a comunicação, independentemente do tipo, repousa sobre uma base variável de perspectivas divergentes. Como essa abordagem é especialmente laboriosa e pode até mesmo tangenciar o enfoque deste estudo, a abordagem padrão feita foi com base na transcrição e na análise do material. Como descreve Angrosino (2009, p. 16), “estudar a cultura envolve um exame de comportamentos, costumes e crenças apreendidos e compartilhados do grupo”.

Os dados coletados na observação foram avaliados da seguinte forma: após serem apresentados aos objetivos da pesquisa, foi realizado um estudo aprofundado das entrevistas, de acordo com as diretrizes apontadas no movimento de análise da Hermenêutica de Profundidade (HP), para poder identificar leituras alternativas. Essas leituras alternativas foram, contudo, construídas de forma a serem reconhecidas como tal pela pesquisadora no seu aspecto sócio-histórico. Isso significa que as leituras alternativas foram orientadas para o quadro de interpretação da pesquisadora. Assim, selecionou-se um primeiro conjunto de construções de analogia, que apontaram o caminho para o restante do trabalho.

Posteriormente, na avaliação das discussões interpretativas transcritas e na decodificação das respostas dos formulários, tabuladas manualmente no Excel, a apreciação final foi adaptada ao quadro interpretativo do objetivo central desse estudo, de acordo com critérios de relevância estabelecidos. Em síntese, as fases do processo hermenêutico empregado nesse estudo podem ser observadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Etapas do processo hermenêutico

Etapa 1	Linhas de investigação	Avaliação crítica das entrevistas, decodificação das respostas dos formulários, e observações técnicas da investigadora.
Etapa 2	Preocupações centrais	Identificação das preocupações centrais, temas importantes ou significados que estão desdobrando-se para os entrevistados e respondentes.
Etapa 3	Significados compartilhados	Preocupações centrais dos informantes somadas às conexões interpretativas escritas entre significados encontrados dentro das histórias e entre elas, ou padrões constitutivos.
Etapa 4	Interpretações finais	Interpretações de trechos que dizem respeito a resumos centrais,

		avaliação final das entrevistas e dos formulários e observações que abordam linhas que ficaram pendentes.
Etapa 5	Divulgação da interpretação	Manuscrito relatando as interpretações já refinadas.

Fonte: Adaptada de Thompson (2011, p. 365).

A seguir, tem-se a representação gráfica da técnica de pesquisa e análise.

Quadro 2 – Representação Gráfica da Técnica de Pesquisa e Análise

ENTREVISTAS				
1. Contato inicial	2. Formulação de perguntas	3. Registro de respostas	4. Término da entrevista	5. Requisitos importantes

5.1 Validade	5.2 Relevância	5.3 Especificidade e clareza	5.4 Profundidade	5.5 Extensão
--------------	----------------	------------------------------	------------------	--------------

FORMULÁRIOS			
1. Contato inicial	2. Formulação de perguntas	3. Registro de respostas na aplicação física	4. Formulação e divulgação do instrumento no modelo digital

5. Recolhimento das respostas digitais	6. Digitação das respostas físicas para completar os dados do instrumento digital	7. Tratamento dos dados no Excel	8. Resumo da interpretação dos dados em documento de Word
--	---	----------------------------------	---

ENTREVISTAS E FORMULÁRIOS	
1. Relação entre as entrevistas e os formulários	2. Interpretação à luz das teorias validadas

Fonte: Da autora, 2023.

Para compreensão dos sujeitos de pesquisa, mediadores culturais que colaboraram conosco, apresentamos seu contexto e vinculação, que são importantes para pensarmos o universo simbólico e contexto de cada um. Todavia, optamos por utilizar pseudônimos para não os expor.

Quadro 3 - Apresentação de cada entrevistado

ENTREVISTADO(A)	APRESENTAÇÃO
Camila	Nasceu em maio de 1981, na cidade de Veranópolis, na Serra Gaúcha. Com 17 anos foi morar em Porto Alegre. Começou o curso de Turismo e o curso de Letras Bacharelado, mas a área de interesse maior era a Hotelaria. Logo, resolveu fazer o curso de Turismo e Hotelaria na Univali, em Balneário Camboriú. Ela tinha uma amiga que morava em

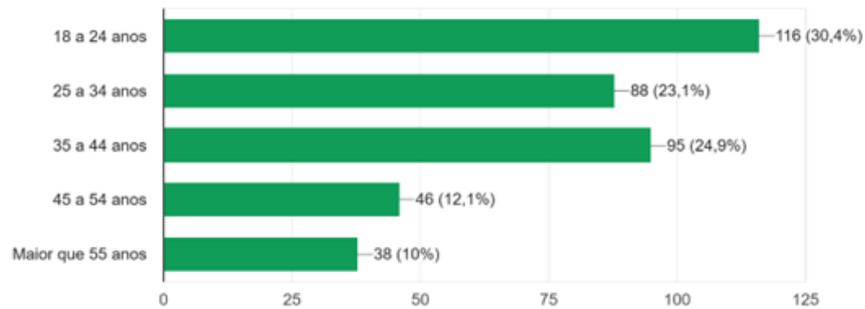
	Bombinhas, e todos os finais de semana ia para Bombinhas, se encantou pela cidade praiana e resolveu se mudar para lá após sua pós-graduação. Fez um concurso para trabalhar como turismóloga na prefeitura da cidade, cargo que ocupa desde 2010.
Ana	Descendente de alemães, nasceu em Agronômica, que é um município pequeno perto de Rio do Sul. Há mais de vinte anos criou o Instituto BoiMamão e está em Bombinhas há 30 anos.
Flávia	Tem 35 anos (jan. 2019), é filha de uma dona de casa e de um pescador, natural de Bombinhas, assim como toda sua família (mães, avós, tios, bisavós, tataravós). Trabalha na prefeitura de Bombinhas desde 2003 e trabalha na Fundação de Cultura desde 2013. Ela é funcionária pública efetiva na Secretaria de Turismo e sempre teve um trabalho muito relacionado com a cultura, com a história e a memória local, mesmo quando estava na Secretaria de Turismo. Cursou metade da graduação em turismo. Sempre gostou muito de ouvir as histórias contadas na cidade.
Rafael	Sua família é natural de Bombinhas, de base tradicional, vivendo da pesca no passado e ainda possuindo rancho de pesca na atualidade. Nasceu na cidade de Tijucas, em 1991. É o filho que mais tomou gosto pelos aspectos culturais da família e da cidade. Fez o ensino médio técnico em turismo e se graduou em Turismo e Hotelaria pela Univali. Trabalhou na secretaria de turismo como estagiário enquanto fazia a faculdade. Depois foi indicado e ocupou o cargo de diretor de cultura por aproximadamente um ano. Então fez o concurso da prefeitura para técnico em turismo, cargo no qual trabalhou até ser indicado e aceitar o cargo de diretor de turismo. Pensando em ser um representante da população na área do turismo e da cultura se lançou como candidato a vereador e está em sua segunda legislatura.
Deise	Tem 41 anos (dez. 2018), se considera natural de Bombinhas. Formou-se em Turismo e Hotelaria pela Univali, fez uma pós-graduação em Gestão e Planejamento Pedagógico e uma graduação em Artes Visuais. Tudo isso tentando agregar a sua vida na cidade. Ela vem de duas famílias bem tradicionais de Bombinhas, a família Pinheiro por parte do Adrião Pinheiro e a família Zé Amândio, que também leva o nome de um bairro. Ela observa que a herança cultural está em seu cotidiano, em sua alimentação, no jeito de falar de todos, em suas brincadeiras, no viver de cada dia.
João	É natural de São José, nasceu em 1991, cresceu no meio da grande região metropolitana de Florianópolis e se mudou para Bombinhas em 2003, gosta de dança e foi convidado para fazer parte do grupo Mixtura, no ano em que chegou. Já em 2005, teve a oportunidade de ir para os Açores. Fez concurso público em 2015 para turismólogo, que é sua área de formação, como atua desde então.

Fonte: Da autora, 2023.

Quanto às características da população que respondeu às perguntas, das 381 pessoas que contribuíram com o estudo, 63% se identificaram como sendo do gênero feminino, 36% masculino, e 0,8% outros. Em relação às idades, as faixas etárias que envolvem jovens e adultos possuem maior expressividade, como pode ser visto no Gráfico 1. Fato que pode ser

explicado devido parte significativa dos dados ser proveniente de formulários respondidos digitalmente e acessados por meio de redes sociais.

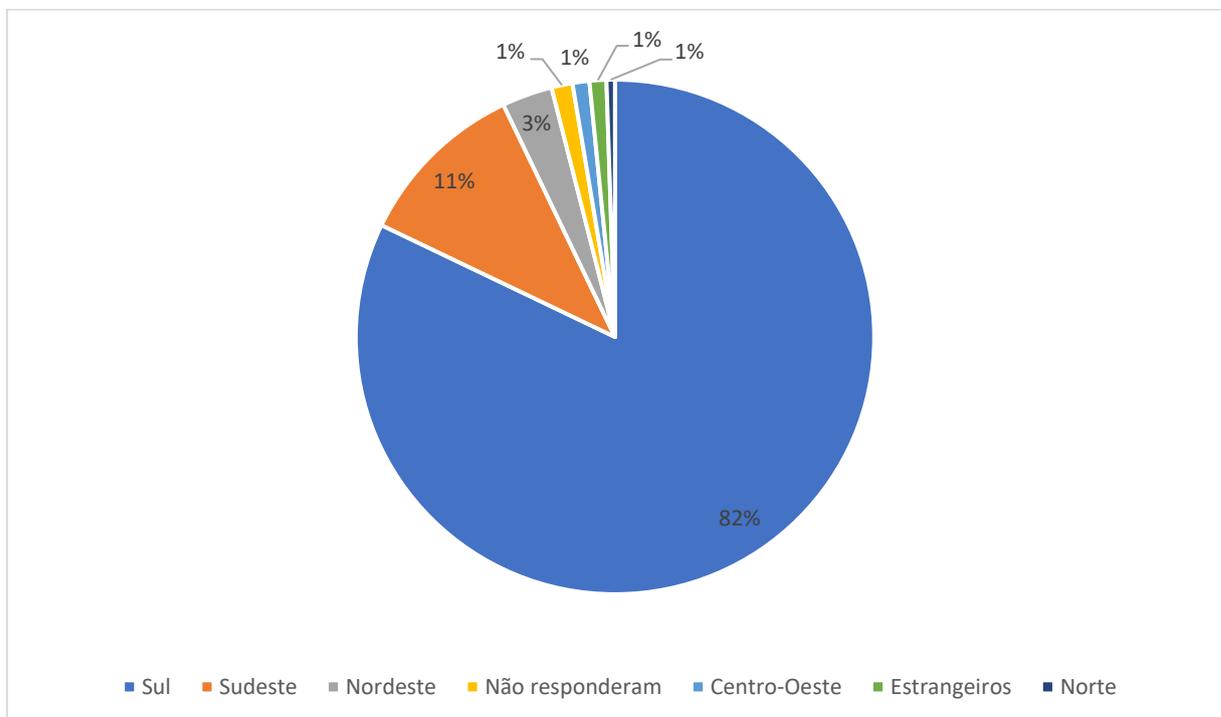
Gráfico 1 - Idade dos respondentes



Fonte: Da autora, 2023.

A naturalidade dos respondentes também é um fator muito interessante para nossa pesquisa devido às tensões que a área do patrimônio motiva e pelas transformações rápidas pelas quais a cidade de Bombinhas passaram desde o início do século XXI. Nos Gráficos 2 e 3, podemos identificar as origens dos respondentes.

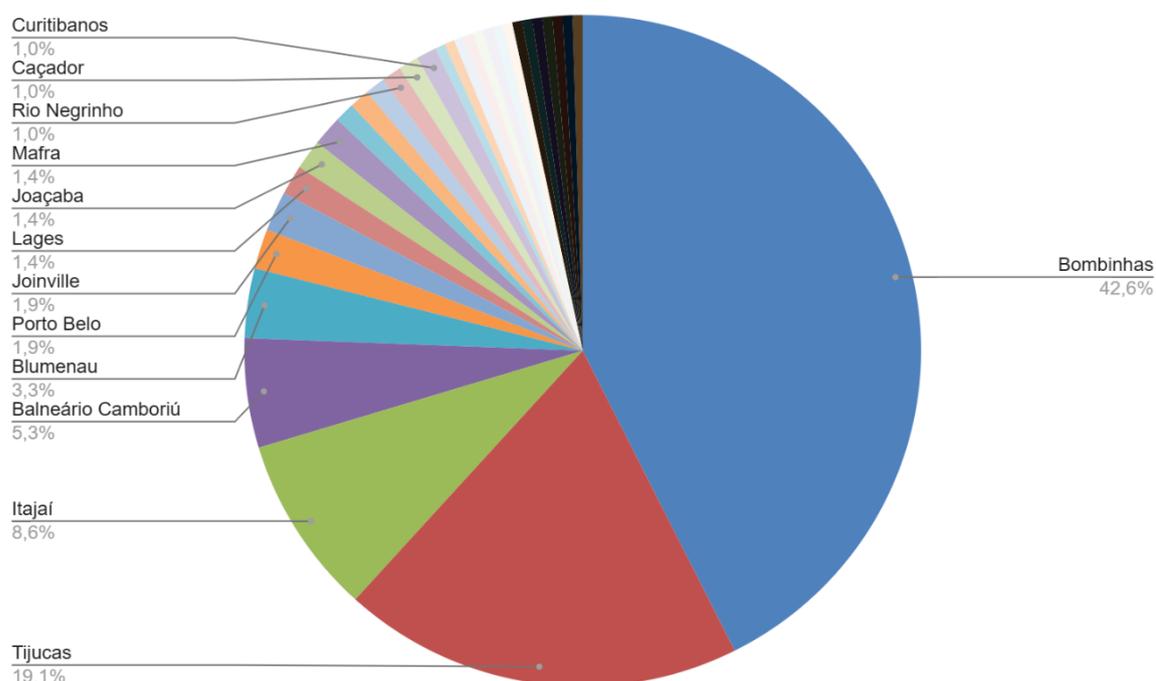
Gráfico 2 - Naturalidade dos respondentes por região do país e fora dele.



Fonte: Da autora, 2023.

Como visto no Gráfico 2, a maior parte das pessoas é do sul do Brasil, 82%. Sendo que, entre os sulistas, 55% são catarinenses - muitos deles cidadãos que vivem em Bombinhas desde que nasceram. Isso pode ser resultado da possibilidade de registro com naturalidade na cidade de moradia dos pais ser recente. Assim, muitos respondentes possuem como cidade de origem municípios próximos a Bombinhas, pois não há hospital ou maternidade na cidade. Desse modo, pessoas que nasceram em Bombinhas ou nos municípios próximos (Porto Belo, Tijucas, Itapema, Balneário Camboriú, Itajaí) somam 68,5%. Já respondentes que vieram do interior do estado somam 18%, os outros 3,5% são de outras cidades do litoral catarinense. Para maior especificidade, segue o Gráfico 3 com a origem dos catarinenses por cidade.

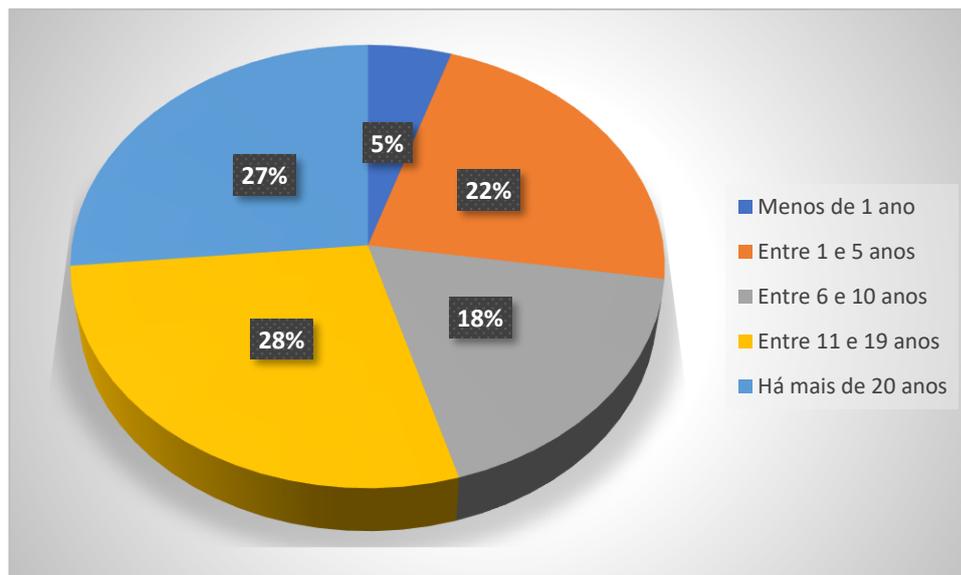
Gráfico 3 - Naturalidade dos respondentes catarinenses



Fonte: Da autora, 2023.

Outro dado importante para pensar as relações sociais locais é saber há quanto tempo os migrantes residem na cidade. Essa pergunta era apenas para os que não possuíam naturalidade local. Contudo, como alguns interpretaram a pergunta literalmente, pessoas que nasceram nas maternidades dos municípios próximos podem tê-la respondido também, o que pode ocasionar alguma variante. A saber, 84,25% responderam a pergunta.

Gráfico 4 - Tempo que os migrantes moram em Bombinhas



Fonte: Da autora, 2023.

Tendo em vista esses dados básicos da população e dos mediadores culturais, o aporte teórico, as informações históricas e demográficas sobre Bombinhas, debruçamo-nos sobre os demais dados provenientes dos formulários e sobre o material constituído pelas entrevistas. Objetivamos ter uma visão ampla acerca de como o patrimônio local é construído em distintas esferas e como é representado pela população e por mediadores culturais.

Nesse sentido, analisamos a cidade, sua história, cultura e patrimônio, nosso foco de pesquisa. Para tal, dividimos o capítulo em duas seções. Na primeira, buscamos compreender como os entrevistados e respondentes interpretam o processo histórico de Bombinhas, desde sua transformação de vila em cidade turística. Não objetivamos uma revisão histórica ou uma leitura fiel aparelhada com os documentos, mas, sim, a memória que as pessoas têm do passado e sua importância para a formação do que é considerado patrimônio da cidade. Afinal, as Representações Sociais lidam com a memória, a comunicação e o senso comum.

Na seção seguinte, focamos no processo de criação e construção do patrimônio. Objetiva-se compreender como as pessoas entendem o que é o patrimônio, o que é incluso nisso no quesito de material e imaterial. Nesse caso, desejamos perceber como a história é mobilizada de uma forma consciente para a construção do que é considerado parte constituidora da cidade. Também, focamos no processo institucional de definição sobre o que é patrimônio e quais estratégias são utilizadas para essa definição. Deseja-se entender a participação e influência do Estado na construção patrimonial da cidade, especialmente no diálogo que há entre atores interessados e o governo. Afinal, o Estado é um ator central para a proteção, estabelecimento e manutenção de elementos materiais e imateriais, ao mesmo tempo

que não é neutro ou único. Ainda, desejamos entender como esse longo processo de definição e estabelecimento do que é patrimônio afeta a forma que a população local entende o que é, quem é responsável, quem define, além de outros questionamentos possíveis. Com isso, objetivamos entender como esse processo feito pelos atores sociais e os mediadores culturais se materializa nas representações sociais da população local e seus gestores.

5.2 Representações sobre a história bombinense

Ao interessarmos pela história de Bombinhas, nosso foco é na perspectiva que os entrevistados possuem sobre a mesma, principalmente em relação às temáticas relacionadas ao tema de pesquisa. Não se deseja realizar um confronto com a história documental em busca de inconsistência ou confirmação, afinal estamos realizando um trabalho a partir da memória de cidadãos e como elas atuam na construção identitária coletiva e interpretativa da cidade.

Por isso, é necessário entender o valor da memória para a construção de representações socioculturais e patrimônio. Ao partir do entendimento de Moscovici (1978), de que a ancoragem mantém a memória em movimento, vê-se que o espaço, como estrutura das heranças simbólicas materializadas, é um pilar fundamental na construção das identidades, logo, esse desdobramento é crucial para nossa pesquisa. Já Halbwachs (1990) considera que o espaço reflete a estrutura social, na medida em que o grupo constrói seu espaço assim como o mesmo dá identidade ao grupo. Isso se torna uma moldura da memória coletiva porque indivíduos e grupos podem encontrar as marcas de suas vidas nela.

É possível complementar com a visão de Nora (1993), a qual entende que, nas sociedades contemporâneas, indivíduos, grupos e instituições vêm construindo "lugares de memória" para preservar suas lembranças e manter sua identidade. Eles são particularmente relevantes para a construção das identidades dos sujeitos locais e as narrativas das memórias culturais. Eles providenciam material simbólico para ajudar a criar representações sociais da história de sua região e legitimar arranjos sociais e políticos.

Não é à toa que vários autores, como Huyssen (2014), por exemplo, perceberam que está havendo um boom da memória social e cultural nas sociedades contemporâneas. Há uma recriação do passado que tende a "museologização da vida cotidiana" (HUYSSEM, 2014, p.15). A preocupação pública com a memória implica o medo do esquecimento. Sendo assim, o estudo da memória individual ou social hoje tem que considerar a influência da mídia de massas na construção e difusão da memória como produto consumível.

Quando debruçamos na memória sobre o desenvolvimento histórico de Bombinhas, é perceptível como há uma avaliação de como ele aconteceu. É uma visão crítica do processo e focada, possivelmente em decorrência da própria temática da entrevista, na sua relação com o patrimônio. Isso é perceptível na fala de Ana (2018), a qual critica o processo de transformação de cidade sem a definição do que era patrimônio, resultando em perdas materiais significativas:

E já nessa emancipação, nesse rompimento do que era uma vila para transformar num município, não houve um planejamento, de dizer, o que é patrimônio, o que nós temos de patrimônio, quais são as riquezas que nós temos para dividir, para manter, para preservar, para conservar, na verdade não se usa muito a palavra preservar, mas não houve essa consciência (ANA, 2018).

Há, portanto, um processo de revisão histórica. Onde há um entendimento do que deveria ter sido realizado no passado, no período de transformação da vila para município. A problemática da revisão do passado é utilizar pensamentos e técnicas do presente em um período anterior. A compreensão do que é patrimônio e sua importância social se transforma com o tempo e novos agentes, resultantes de distintas mudanças sociais e culturais. Observar o passado e questionar o que deveria ser feito pelo olhar do presente é ignorar o dinamismo social.

Também, é preciso considerar como há uma expectativa de que já existe algo a ser preservado e conservado. Assim, age como se fosse dado de forma natural, não produto de um objetivo e debate próprio do período em que foi definido. Utilizando a palavra da entrevistada, podemos nos perguntar o que pode ser considerado como riqueza e o que é descartado nessa escolha. Esse debate é válido tanto em patrimônio material quanto imaterial. Quais casas serão preservadas – em Bombinhas, materializadas nos ranchos de pesca, engenhos de farinha –, quais práticas sociais serão apontadas como representantes culturais e identitárias de um povo. A naturalização do processo de definição, mostrada pela entrevistada como sendo inicialmente do poder público, possibilita que se ignore os interesses e grupos participantes desse processo.

Nesse sentido, convém atentar para o processo de definição patrimonial incentivada pelo governo de Santa Catarina, iniciado na década de 1980. O governo estimulou a valorização dos bens culturais por meio das “tradições dos imigrantes europeus que colonizaram este Estado a partir da segunda metade do século XIX” (LOPES, 2011, p. 132). Devido ao momento de recessão econômica brasileira, naquele momento, o estado e as agências de turismo investiram nessa imagem, da “tradição de seus imigrantes”, para

alavancar o turismo em todas as épocas do ano - mesmo que estas histórias precisassem ser criadas (LOPES, 2011). Ainda, destaca o autor:

Este ícone estrangeiro, baseado no patrimônio cultural dos descendentes de imigrantes europeus, é utilizado por gestores de entidades públicas e privadas no Estado, como uma forte ferramenta de marketing para a indústria do turismo, se tornando uma alternativa econômica em uma época de recessão no Brasil, para vender o “produto” Santa Catarina como a Europa Brasileira, se mercadorizando culturalmente como atrativo turístico. (LOPES, 2011, p. 133).

Desse modo, percebe-se uma tendência para uma invenção de tradições e um remanejamento das histórias dos municípios catarinenses, incorporando elementos que viriam a se tornar símbolos do estado, como danças folclóricas, língua, construções, culinária, entre outros (LOPES, 2011). Portanto, as ações em nível estadual parecem ter sido levadas em consideração a partir da emancipação político-administrativa de Bombinhas.

Em outro sentido, é válida a reflexão sobre como os instrumentos de planejamento urbano incorporam ou não uma visão conjunta de como a problemática do patrimônio cultural se insere nos objetivos, estratégias e projetos de planejamento territorial da cidade no tempo presente. Perguntamo-nos se o tratamento do patrimônio no planejamento deveria ser remodelado para uma relação de atenção às riquezas divididas ou ao alinhamento de sanar a falta de conscientização de muitos, conforme diz a entrevistada supracitada. Pode-se pensar, também, se realmente há uma representação de carência, já que, de modo geral, o que se tem visto, ao longo do processo de evolução da cidade, é a gestão do patrimônio cultural costumeiramente registrando os marcos regulatórios culturais setorizados em áreas institucionais.

As Figuras 4 e 5 mostram Bombinhas na década de 1970 e como estava em 2022, documentos que nos permitem ter uma ideia de como se deu o crescimento urbano da cidade.

Figura 4 - Bombinhas em 1970, Bairro de Bombas



Fonte: LENON IMÓVEIS, (2023)

Figura 5 – Bombinhas em 2022, Bairro de Bombas



Fonte: LENON IMÓVEIS, (2023)

Ao refletir sobre o papel do patrimônio urbano na expansão da cidade de Bombinhas, mediado pela sua função simbólica, pela questão da(s) centralidade(s) e pela estruturação socioespacial, entraríamos em uma desconstrução do patrimônio para uma discussão da sua relação socioespacial (MORAES; BERTI; CÉSAR, 2021). A todo modo, vê-se que os resultados recaem, portanto, integralmente numa reflexão que conjuga questões que têm impacto no crescimento da cidade, como a governação dos centros culturais, a par da ação política de um novo “urbanismo”.

Isso é demonstrativo da complexidade temática e como pode causar distintas reflexões. Para o vereador Rafael (2018), o problema de crescimento, especificamente populacional, envolve o processo impactante de migração e “intimida” a cultura local à saber:

Olha, são bastantes assim né, talvez não seja a palavra bastante, mas são impactantes. Esse crescimento populacional, ele [ininteligível] com o progresso, ele é inevitável, só que não aconteceu só em Bombinhas né, aconteceu em todo o nosso litoral brasileiro. E aqui, a gente verificou, por exemplo, que muitos bens patrimoniais, material, eles foram derrubados, desocupados pra vinda de progresso, pra construção de casas e tudo mais. Então esse crescimento, de uma certa forma, ele intimidou o que era a nossa comunidade, pra que ela pudesse mostrar um pouco mais da sua cultura, do seu valor, das suas coisas. E o que acontece? Também descaracterizou um pouco, que a gente tava comentando agora um pouco atrás, das arquiteturas porque as pessoas acabavam construindo mais casas pra alugar, por exemplo, e não levando em conta, por exemplo, a questão das fachadas, “vou aproveitar esse crescimento, essa vinda de turista pra ganhar mais dinheiro, pra mim passar o inverno bem”, mas não se preocupando com essa questão tradicional, vamos supor assim (JOÃO, 2018).

A leitura histórica é traçada em uma distinção entre a tradição e a contemporaneidade. Nesse caso, o contemporâneo é representado pelo crescimento da cidade com novos residentes e também os turistas. Assim, há uma distinção entre nativos e externos, sendo que esses teriam intimidado o que era “nossa comunidade” – há, portanto, uma distinção entre Nós e Outros. Quando tratamos de turistas, é um processo momentâneo. Contudo, quando se trata de novos residentes, essa distinção traz a marca de separação entre grupos que vivem e contribuem da mesma forma para a sociedade.

Outro ponto é a ideia de descaracterização da cidade, onde não houve preocupação com as fachadas anteriores. A preservação de uma arquitetura anterior, como defendida por Rafael (2018), é válida, porém abre espaço para questionamento do valor e objetivo dessa preservação. Não desejamos ter uma resposta a isso, mas, sim, poder desnaturalizar o processo de construção de patrimônios culturais e entendê-lo como um processo histórico-social onde existem atores sociais que possuam objetivos próprios e distintos. Situar esse debate possibilita que entendamos tensões sociais existentes que impactam o debate de alguma forma.

É preciso aprofundar a perspectiva sobre a relação do turismo com o patrimônio. Afinal, é parte central das mudanças da cidade, tanto pelas transformações do espaço já que impulsiona o crescimento econômico em Bombinhas, como também motiva a imigração de pessoas devido as oportunidades econômicas e o encantamento com a cidade. Nesse sentido, pondera-se: à medida que continua a crescer, como os programas de desenvolvimento podem mitigar os possíveis efeitos negativos na comunidade anfitriã?

De fato, o turismo desempenha um papel fundamental nas economias globais. Hoje, o turismo é o maior empregador e gerador de divisas - isso é especialmente vital para o crescimento econômico dos países em desenvolvimento que se esforçam para atrair visitantes de todo o mundo para explorar seus tesouros culturais e naturais. No entanto, a importância do turismo reside não apenas no benefício econômico substancial que traz, mas também na oportunidade de intercâmbio cultural que oferece (VINUESA; TORRALBA, 2018).

Isso posto, compreende-se que o turismo reúne pessoas de diferentes origens, culturas e tradições. Os turistas compartilham suas experiências e memórias sobre os lugares que visitaram e as pessoas que conheceram, o que ajuda a promover a paz e a tolerância. Isso coloca o turismo na vanguarda dos setores econômicos como um catalisador para a paz, a prosperidade e o crescimento econômico (SOSSAI; COELHO, 2018).

À vista disso, é sabido que o setor do turismo é reconhecido por seu papel de liderança como acelerador do crescimento econômico e do intercâmbio cultural. Portanto, o Estado, que é o formulador de políticas, deve estar atento aos aspectos políticos, ambientais, sociais e culturais do desenvolvimento do turismo (ALCÂNTARA, 2018). É importante perceber na programação e planejamento do turismo que os impactos causados não devem ser avaliados apenas pelos ganhos econômicos tangíveis, mas também pelas implicações intangíveis que afetam a sociedade e a cultura. Entre os efeitos negativos mais proeminentes do turismo estão a exploração de recursos culturais, a degradação ambiental e consideráveis impactos socioculturais relacionados.

Para pensarmos esses impactos em Bombinhas, temos o aumento de população e, em virtude disso, também da frota de veículos, dos resíduos e efluentes das residências, do ritmo acelerado de construções civis, entre outros. Como resultado, há grande impacto para uma área tão pequena, menos de 36 km² de extensão territorial, incluindo suas áreas de preservação. Pudemos ver, no Gráfico 2, que dos 381 que contribuíram com a pesquisa, 321 responderam que são migrantes, 84,25%, o que é demonstrativo do aumento da população.

De uma perspectiva sociocultural, o foco deve ser colocado em mitigar os impactos negativos do turismo nas comunidades anfitriãs e ajudar a manter seus costumes e estilo de vida, ao mesmo tempo em que celebra os resultados econômicos positivos. As tendências atuais do turismo mostram um aumento no número de turistas que buscam turismo de experiências. (ALCÂNTARA, 2018).

Os elementos mais críticos a serem examinados e considerados no destino turístico ou no planejamento do produto, para compensar os benefícios do crescimento do turismo e os impactos potencialmente negativos do fluxo turístico, podem incluir: mercantilização,

capacidade da cidade em receber turistas, envolvimento e conscientização da comunidade local (MADARIAGA; ASECIO, 2018).

Para a mercantilização, em resposta à demanda e expectativas do setor de turismo convencional, a representação de produtos e experiências culturais geralmente envolve a encenação e o uso de efeitos “teatrais” para apresentação cultural. Quando usado excessivamente para acomodar o setor de turismo em rápido crescimento, a apresentação cultural encenada leva ao aumento da mercantilização das culturas locais e a destruição da “autenticidade”. Isso tem um duplo efeito negativo, tanto nas comunidades de acolhimento que perdem o sentido da sua oferta cultural como nos turistas que, hoje em dia, valorizam muito as experiências consideradas autênticas (ESPESO-MOLINERO, 2019).

Sobre a relação do turismo com as transformações da cidade, é possível mobilizarmos o relato de João (2018), o qual relaciona o tema com uma perspectiva de perda de identidade cultural:

É claro, por exemplo, depois na década de 70, 60, que começou a ser descoberta pelo turismo, muita gente de fora veio, trouxe os seus hábitos, principalmente os gaúchos. Por exemplo, com o chimarrão, o churrasco. Então tem muitas questões assim dessa mistura do nosso povo daqui que vivia isolado, então ele sentia vergonha da sua cultura. Ele ‘ah, eu falo errado, com um vestidinho de chita, meu Deus vem a madame...” Então, o nosso povo, ele perdeu muito a sua essência porque ele tinha vergonha e ele queria copiar o turista (JOÃO, 2018).

A perspectiva de João (2018) nos possibilita perceber como o debate sobre patrimônio se relaciona profundamente com debates contemporâneos e fundamentais para a formação do Eu individual e coletivo, além da própria sociedade. Ao trazer uma perspectiva onde as pessoas teriam vergonha de suas realidades, demonstra uma leitura hierarquizante da cultura, a qual resultaria em um apagamento local em nome de elementos externos considerados superiores. Assim, temos uma visão de essência, palavra usada pelo próprio entrevistado, e a cópia do turista, o qual seria um agente externo. Como na fala de Rafael (2018), há uma divisão entre Nós e os Outros.

Nesse olhar, não há, portanto, uma interculturalidade, um processo de encontro cultural e transformação pelo contato. Há algo puro, a essência, que é adulterada por algo externo a si, a qual foi inicialmente considerada superior pelos moradores. A partir dessa perspectiva, a busca pelo patrimônio seria, portanto, um retorno a esse período anterior dos turistas (os quais depois residiriam na cidade). É possível apontar que haveria, então, uma rejeição aos elementos socioculturais criados a partir das transformações da sociedade posteriores à década de 1970.

Para além dos novos residentes, é preciso considerar a importância dos turistas. A identidade cultural e o turismo estão hoje inevitavelmente ligados. No mundo globalizado de valores unificados e dramáticas mudanças econômicas, políticas e sociais, o turismo se torna uma oportunidade de contato cultural, social, de comunicação e intercâmbio cultural.

Compreende-se que nesse processo de comunicação, visto como interação criativa e estimulante entre diferentes culturas e estilos de vida, valores e identidades locais interagem com demandas culturais heterogêneas, que mudam simultaneamente em nível global, local e individual. Portanto, o turismo cultural não é uma oportunidade exclusiva de proteção e preservação das culturas e patrimônios locais, como também expressão da identidade cultural no processo de globalização. Ao mesmo tempo, também afeta as identidades culturais do viajante individual e da comunidade visitante (CAMPELLO *et al.*, 2018).

Os turistas viajam porque procuram uma experiência nova, diferente do seu cotidiano, desejando aprender algo novo sobre si mesmos e sobre o mundo ao seu redor. Assim, sua identidade cultural muda constantemente no processo de exploração de mundos diferentes e experimentações. A comunidade visitante também muda, tanto no sentido positivo quanto no negativo. Para muitas cidades turísticas, o turismo é a forma mais promissora de participarem da economia e de desenvolverem-se (CAMPELLO *et al.*, 2018). Ao mesmo tempo, o turismo, ao oferecer experiências e produtos padronizados e unificados, degrada os valores locais e o meio ambiente.

É evidente que a vivência do ser humano no decurso do tempo por intermédio de suas mais variadas formas de agir, pensar, construir, entre outros, tem gerado um legado cultural notável. Nesse sentido, e como forma de pensar as identidades e alteridades, o patrimônio cultural se torna muito interessante (ALMEIDA, 2011), inclusive por seu benefício para atividades econômicas como o turismo. Dessa maneira, de acordo com João (2018), fica evidente a percepção da forma como seu patrimônio está sendo apropriado pelo turismo e, especialmente, quais os sentimentos e objetivos frente a essa atividade que poderíamos ampliar para a comunidade.

Outro assunto abordado por um de nossos entrevistados foi a turistificação, a qual pode ser definida como o impacto nos habitantes de um bairro ou cidade do fato de os serviços, equipamentos e comércio estarem orientados e concebidos a pensar mais no turista do que no cidadão que neles vive permanentemente.

Sobre a turistificação¹⁵ em Bombinhas, João relata que:

O que eu vejo é que a gente não pode turistificar tudo, não pode ser uma coisa de palco ou uma coisa que precisa ser vendida a qualquer custo. A comunidade, ela tem o seu jeitinho de viver, precisa ser respeitado e o turismo tem que vir apenas como contemplativo (JOÃO, 2018).

Hoje, muitas cidades turísticas enfrentam inúmeros desafios. Desde a década de 1980, as forças do mercado — quase como as únicas operadoras, mas em perfeita aliança com as instituições públicas — determinaram a transformação dos bairros históricos do centro de muitas cidades. Buscam sua revalorização econômica, cultural, espacial e social em seu próprio interesse social, baseado na circulação irrestrita do capital e na construção de um cenário favorável ao consumo, ao lazer e aos negócios (ALCÂNTARA, 2018). Bombinhas não foi exceção.

Vários desses impactos negativos da turistificação em cidades turísticas podem ser apontados, conforme evidenciam Sossai e Coelho (2018): a) o aumento dos preços nos mercados imobiliários locais, provocando um crescente deslocamento espacial dos residentes; b) a desapropriação material e simbólica dos moradores; c) a crescente marginalização de certas presenças, práticas e consumos por meio de políticas de securitização — por meio da vigilância e controle policial — da gestão urbana; d) a promoção de novas formas de mercantilização do lazer hedonista e noturno, que possam exercer pressão sobre a habitabilidade da comunidade; e) o desaparecimento do comércio varejista tradicional, que é substituído pelo comércio elitista ou “gourmetizado” voltado para o turismo; e, finalmente, f) a contribuição para outros fenômenos urbanos, como a gentrificação.

De fato, tem-se gerado um intenso debate em torno de como a recente expansão do setor no tecido urbano se tornou fonte de polêmica e disputa em muitas cidades turísticas. O principal argumento dos promotores desse tipo de economia de bens e serviços relacionada com o turismo urbano é que tem contribuído significativamente para a revitalização das cidades. Além disso, ofereceria empregos e oportunidades necessárias para, entre outros, jovens desempregados e adultos qualificados e não qualificados (GIOVANNI *et al.*, 2018).

No entanto, se o turismo na cidade não for acompanhado de perto, pode-se ter o aumento da precariedade de vida que acompanha essa economia. Afinal, espalha-se a toda

¹⁵ A turistificação é percebida como “o processo de implantação da infraestrutura turística em lugares com potencial turístico, ou seja, é a apropriação deste espaço, bem como a sua transformação, para atender aos interesses de pessoas de outras localidades que praticam o turismo”. Ver mais em FONSECA, Maria Aparecida Pontes da et al. Urbanização E Desenvolvimento Desigual Do Turismo No Litoral Brasileiro. **Mercator** (Fortaleza), v. 21, 2022.

velocidade por meio de empreendimentos que contratam sem utilizar a legislação trabalhista e sites que oferecem serviços típicos de uma economia turística que produz empregos de baixa renda, mal remunerados e altamente temporários, compostos por pessoal de limpeza, de bares e restaurantes, trabalhadores de serviços de aluguel de apartamentos e casas, dentre outros. Logo, é urgente enfrentar a falta de instrumentos eficazes de gestão urbana e os novos conflitos na convivência e habitabilidade urbana em relação à turistificação da cidade.

Como apresentado, a história de Bombinhas é parte fundamental da reflexão de diferentes atores sociais interessados no debate sobre o patrimônio da cidade. É perceptível como as transformações, a partir da década de 1970, são consideradas fundamentais para entender a realidade atual da cidade. Com isso, o passado é utilizado como ferramenta para a mobilização da definição, preservação e representação dos patrimônios. Contudo, esse processo não é natural, é produto de interesses coletivos – o foco da próxima seção.

5.3 O processo de criação patrimonial, as relações sociais e as representações sobre o patrimônio cultural.

A partir da leitura dos processos históricos, e seus efeitos materiais e imateriais, é possível haver uma gama de decisões possíveis. Nessa seção, desejamos nos aprofundar na interpretação do significado de patrimônio, principalmente na análise de como é em Bombinhas, e como isso impacta as ações realizadas em prol de sua proteção e reconhecimento pela comunidade e instituições.

Iniciamos com o conceito atribuído a patrimônio pelo entrevistado João (2018), turismólogo. Destaca-se o seguinte trecho:

Porque assim, a Bombinhas, ela é diferente das outras cidades. A gente, não é que nem São Francisco do Sul, São José, Laguna ou centro de Florianópolis que tu passa por aquelas construções luso-brasileiras e tu vê aquelas casas antigas. Então quando o turista chega [...] nossa cidade, fala “ah, essa cidade é contemporânea, essa cidade é tipo Balneário Camboriú da vida e tal, que não tem história, que não tem...”. E aí a gente vai entrando pelas ruas, pelas ruelas, pelas vilas e a gente vai descobrindo que não é bem assim, que tem muita coisa escondida, né que tá ali, que a gente precisa preservar, que precisa bater na porta e pedir com licença, posso contar a sua história. Então é mais ou menos assim que eu atribuo a isso. É porque né o turismo, a especulação imobiliária, vários fatores fizeram que basicamente nosso patrimônio edificado, fosse literalmente pro chão né.

Na fala de João (2018), fica aparente uma tensão entre o tradicional e contemporâneo, retomando uma expectativa do patrimônio como algo histórico e ligado a um passado longínquo. Todavia, há também a redução a aspectos como casarios antigos e levantando a hipótese de em algum lugar não haver história. Nesse caso, não seria identificado no primeiro

momento em Bombinhas, assim diferenciando-se de outras cidades que teriam patrimônios perceptíveis em casas antigas e construções luso-brasileiras, o aclamado patrimônio de “pedra e cal”. Já Balneário Camboriú¹⁶ seria um exemplo de contemporaneidade, algo associado a não ter história e destruição do patrimônio físico pela especulação imobiliária e turismo. Para o entrevistado, é preciso buscar o patrimônio, o qual não é evidente no primeiro momento e necessita ser recuperado nas ruas, ruelas e bairros.

Já podemos observar uma diferença quando se compara com a entrevistada Flávia (2019), profissional da Fundação de Cultura da cidade de 2013 a 2020, que demonstra o entendimento de que o patrimônio cultural envolve aquilo que as pessoas dão valor. À saber:

Bom, patrimônio é aquilo que tem algum valor né, que a gente dá valor de alguma forma. Pode ser um terreno, uma casa, pode ser um carro, não deixa de ser uma herança que se ganha né. O patrimônio cultural é, a grosso modo, todos os aspectos culturais, ou seja, formaram a identidade desse povo, que tem valor pra gente, que a gente dá valor né. De certa forma, é até subjetivo em como a gente vai encarar isso, de reconhecer valor, pra transformar ele num patrimônio né. E Bombinhas assim, eu vejo que a gente dá muito valor a esses aspectos que construíram a nossa história, a esse patrimônio cultural. A comunidade local, os gestores públicos, de diversas formas criam maneiras de se colocar esses aspectos culturais em evidência, então é uma coisa que tá muito arraigada pra isso. Teve uma época que parece assim não tavam dando muito valor, mas parece que depois a comunidade se voltou pra isso né, dizendo não, isso é importante pra gente (Flávia, 2019).

A fala de Flávia (2019) aponta para outra perspectiva quando comparada à de João (2018), já que o patrimônio não é mais associado ao passado e algo físico. A entrevistada associa à identidade e à cultura, sendo definido a partir de um debate social do que é valorizado para ser parte da constituição de elementos tão centrais na vida social. Dois entrevistados e já possuímos diferentes elementos na perspectiva.

Igualmente notável é o fato de que Flávia (2019) defende que as pessoas valorizam a história, algo que não era realizado e começou a ser em passado próximo. Esse ponto permite a reflexão de quem são essas pessoas inclusas nessa valorização apontada por ela, principalmente quando consideramos a parcela significativa de imigrantes que há na cidade, como já apresentado anteriormente. Logo, quem faz parte desse nós e que passado conjunto é esse que necessitou recuperar? Essas perguntas evidenciam a disputa e idealização que há na formação do discurso em torno do patrimônio.

Para a população, que foi investigada por meio de formulários, ao definir o que é patrimônio cultural, também aparece a ideia de que é importante por ser algo que é dos antepassados, que permaneceu ao longo do tempo, que é antigo, e que devido a isso

¹⁶ Balneário Camboriú é cidade vizinha a Bombinhas, distante 34,8 Km, que se caracteriza pela economia voltada ao turismo. Também é conhecida como “Dubai brasileira” em virtude da grande quantidade de prédios e da altura dos mesmos (CALDAS, 2022).

caracteriza a cidade - um patrimônio é algo único e digno de ser preservado. Nesse sentido são citados valores, crenças, bens, saberes, costumes, história, ações, objetos, construções/prédios, música, dança, gastronomia, hábitos, manifestações, culinária, identidade, cultura, conhecimento, “lugares chamativos”, lugares, “lugares importantes”, herança, legado, natureza. Uma das respostas cita que é a “alma da cidade”.

Pensando nas RS, é importante salientar que a maior parte das respostas da população não possui uma conceituação apenas abstrata, mas cita exemplos e conceitua brevemente para responder quanto ao seu entendimento de patrimônio. Entretanto, 17% não responderam o que é patrimônio cultural para si, disse não saber ou foi incompreensível. Ainda assim, é possível identificar que o conceito está objetificado para a maior parte da população, 83%. E, que, nesse percentual, estão 41% das pessoas que representaram o patrimônio em sua forma imaterial, 24% em sua forma material e 35% nas formas material e imaterial.

Entende-se que a informação é a organização dos conhecimentos que o grupo possui a respeito de determinado objeto social e, dependendo do nível de conhecimento do grupo, as informações a respeito do objeto poderão ser mais precisas, e sua representação pode diferir de um grupo com pouca, nenhuma, ou com informações diferentes (MOSCOVICI, 1978). Como visto na forma dos entrevistados, esses mediares culturais, e dos respondentes, parte da população em geral, de conceituar o patrimônio.

Para a entrevistada Camila (2019), também turismóloga na Secretaria de Turismo da cidade, o patrimônio cultural é um conjunto de bens tangíveis e intangíveis de valor para a comunidade, por conseguinte, representa a identidade de um lugar. No entanto, de modo geral, Bombinhas, para o turista, representaria basicamente o patrimônio natural, com suas praias, à saber:

O patrimônio cultural de Bombinhas é muito rico e ele é bastante desconhecido do turista, principalmente porque o turista que vem pra cá no verão, ele vem em busca do sol e mar. E ele acaba não se relacionando com o município, com o seu patrimônio cultural. Ele se relaciona basicamente só com o patrimônio natural. Ele usufrui da praia, do mar, e a imensa maioria dessas pessoas não têm interesse em conhecer a história e a cultura do lugar né. E esse é o desafio também porque pra trabalhar o turismo durante o ano todo, a gente precisa trabalhar essas questões. Então a gente precisa de público interessado nessas questões e não é o público da temporada que tem esse interesse. Alguns sins, mas a gente vê que não, eles querem tomar cerveja e ficar na areia da praia mesmo.

Frisa-se, aqui, ao considerar o patrimônio como cultural e natural, essas são as formas pelas quais as pessoas interagem com a natureza e a necessidade fundamental de preservar o equilíbrio entre os dois.

Novamente, uma nova faceta do debate de patrimônio é apresentada. No caso de Camila (2019), há a diferenciação entre patrimônio cultural e natural, a qual não havia sido

ressaltado anteriormente. Para além disso, o seu olhar é voltado para as pessoas externas à cidade, diferente de Flávia (2019) que está trazendo à tona o que a população valoriza, Camila (2019) pensa sobre o tipo de patrimônio que está sendo valorizado pelos turistas.

Ao comparar essas falas, não se objetiva colocar em campos opostos, porém situar como a atuação social do ator faz com que mobilize diferentes aspectos. Uma pessoa do campo do turismo, como Camila (2019), tem maior interesse em pensar a cidade e sua cultura a partir de um olhar externo, já que é sua área de trabalho. Todavia, um olhar significativamente distinto do turismólogo colega de trabalho e de uma profissional da Secretaria da Cultura, a qual também tem formação em Turismo.

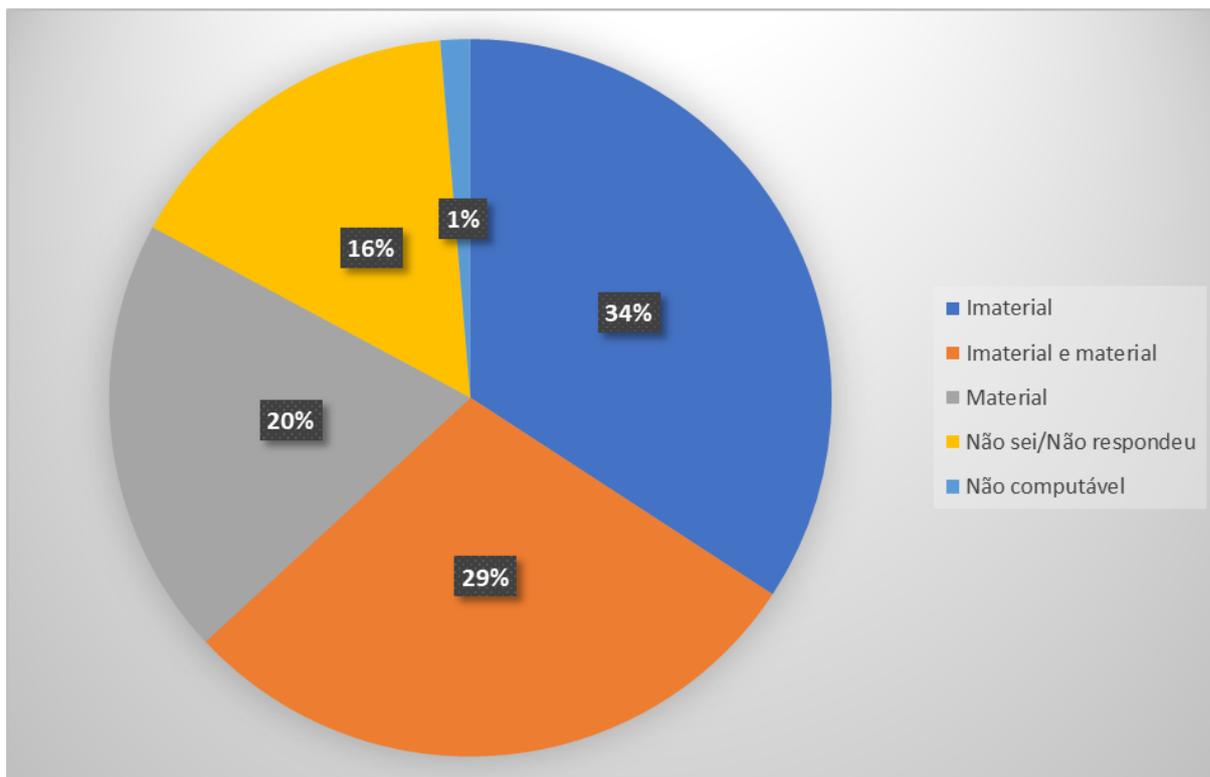
Até mesmo quando há elementos semelhantes, o olhar pode ser distinto. Como é o caso do realce feito por Flávia (2019), ao tratar do patrimônio natural, porém em outra perspectiva da apresentada na entrevista anterior. Nesse sentido, a entrevistada Flávia (2019) aponta:

Tá. Bom, o patrimônio natural não deixa de ser um patrimônio cultural também né, porque a relação do homem com a natureza já estabelece ali esse sentido de valor. Por exemplo, o mar. O mar é onde o pescador vai tirar o peixe, essa relação é um patrimônio também. Em todos os aspectos disso relacionados ao mar, festividades, a devoção religiosa, a pesca da tainha, que hoje pra mim, é um dos principais representativos da cultura tradicional local, a pesca da tainha né, que acontece em todas cidades, várias e várias famílias envolvidas. A farinhada né, então a produção da mandioca é a relação do homem com a terra.

Assim, ao aprofundar sobre elementos específicos do patrimônio cultural local, Flávia (2019) nos oferece outra perspectiva sobre o patrimônio, o qual não depende de materialidade, ressaltada por João (2018) ao tratar de casas tradicionais. Essa definição pode ser mobilizada amplamente na construção do Nós mobilizado por ela. Temos, portanto, uma amplitude de perspectiva sobre o que é o patrimônio apresentado pelos mediadores culturais.

Entre os mediadores culturais, vemos pontos de amplitude diferente e completude na noção de patrimônio. Nessa altura, convém compararmos com o que pensa a população que respondeu a pesquisa. No gráfico abaixo, vemos a distribuição das respostas cada vez que foi mencionada a categoria de patrimônio pelos respondentes. O termo “não computável” é relacionado com respostas extremamente abertas, evasivas ou sem sentido para a pergunta.

Gráfico 5 - Definições sobre patrimônio cultural segundo a população bombinense (2018/2019)



Fonte: Da autora (2023)

O primeiro ponto que chama atenção no entendimento da população sobre o conceito é a proximidade percentual entre as respostas que citam as noções material, imaterial e material/imaterial.

A constituição imaterial do patrimônio é relativamente recente quando pensamos na circulação de saberes no campo social. O fato de aparecer em 63% das respostas é altamente notável. Acreditamos que isso ocorra, conforme apontado nas entrevistas dos mediadores culturais, da reconstrução da cidade para as atividades do turismo e a pouca convivência com patrimônios materiais. Ainda, há forte divulgação do patrimônio imaterial pelo governo municipal e pelas instituições nas quais trabalham os demais mediadores culturais.

Há uma diversidade e amplitude interessante nas respostas, ainda assim 15,5% disseram não saber ou não responderam à questão. Se estendermos para as respostas que não possuem sentido, são 18,5% que não possuem nenhuma familiaridade com a expressão patrimônio cultural. Ainda, se somarmos com a ideia de posse – sendo posse coletiva de bens pela população de uma cidade –, presente em 6,5% das respostas, temos 25% da população sem ancoragem no campo do patrimônio cultural, ou seja, não possuem elementos conceituais para significar a expressão. Ainda, desses 25%, apenas 6,5% possuem alguma ancoragem, ligada ao conceito de propriedade, para o termo patrimônio cultural. Assim, nenhum deles alcançam a objetificação – tradução da ideia para algo concreto. Todavia, é notável a

amplitude e abrangência das respostas, e sua distância de termos que apenas remetem ao patrimônio de “pedra e cal”.

Outro ponto importante é que, para a conceituação, os respondentes que possuíam a ancoragem, a maioria também objetificaram dando exemplos. Os termos na tabela abaixo podem ter sido citados sozinhos ou em conjuntos nas respostas, todavia foram trazidos cada um em sua individualidade aqui. Os dados são citados em números porque a questão era para conceituação do patrimônio cultural, e a soma dos termos e da quantidade de vezes que eles são citados ultrapassam as barreiras percentuais simples. A maior parte das respostas dá mais de um valor e/ou exemplos para a definição. Na sequência, vemos os exemplos citados para essa pergunta.

Tabela 2 - Tipos de bens culturais citados para conceituar patrimônio cultural.

Quantidade de vezes que o termo/expressão/ideia é utilizado(a) para definir patrimônio cultural	
Cultura	149
História	78
Não sei/Não respondeu	59
Bens culturais	49
Lugar	44
Legado/Herança	40
Tradições	36
Identidade	29
Arquitetura	27
Posse	25
Pesca	12
Não computável (em relação ao exemplo citado)	11
Museus	8
Memória	8
Natureza	6
Genérico (algo importante, único, preservado)	6
Pessoas	6
Monumentos	5

Engenhos	4
Boi de mamão	4
Farra do boi	2
Arte	2
Paisagem	1
Saberes	1
Açores	1

Fonte: Da autora, 2023.

Mesmo havendo a amplitude do que é patrimônio cultural, os aspectos vinculados à sua materialidade ainda possuem impacto social. Em um trecho da entrevista com João (2018), ele relata que nasceu em São José-SC. A representação cultural em sua memória se refere às casas antigas do centro histórico de São José-SC e ao mercado público de Florianópolis- SC:

Então a minha irmã assim que ela tava novinha, ela ali, eu botava aquele vestido de renda, me carregava para assistir os grupos folclóricos e eu gostava de ver os cavalos, o boi, enfim, e quando ia pra cidade de ônibus com a mãe, passava às vezes no centro histórico de São José e olhava para aquelas casas antigas e eu não entendia porque que as casas tinham aquelas paredes largas, aquelas portas tão grandes. A mesma coisa o mercado público né de Florianópolis, olhava pra aquilo lá e não entendia porque que existiam prédios modernos e outros com umas arquiteturas tão diferentes. E a mesma coisa também meu pai [...] (JOÃO, 2018).

Conforme visto nesse estudo, a cultura é reconhecida como o conjunto de modos de vida, costumes, saberes, desenvolvimento artístico, científico e industrial de um grupo social. No entanto, do ponto de vista econômico e globalizante, o patrimônio hoje é capaz de gerar riqueza, utilizando-se como recurso turístico em cidades históricas. Com isso, capaz de proporcionar benefícios e vantagens que permitem fortalecer a economia, tornando-se assim um recurso estratégico que destaca seu potencial (CAFEZEIRO, 2021).

Como vimos em seções anteriores, a relação entre o turismo e outros fatores, como meio ambiente, patrimônio e cultura nas cidades, se torna importante frente à avaliação do impacto que o turismo pode causar ao patrimônio urbano e arquitetônico. Contudo, a responsabilidade de preservar o patrimônio, além de promover o seu uso, também recai sobre as administrações correspondentes, proprietários e setor imobiliário.

Para o entrevistado vereador Rafael (2018), o patrimônio cultural arquitetônico é visto em Bombinhas de forma tímida, na Vila do Farol e na parte dos engenhos, à saber:

Até a gente tava interessado e até em questão de audiência pública, essa foi uma das sugestões de incentivar as próximas construções de apartamentos né, novas casas, buscar um pouco da característica local, da cultura né nas fachadas e tudo mais. Algo semelhante acontece em Porto Belo, tem uma série de incentivos pras pessoas que usam esse tipo de construção açoriana né, porém, isso vai de quem interpreta, por exemplo, acho muito bonito que isso aconteça, isso existe um pouquinho na

pousada Vila do Farol, se prestar atenção existe um pouco da parte açoriana, calçada, aqueles mosaicos e tudo mais. E depois bem fiel é a parte dos engenhos e ficamos por aí, as casas antigas que tinham, elas foram infelizmente com o tempo, foram trocadas por imóveis, foram derrubadas e hoje não há essa referência mais, as que existiam, acabaram sendo demolidas, mas eu vejo que a gente tem que fazer um trabalho, mas isso também requer um estudo porque eu fui levar essa conversa pra uma pessoa que faz design de interiores e outra que é arquiteta e daí eles já não veem isso talvez com bons olhos, só que há uma identidade açoriana, ele já tem um outro pensamento né, que tem que ser feito um estudo muito mais complexo pra dizer assim, “não pode ser inventado, isso tem que ser o original né, como é o caso das igrejas quando passam por uma restauração né, vai lá até pra saber como era a tinta pra buscar a original, então muitas das pessoas talvez possam se utilizar disso pra ganhar subvenções, ganhar certos impostos né, diminuição, mas quando forem feitas tem que levar única e exclusivamente ao interesse de muitos, as fachadas ou algum tipo de estilo de rua, de construções pra que possam manter a história né, da cidade.

Logo, observa-se que quanto ao patrimônio material, especialmente o arquitetônico, Bombinhas não possui de modo geral, nas palavras de Rafael (2018). No entanto, quando Rafael (2018) evidencia como exceção a Vila do Farol e os engenhos de farinha (Figura X), podemos nos perguntar: criar fachadas com menções à arquitetura açoriana evidencia qual história? Criar fachadas que remetem à colonização não é teatralizar o patrimônio cultural, como mencionaram sobre a criação, invenção, que as pessoas com que o entrevistado conversou? Isto é patrimônio cultural?

Figura 6 - Pousada Vila do Farol



Fonte: BESTDAY, (2023).

Figura 7 – O trabalho e o engenho de farinha.



Fonte: BOMBINHAS, 2022.

O patrimônio material, da forma como era tradicionalmente reconhecido, tem pouca expressividade em Bombinhas. As novas formas de entender o patrimônio, disseminadas em documentos regulatórios nacionais e internacionais, foram sendo trabalhadas e incutidas na população por meio dos trabalhos de mediadores culturais e de secretarias da prefeitura local. Devido a isso, as características naturais e geográficas de Bombinhas foram pensadas como patrimônio natural, o qual é amplamente reconhecido, como as praias em Bombinhas-SC por exemplo.

Nesse sentido, os materiais informativos, cartilhas, documentários, livros, produzidos ou fomentados pelas secretarias municipais de turismo e cultura, além do Instituto BoiMamão, colaboram para a divulgação e valorização da história local. Principalmente em meados do século XX, quando a cultura e a economia estavam vinculadas a atividades como a pesca artesanal da tainha e aos engenhos de farinha, além da religiosidade católica ser majoritária.

Ainda nos materiais informativos da prefeitura, as características naturais e geográficas de Bombinhas foram pensadas como patrimônio natural, o qual é amplamente divulgado como atrativo turístico, com notoriedade para as praias em Bombinhas-SC.

Para João (2018), à primeira vista, quando ele chegou em Bombinhas, viu pouco desenvolvimento, porém com “praias legais”. Entende-se que por Bombinhas ser uma península e estar cercada de praias, as formas de acesso à região e sua infraestrutura podem ser distintas:

E daí os meus irmãos já estavam adultos e o mais velho de idade me disse “então eu vou te levar comigo, você vai morar comigo em Bombinhas”. Primeira vez que eu vim pra cidade, eu me assustei, achei longe, tudo muito, sabe, sem desenvolvimento, achei as praias legais, ia à praia todo dia, mas não tinha colega, não tinha ninguém assim pra ter contato (JOÃO, 2018).

Observa-se que a reação e a avaliação do entrevistado estão organizadas de acordo com a cultura e a formação social dele e, a partir disso, vemos a divisão do contexto social nas dimensões da atitude, da informação e do campo de representações. De fato, as praias de Bombinhas são bastante procuradas e a cidade está entre as cinco mais procuradas pelos brasileiros¹⁷ (SETUR, 2021).

De acordo com Donegan (2016, p. 26), “[...] não se ‘tropeça’ na praia para alcançar outro lugar; quando se ‘vai para a praia’ esta é a escolha e o destino”. Donegan contextualiza o processo de escolha referente à caracterização do lugar físico das praias, quanto das pessoas que estão nelas, destacando o papel das praias como espaços de socialização, sendo uma cultura litorânea historicamente enraizada (DONEGAN, 2016, p. 26).

Sem dúvida, o meio ambiente é essencial para a caracterização do patrimônio cultural que faz parte deles, como os elementos naturais que ajudam a definir sua essência agregando o seu valor. Sendo um elemento central na representação sobre o patrimônio cultural local.

Como demonstrado, há distintas interpretações sobre patrimônios, podendo focar no campo material e imaterial, como também cultural e natural. No caso de Bombinhas, há uma tensão devido às mudanças que houve na sociedade durante as últimas décadas, sendo necessário haver um “resgate” na perspectiva de alguns entrevistados. Isso é possível ocorrer em diferentes tipos de patrimônios, agora focamos no cultural.

Conforme visto nesse estudo, a Teoria das Representações Sociais (TRS) tem o intuito de explicar e compreender a realidade social, considerando a dimensão histórico-crítica (OLIVEIRA, 1999). Nesse sentido, para Moscovici (1978), as RS são entidades praticamente tangíveis, já que elas cruzam continuamente por intermédio da fala, gestos, encontros que concebem uma unidade de conhecimento particular em prol da elaboração de comportamento entre as pessoas.

Essa seara dos saberes sociais, inclusive a esfera histórico-cultural em que o sujeito está inserido é, de modo geral, formadora das RS que serão geradas frente aos fenômenos sociais que fazem parte de seu universo. Logo, para representar um objeto, há a necessidade de dar um status de um signo e tornar familiar. E para familiarizar o desconhecido, existem dois processos formadores das RS, à saber: i) processo de ancoragem e ii) o processo de objetificação.

O processo de ancoragem surge da necessidade frente a dificuldade de entender o que não é familiar, logo, ancora-se pelo senso comum, sendo esse uma forma para encaixar o que

¹⁷ Os dados foram levantados entre 1º de março de 2020 e 23 de fevereiro de 2021.

não é familiar. Já, para o processo de objetificação, é a transformação do abstrato em algo quase físico. Para Moscovici (1978), objetificar é descobrir o aspecto icônico de uma ideia ou ser mal definido, ou seja, fazer equivaler o conceito com a imagem.

E ao abordar o senso comum, frisa-se que Fairclough (2001) tem grande contribuição entre o subjetivo e o material. Pois essas são representações no campo abstrato do discurso, porém são formados a partir das relações sociais materiais entre grupos.

Para o entendimento de patrimônio cultural, de acordo com Cabral (2018), o mundo assume um significado global e implica uma transferência de bens materiais/intangíveis para as gerações seguintes. Atualmente, conforme relatam Heinich *et al.* (2018), perspectivas claramente diferentes têm aparecido em relação ao entendimento do conceito de patrimônio, como também apresentado em seção anterior.

O pensamento tradicional e político do patrimônio, reconhecido como o discurso autoritário desse, ressalta o apelo estético de objetos materiais (como monumentos, lugares e paisagens) que devem ser preservados e protegidos por gerações forjando assim um sentido de identidade baseado no passado (SMITH, 2006). Também designa como recipientes de memória (ou seja, o que deve ser lembrado e como deve ser lembrado).

Na última década, conforme relata Veloso (2018), os problemas em torno do patrimônio têm vindo a ser evidenciados em muitas direções, por exemplo, o processo de como algo se torna patrimônio. Para Gravari-Barbas e Veschambre (2003), essa abordagem legitima uma versão do passado que costuma ser aristocrática, Harvey (2001) e Smith (2006) corroboram tal pensamento e evidenciam que ignora outras histórias, bem como exclui uma ampla gama de outras experiências sociais e culturais. Assim, o passado se reduz à história de um grupo seletivo, representando o que é importante para a identidade desse grupo, consequentemente muitas vezes outras formas de identidade são ofuscadas e desvalorizadas.

Nesse vasto debate, além de debates acadêmicos, observamos que há ampla diversidade na conceituação de patrimônio, e o que é possível ser entendido como parte do mesmo. O que é resultado das convergências e divergências a partir de quais grupos e esferas sociais estamos dialogando e refletindo. Essa variedade é decorrência de diferentes motivos, como o conhecimento a priori das pessoas e o que se hierarquiza prioritariamente ao construir sua definição na fala e na escrita. Algo que consideramos, já que nosso material de análise é constituído de entrevistas e formulários com distintos perfis de pessoas.

Frisa-se, aqui, que essa discussão de patrimônio deixou nos últimos tempos de ser marcada pelo arquiteto ou pelo historiador. Para Fontelene e Oksman (2018), o pensamento

contemporâneo reflete que a integração do patrimônio é muito mais abrangente, ainda não se reduzindo somente ao turismo.

Observa-se que a representação social tem relação com a opinião pública. Porém, a RS não é somente opinião, vai além dela, pois está relacionada à avaliação do objeto, aos sentimentos associados, e isso enquanto característica produzida e compartilhada por um grupo. No entanto, consoante a Moscovici (1978), as proposições, reações ou avaliações estão organizadas de maneira muito diversa segundo as classes, as culturas ou grupos, e constituem tantos universos de opinião quantas classes, culturas ou grupos existentes.

Observa-se que, na visão da entrevistada Ana (2018), tem-se destaque, também, para a valorização e preservação do patrimônio cultural. Entende-se, consoante a Vinuesa e Torralba (2018), que a preservação significa manter os artefatos e tradições de uma comunidade contra fatores que tentam modificá-los ou desgastá-los. Alguns exemplos comuns são a transmissão de uma arte antiga ou o registro de contos tradicionais. Logo, o patrimônio cultural dá aos bombinenses uma maneira de olhar para trás em sua história de uma forma que informa sua identidade atual.

Nesse sentido, a população que se refere aos bens materiais como patrimônio, na maior parte dos casos cita exemplos patrimoniais sem justificá-los, e quem cita aspectos imateriais contextualiza mais, dando ênfase a aspectos como identidade, legado dos antepassados, cultura. Assim, muitas respostas citam a preservação dos bens culturais como um fator importante por possuírem história e serem vetores da construção das identidades das pessoas e do lugar de uma forma compartilhada e única.

Cabe aqui desdobrar a ancoragem das representações expostas, à priori, frente ao entendimento basilar de patrimônio cultural, como uma via que permite uma visão mais integrada das RS com o contexto histórico e cultural de Bombinhas. Descreve-se, a seguir, dentro das linhas das abordagens clássicas da TRS, sendo elas referentes à origem e conservação da comunidade, em seus aspectos humanos, espiritual e intelectual (sociogenética) (FARIA CAMPOS, 2017). Como também pela abordagem que preza os princípios organizadores das tomadas de posições individuais (societal) e, por fim, a abordagem que destaca as posições ocupadas pelos entrevistados na estrutural social (estrutural).

A entrevistada Ana (2018), quando questionada sobre quem preserva o patrimônio cultural em Bombinhas, responde:

Bombinhas esse ano trouxe um fórum de cultura pra cá, com vários municípios que vieram, então eu acho que evoluiu muito e tá muito amarrada, muito abraçada nessas coisas. E dentro do que era pra ser com os conselhos. Hoje nós temos um conselho

de cultura bem atuante com as representações, tem do patrimônio, tem da música, do artesanato e esses conselhos funcionam muito aqui dentro e também pelos planos de cultura que têm que ser, tem que ter plano municipal, plano estadual, plano federal e Bombinhas tá bem redondinha, tem o plano municipal, atua no plano estadual de cultura. Então eu acho que essa parte legal tinha que acontecer porque eu não ia dar conta, eu não dou conta, é uma instituição, é uma ONG que muitas vezes nem é aceita em muitos lugares porque é ONG, sabem disso. O município nos últimos anos é que vem mesmo olhando mais como realmente um espaço que fez uma diferença no município, que as escolas e tal e tal, mas teve muito tempo abandonada assim e se eu não fizesse por realmente desenvolver algum projeto pra ter isso aqui e aí as pessoas de fora, ela era mais conhecida fora do estado do que aqui (ANA, 2018).

Vê-se que para Ana há um forte papel do Estado para a preservação do patrimônio cultural em Bombinhas. Nessa questão, é importante que se tenha políticas públicas em prol de dar o suporte necessário. De acordo com Matos e Bernardo (2018), há três orientações para a valorização e proteção do patrimônio cultural. Primeiro, o interesse histórico-cultural, no que diz respeito à afirmação da identidade e do tecido social em que se insere. Assim, deve-se considerar o fato histórico associado e o valor simbólico que algo possui para a comunidade local. Segundo, o interesse artístico-arquitetônico e construtivo, ligado às características formais, espaciais, funcionais, e ou construtivas, valores frente a sua autenticidade, singularidade ou raridade. Também os valores de autoria e a representatividade da área cultural a que pertence. Por fim, o interesse paisagístico-ambiental.

Para a entrevistada Deise (2018), é possível discutir porque alguns bens são selecionados para patrimonialização e outros não:

Nós temos o Mestre Cantalício, nós temos uma Academia de Letras em Bombinhas. Isso tá vindo assim, tá acontecendo e tá tentando manter aquilo que é de cultural, de patrimônio, seja tangível ou intangível, seja de patrimônio material ou imaterial, mas pra teres uma ideia, alguns anos atrás, foi um familiar que tinha posse da terra ali onde era o nosso Casarão da família, onde feito em 1880 e poucos lá. Mandeí uma cartinha pedindo pra fazer a reforma, fazer daquele casarão, enfim, não foi possível. Hoje, tá debilitada essa pessoa da família, não tem assim. Foi destruída, é um estacionamento, entendeu? E patrimônios assim, que mostram a nossa característica arquitetônica é muito pouco tá (DEISE, 2018).

Ao analisar os motivos pelos quais alguns bens são selecionados para patrimonialização, ou seja, passam a fazer parte do patrimônio cultural de uma região, para começar, conforme foi visto nessa análise, é importante que se tenha o entendimento por patrimônio e quais são as ações que estão ligadas à sua proteção. A sua “salvaguarda” inclui todas as medidas destinadas a garantir a viabilidade do patrimônio cultural, tais como a identificação, documentação, investigação, preservação, proteção, conservação, promoção, gestão, valorização e reabilitação.

Para a entrevistada Flávia (2019), o processo de patrimonialização deve partir do povo em manter viva a cultura:

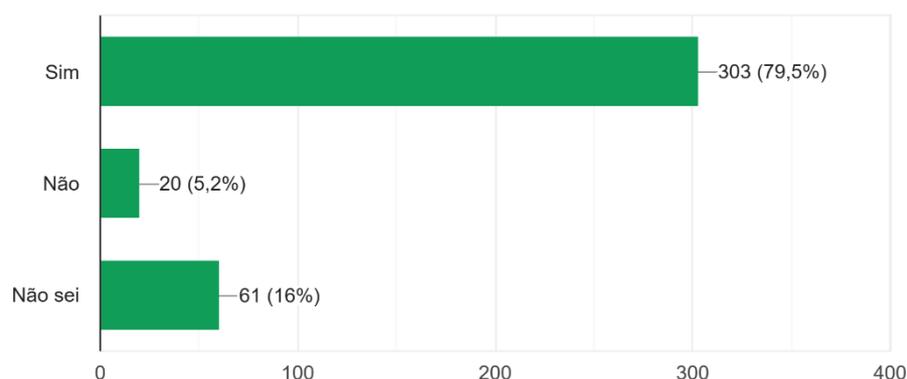
Bom primeiro, o mais importante eu não vejo esse processo de patrimonialização, de institucionalização do patrimônio, não é o mais importante. O mais importante é que a comunidade mantenha isso vivo né, não é a Fundação que vai tá aqui produzindo consertada pra dar para as pessoas né, não é a Fundação que vai sair com grupo de terno de reis que tem. A comunidade, ela que tem que fazer isso, ela tem que se sentir à vontade, enfim, por que que a legislação entra como algo muito importante nesse sentido?

O ponto levantado por Flávia (2019) é importante pelo reforço novamente da importância da população no processo de institucionalização do patrimônio, alertando que, sem o respaldo, não há motivo. Todavia, é preciso questionar quem faz parte dessa comunidade, afinal, como percebido por diferentes falas de entrevistados, há uma divisão entre aqueles que são originários da cidade, assim são parte do Nós, e aqueles externos, imigrantes ou turistas, para alguns atores ativos na definição e preservação do patrimônio. Por isso, a discussão de patrimônio é antecedida por outros debates, a exemplo de quem faz parte da comunidade, quem é o Nós que pode se identificar com o passado e o patrimônio de Bombinhas.

Afinal, se o que é considerado patrimônio é algo anterior à chegada de pessoas após a década de 1970, essas pessoas fazem parte do que é considerado valioso? As alterações que ocorrem a partir do assentamento dessas famílias devem ser entendidas como parte da essência de Bombinhas, afinal já transcorreram décadas de sua chegada? Essas e outras perguntas demonstram a profundidade da reflexão que é necessária no campo.

Desse modo, convém identificar, em primeira instância, se a população diz haver patrimônio cultural em Bombinhas.

Gráfico 6 - Manifestação da existência ou não de patrimônio cultural em Bombinhas

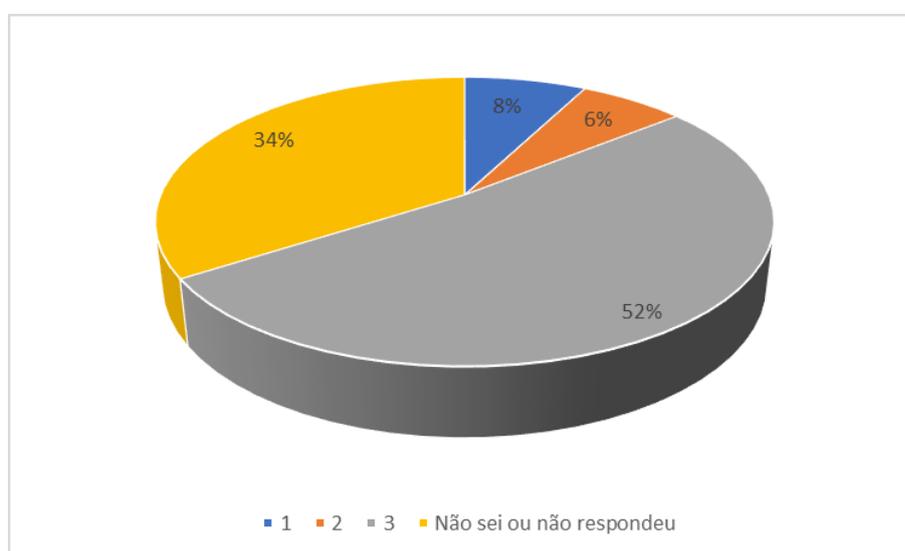


Fonte: Da autora, 2023.

Como apresentado anteriormente, 15,5% não responderam ou disseram não saber o que é patrimônio cultural. Todavia, no gráfico acima, vemos que 16% não sabem identificar algum patrimônio em Bombinhas e 5,2% dizem não haver patrimônio cultural na cidade.

Entre os que identificaram patrimônio cultural local, citaram aproximadamente 140 itens diferentes, alguns por estarem escritos de forma genérica, outros pela multiplicidade de respostas em si. Ainda, a pergunta relativa pedia que as pessoas citassem e justificassem a escolha de três patrimônios culturais de Bombinhas, o que nem todos fizeram. Desse modo, 8% mencionaram apenas 1, 6% pessoas mencionaram 2, 52% pessoas mencionaram 3 ou mais, e 34% não responderam ou disseram não saber identificar.

Gráfico 7 - Quantidade de respostas por quantidade de patrimônios citados



Fonte: Da Autora, 2023.

Quanto aos aproximadamente 140 itens que foram citados como patrimônio, temos a tabela a seguir que compila por categoria a quantidade de vezes que os elementos foram citados.

Tabela 3 - Patrimônios mencionados pelos entrevistados por quantidade de ocorrência e categoria (2018/2019).

Relacionados à pesca	171
Histórias, contos, lendas, causos, folclore, costumes, Terno de Reis, Boi de Mamão	99
Outros	81
Vegetação, geografia, paisagem, praia, natureza	78

Relacionados a farinha e engenhos	74
Museus	67
Consertada, culinária, gastronomia (exceto beijú)	55
Religiosidade (Igrejas, manifestações religiosas)	46
Vinculado ao açoriano	17
Pessoas	8

Fonte: Da Autora, 2021.

Para identificarmos melhor os bens culturais citados, segue a lista com os mencionados mais de 10 vezes.

Tabela 4 – Bens de Bombinhas, citados como patrimônio pelos entrevistados, 10 ou mais vezes (2018/2019).

Pesca da tainha, Pesca artesanal da tainha	103
Boi de mamão/Boi de pau	71
Engenhos	43
Consertada	40
Engenho do Sertão/Engenho da Rô/Instituto Boi Mamão	26
Igreja/Capela/Igreja ao lado do cemitério/Igrejinha do Morro entre Bombas e Bombinhas	25
Pesca	21
Pesca artesanal	21
Museu (sem indicação de qual)	20
Praias (sem indicação de qual)	19
Terno de reis	18
Farinhada/Processo de fabricação artesanal da farinha	16
Museu Homem do Mar	12
Casa da Cultura/Casa da Cultura Piana do Crivo	12
Ranchos de pesca/Barracões	10

Fonte: Da Autora, 2023.

Juntamente com os dados apresentados, na tabela acima, analisamos termos significativos identificados como patrimônios ou justificativa para algum patrimônio, em virtude da frequência com que a população os citou, das menções dos mediadores culturais e da legislação. A quantidade de ocorrência dos termos foi identificada por meio do localizador do programa Excel.

Como podemos perceber, na Tabela 4, altamente objetificado como patrimônio local está a pesca, como ações e objetos ligados a ela. Sendo assim, a palavra “pesca” aparece em 154 respostas, das quais, em 147, é considerada (independentemente do tipo de pesca) patrimônio da população local. A tradição e a origem açoriana são apontadas como as justificativas mais frequentes. É importante dizer que apenas uma resposta cita os indígenas como responsáveis pela pesca fazer parte da cultura local. Destarte, os indígenas são citados entre todas as respostas apenas duas vezes, uma vinculada à pesca, já citada, e uma ligada aos sambaquis, os quais foram citados como patrimônio apenas duas vezes.

Outro termo que aparece com frequência é "engenho", sendo citado como patrimônio 43 vezes. Todavia, quando analisamos as justificativas das respostas dos bens citados como patrimônio cultural localizando a palavra "engenho" na coluna de respostas, o termo aparece 114 vezes, sendo citado majoritariamente, 71 vezes, como justificativa para mencionar outros patrimônios.

Ainda localizando termos na coluna de respostas que identificam e justificam os bens patrimoniais locais, a palavra “farinha” aparece 57 vezes, ligada diretamente aos engenhos - seja ela completando “engenho” ou se referindo ao produto em si e o seu modo de preparo. Dessas, 16 vezes mencionam exclusivamente o processo artesanal de fabricação da farinha, chamado de farinhada.

Do mesmo modo, os termos “igreja”, “igrejinha”, “capela” aparecem 44 vezes. Dessas, 31 vezes, são citados como patrimônio e 13 vezes para justificar algum patrimônio ou a religiosidade. Embora categorizada em religiosidade, a menção de igreja parece estar mais na questão da arquitetura, baseada na suposta antiguidade dessa arquitetura, do que propriamente nas manifestações religiosas dentro das igrejas.

Ainda, a palavra museu aparece em 39 respostas como patrimônio. Dessas, duas se referem ao Engenho do Sertão como museu, sendo que a maioria cita em separado em relação a “museu”, provavelmente pela multiplicidade de suas atividades. Aqui também é importante dizer que o Museu Casa do Homem do Mar foi citado 12 vezes, mas já havia sido fechado há praticamente 5 anos quando a população respondeu os formulários. A frequência pode ter acontecido pelo fato da construção que abrigava o museu ser de bastante destaque e estar em uma via importante de acesso entre bairros do município.

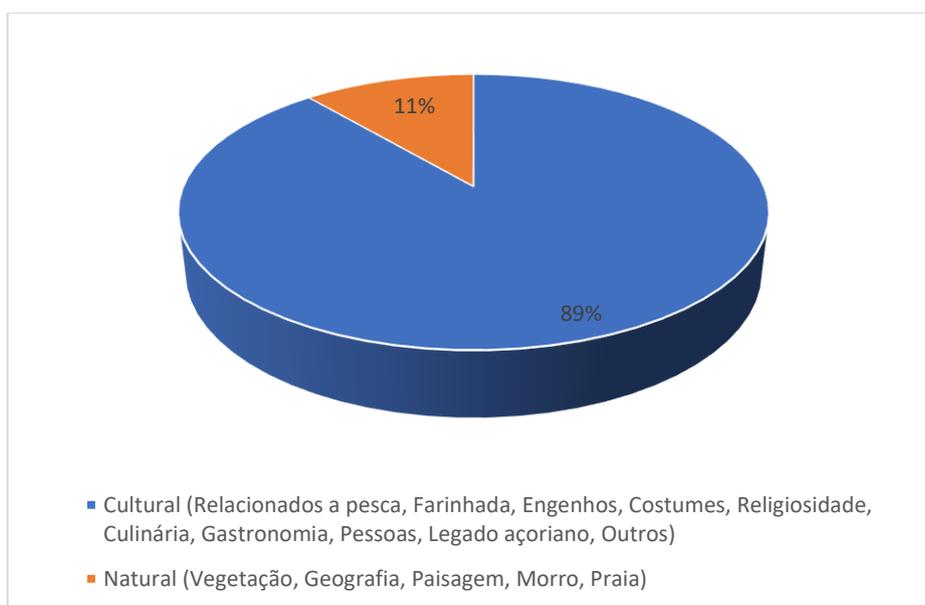
Igualmente, é importante dizer, acerca dos bens mencionados, que 21 respostas citam a herança cultural açoriana como justificativa. Entretanto, uma resposta contesta abertamente a ideia da população local acreditar que é “açoriana”, dizendo que é um erro este pensamento.

Tendo um conceito mais amplo de patrimônio cultural, e podendo ter sido influenciado pela lei que institui mestres do saber na cidade, o termo “povo” aparece em 17 respostas, quatro vezes como patrimônio, em um deles especificando “povo açoriano”. As 13 respostas restantes fazem alusão aos bens culturais citados serem parte da vida e da história do povo de alguma maneira.

Ainda, em virtude da maior parte da economia e das transformações do município virem das atividades turísticas, “turismo” aparece como patrimônio para cinco pessoas, tendo como essência da justificativa o lucro. Também aparece mais duas vezes em justificativas relacionadas aos bens naturais.

Se reduzirmos as respostas para identificarmos as categorias gerais do patrimônio temos o seguinte:

Gráfico 8 - Categorização dos bens culturais citados como patrimônio.

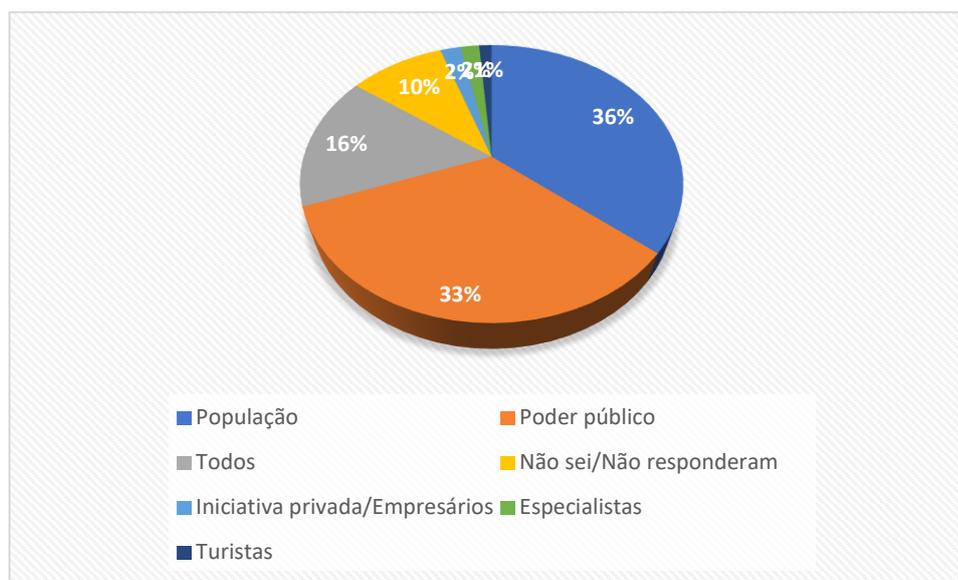


Fonte: Da Autora, 2023.

No Gráfico 8, é possível perceber que o patrimônio ainda é pouco ancorado no ambiente onde as pessoas vivem. 11%, apontam para categorias naturais, apesar de Bombinhas ser uma cidade que tem como sua principal atividade econômica o turismo que explora as belezas naturais. Assim, 89% dos bens reconhecidos como patrimônio estão no âmbito cultural, evidenciando o trabalho de delineamento da identidade local feito a partir da emancipação político-administrativa da cidade. É relevante destacar que as discussões em nível de senso comum sobre os bens naturais serem entendidos como patrimônio cultural são recentes.

Todavia, identificar patrimônios não quer, necessariamente, dizer que a população se sente parte, se identifica, ou se sente responsável pelas escolhas patrimoniais. Para pensarmos se a população, que inclui moradores de origem local e migrantes, se sente como participante na definição dos bens culturais que devem ser considerados patrimônio cultural da cidade, perguntamos quem, na visão do respondente, define o que é patrimônio. Com os termos individualizados, apresenta-se o seguinte:

Gráfico 9 – Frequência das respostas categorizadas



Fonte: Da autora, 2023.

Na avaliação, por termos individuais, fica em evidência que a população dá valor tanto a definição por intermédio do governo, quanto pela necessidade de escuta da população. Ainda, chama a atenção que “não sei”, “em branco” e “não computável” somam 25% do total das 381 respostas.

Todavia, como exposto até o momento, a responsabilidade por essa escolha deve ser compartilhada. Nesse sentido, vemos, na tabela abaixo, como os respondentes pensam o compartilhamento desta incumbência.

Tabela 5 - Quantidade de termos categorizados em respostas que dizem que a definição deve ser compartilhada entre duas ou mais categorias

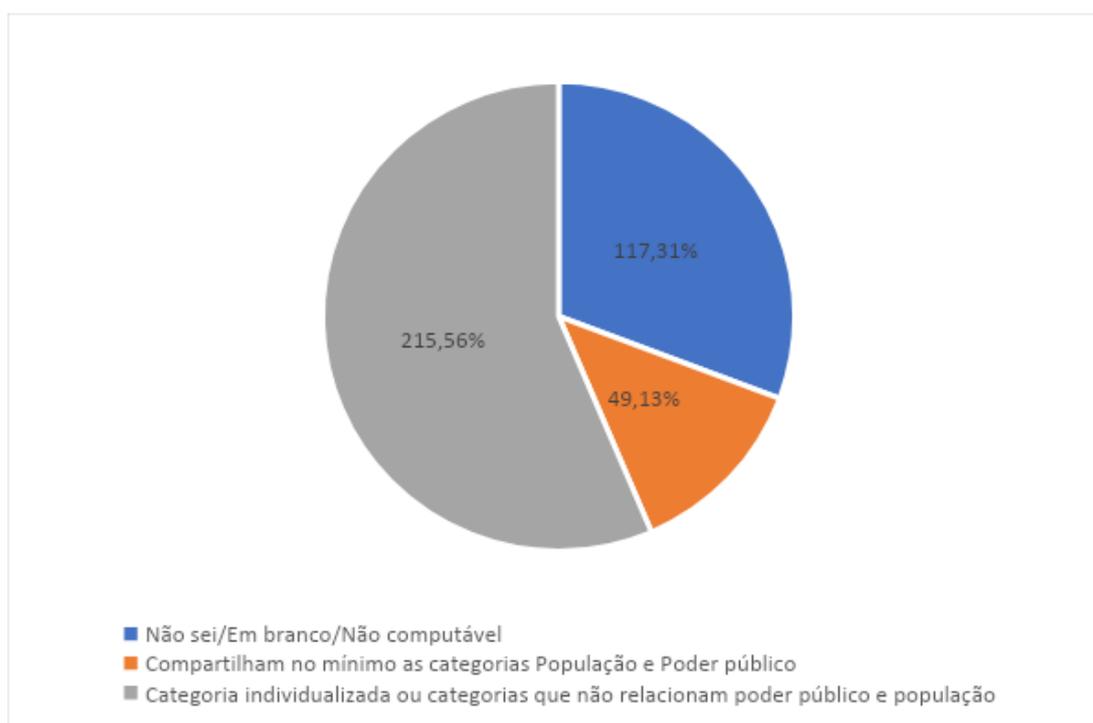
População	58
Cientistas	18
Poder público	63
Compartilham que a definição do Patrimônio Cultural é (no mínimo) do Poder público e da População	49
Outros	4

ONGs/Instituições culturais	16
Moradores originais	8

Fonte: Da autora, (2023)

Entendemos que as esferas mais importantes no processo de definição do patrimônio são a população e o governo. Entretanto, nas combinações de responsabilidade citadas pelos respondentes, apenas 13% citam que deve ser compartilhada por essas duas esferas. Sendo que as demais respostas apontam outros arranjos. Conforme esclarece o Gráfico 10.

Gráfico 10 - Compartilhamento da responsabilidade de definir o patrimônio cultural



Fonte: Da autora, 2023.

Todavia, ainda assim, do total de pessoas que responderam à pesquisa, 37% (141) acreditam que a população, individualmente, com o governo ou com outro arranjo, deve contribuir para a definição do patrimônio cultural. Isso demonstra que há um relativo reconhecimento do dever de participação nas escolhas públicas que implicam nas questões sociais. Porém, 31% ainda se mantém longe das discussões e sequer identifica, inclusive, responsáveis externos a si.

Conforme expõe Magarelli *et al.* (2018), ao frisar que as mudanças da vida moderna, as sucessivas crises econômicas e as transformações do meio ambiente afetam os habitats urbanos e as condições de vida de seus habitantes. Perante isso, as diversas manifestações do patrimônio cultural material e imaterial devem enriquecer o cotidiano e constituir fonte de

identidade e coesão (MAGALHÃES, 2020). Pelo contrário, a sua perda contribui para o empobrecimento do legado e da diversidade cultural.

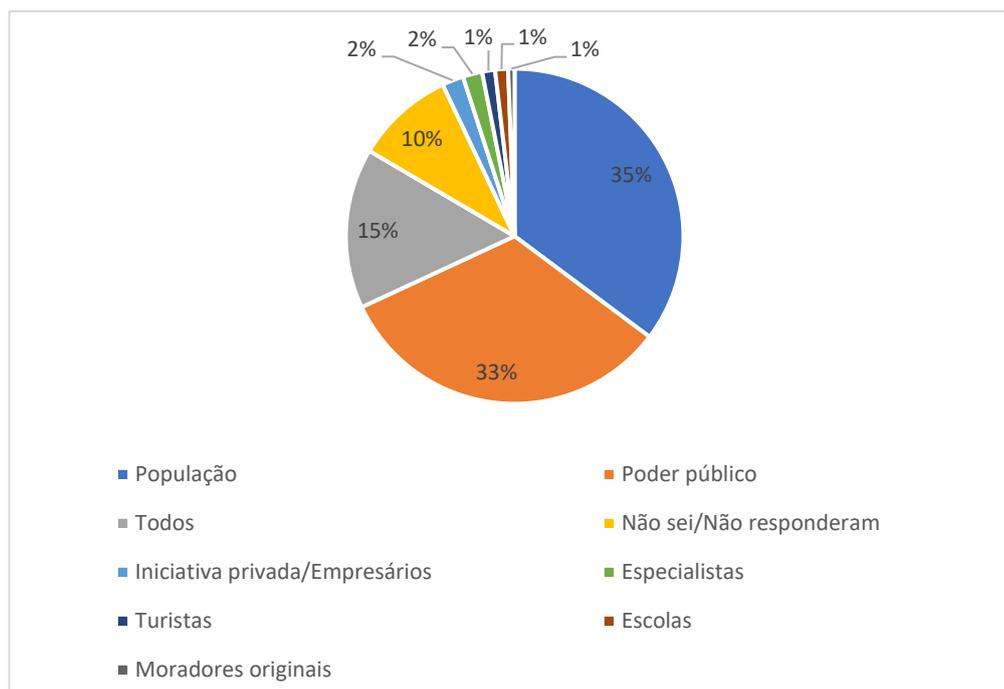
Nesse ponto, é interessante observar que, nas últimas décadas, conforme evidenciam Carvalho e Marques (2019), tem sido enfatizada a necessidade de compreender os bens patrimoniais em seu contexto territorial e em associação com valores imateriais. Alguns itens para pensar na evolução do que são bens culturais e sua relação com o território e a imaterialidade: a continuidade no tempo e à identidade; usos tradicionais; o papel do espaço público como local de interação social e em relação a outros fatores socioeconômicos, como integração social e fatores ambientais.

Todas essas questões supracitadas, levam-nos a relacionar o patrimônio com o desenvolvimento sustentável, uma vez que as políticas de planejamento urbano e de ordenamento do território devem garantir o respeito pelo patrimônio cultural material e imaterial (CABEÇA, 2018). No entanto, a preservação dos bens patrimoniais não deve ser interpretada como uma oposição à mudança. Pelo contrário, se for adequado, pode oferecer oportunidades para melhorar as áreas urbanas históricas e a qualidade de vida dos seus habitantes (CAMPOS, 2021).

De acordo com Soares e Oosterbeek (2018) e Moser e Carvalho (2021), a complexidade da salvaguarda e gestão do patrimônio exige a sua realização numa perspectiva multidisciplinar e colaborativa entre investigadores, Estado, empresas privadas e público em geral. Não se deve esquecer que a conservação do patrimônio diz respeito, antes de tudo, aos seus habitantes (SCHNEIDER, 2019). Portanto, a participação e o compromisso dos cidadãos devem ser incentivados por meio de consulta direta e diálogo permanente com a população e grupos de interesse.

Nessa perspectiva, a população também respondeu sobre quem deve ser responsável por cuidar do patrimônio cultural. A maior parte das respostas cita mais de uma esfera social. No Gráfico 11, os dados com a quantidade de vezes que cada responsabilizado é apresentado.

Gráfico 11 - Quem deve cuidar do patrimônio cultural



Fonte: Da Autora, 2023.

Como demonstrado, ao mesmo tempo em que 10% dizem não saber ou não responderam - lembremos que 15,5% não sabiam conceituar patrimônio -, 16% disseram não saber se há patrimônio em Bombinhas, 5% disseram não haver, enquanto 15% dos respondentes dizem ser de “todos” a responsabilidade de cuidar do patrimônio. É aparente que é possível relacionar esses dados já que “todos” é extremamente amplo, inclui todas as categorias e ao mesmo tempo que não responsabiliza ninguém. É importante mencionar que, ao citar as responsabilidades, os termos que aparecem no gráfico, com exceção de “não sei” e “não responderam”, são porcentagens relacionadas a quantidade de pessoas que responderam. Já as demais são as porcentagens das quantidades de vezes que os termos apareceram nas respostas.

Pensando nas relações sociais, as respostas “moradores originais” e “turistas”, somadas à “iniciativa privada/empresários”, demonstra um pouco da tensão que há no entorno do campo patrimonial.

Apesar das escolas aparecerem em apenas 1% das respostas da população como responsáveis pelo cuidado com o patrimônio, a mediadora cultural Ana (2018), ainda que citando que há trabalho nesse sentido na cidade, indica que são necessárias mais ações:

Elas estão nos bairros, elas estão nos becos, ela está ali no canto grande, um pescador fazendo rede na porta da casa é um ícone cultural. Então claro que as escolas, até dentro do curso do ensino médio, tinha que focar mais isso, sair pra rua, buscar isso, fazer essas campanhas, fazer jornadas fotográficas, fazer tudo isso pra que eles vivenciem, cultura não é uma coisa que vem de fora, que se monta, cultura

tradicional é tudo, pra mim é isso, patrimônio é tudo aquilo que nasce e morre com o ser humano, isso é patrimônio.

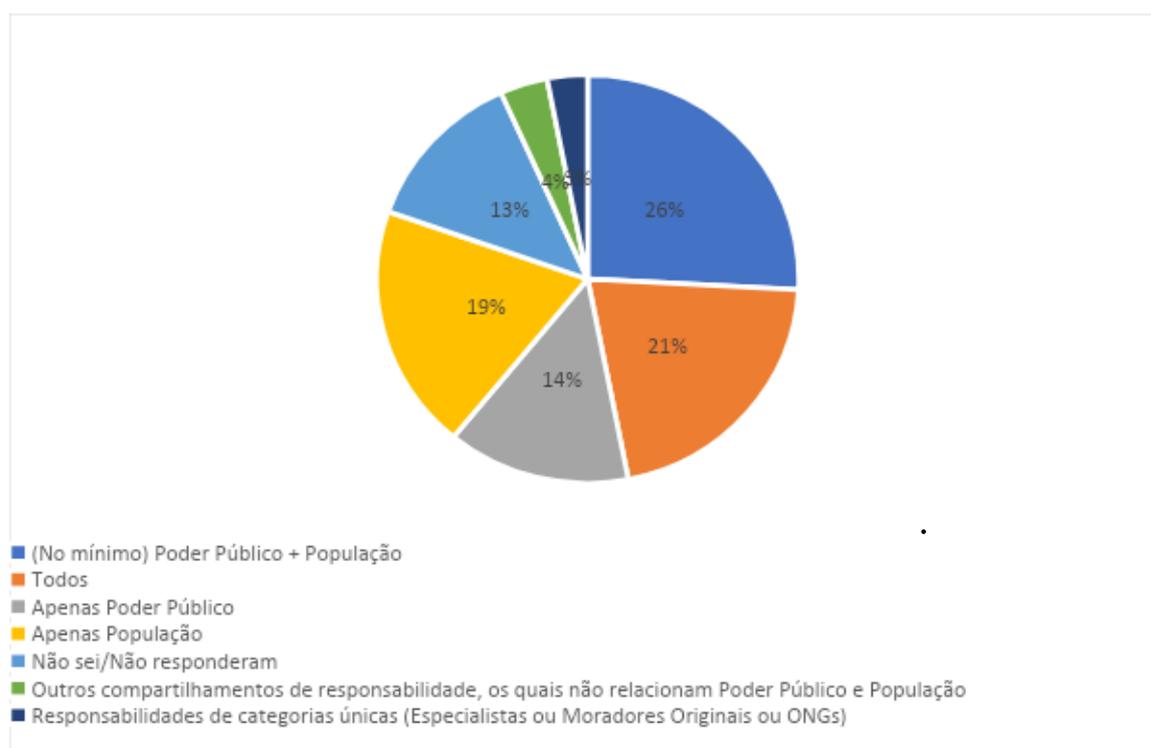
A educação também é vista como um elemento importante para o entrevistado João (2018):

Por exemplo, eu acredito muito na educação patrimonial. Eu acho que todo caminho tá aí. E essas pessoas, principalmente que têm esse poder nas mãos, que têm esse conhecimento, que precisam se sentir assim, “olha, preciso pelo menos repassar pra minha neta porque eu vou morrer e ninguém vai aprender”. Foi mais ou menos o que aconteceu com a D. Elza Rosa, que a família não quis aprender, a sorte é que ela ensinou três mulheres da comunidade, que não eram nativas, a fazer a renda de bilro, senão a renda de bilro tinha morrido no município. E hoje, essas meninas, elas dão aula na fundação no projeto Vô sabe, vô ensina.

Sabemos que a educação é uma esfera essencial da sociedade. Assim, quando há a colaboração dessa com outros setores, é possível beneficiar a população a amparando e contribuindo para visões e ações críticas em relação aos assuntos importantes para a comunidade. É o caso do patrimônio cultural que colabora para a reelaboração das identidades.

Também, é preciso pensar na importância do compartilhamento de responsabilidades para a possibilidade real de preservação do patrimônio cultural, identificamos como os respondentes pensaram, ou não, na divisão para os cuidados necessários com o mesmo.

Gráfico 12 - Compartilhamento ou não de responsabilidade no cuidado com o patrimônio cultural



Fonte: Da Autora, 2023.

Como podemos ver, somam 30% os que acreditam na distribuição da responsabilidade (“Poder Público + População” mais “Outros compartilhamentos”), mais 21% que acreditam que todos são responsáveis, o que resulta em 51%, frente aos 13% que não sabem ou não responderam, e aos 36% que citaram categorias individuais. Também, é importante evidenciar que a comunicação entre poder público e população é extremamente importante nesse campo, além de acreditarmos ser de responsabilidade compartilhada.

Sendo assim, é relevante a noção de cidadania, que evoluiu de acordo com as condições históricas, sociais e políticas. O conceito, originalmente ligado ao direito público, ampliou seu significado para além dos aspectos civis e políticos, em sentido estrito, para abranger as esferas social, administrativa, cultural e trabalhista, inclusive de que "cidadania" é a qualificação daquele que vive na cidade e que têm o direito de viver em liberdade e igualdade (SIMÃO; SIQUEIRA, 2021).

Simão e Siqueira (2021) afirmam que essa noção está ligada aos direitos civis, políticos e sociais. O primeiro alude à liberdade individual (de expressão, religião, imprensa, propriedade e justiça). Esses últimos defendem a participação no exercício do poder e nas decisões (votar, ser eleito, associação e organização). Já os últimos, os sociais, proclamam a equidade na distribuição da riqueza social por meio de um mínimo de bem-estar econômico e segurança social (educação, saúde, entre outros).

Atualmente, novos debates estão sendo levantados sobre a necessidade de reinterpretar e ampliar os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, além de abraçar um inédito, o "direito à cidade". Esse é entendido como o direito coletivo de quem vive na cidade de usufruir das vantagens que a vida urbana oferece: liberdade, coesão social, proteção dos direitos e da expressão individual, construção de identidades coletivas, democracia participativa, igualdade, tolerância com a diversidade das culturas urbanas (RODRIGUES, 2019).

Essa ideia está fortemente ligada ao fato de a cidade funcionar realmente como espaço público, não só do ponto de vista físico, pelas centralidades, mobilidade e acessibilidades socializadas, áreas social e funcionalmente diversificadas, lugares com atributos, mas também do ponto de vista político e cultural, devido à expressão e representação, coletivo, identidade, coesão social e integração cidadã (BORJA, 2013).

Borja (2013), que é geógrafo e urbanista, sustenta que os processos dinâmicos, pelos quais passam as cidades, são altamente desiguais. Por exemplo, propõe que as mudanças produtivas, financeiras e tecnológicas são mais rápidas que as políticas e culturais, o que

aprofunda a fragmentação territorial e sociocultural. Sugere que é necessária uma mudança política, orientada por valores universais básicos, que abarquem novos direitos e deveres.

Dentro desse quadro de ideias, ele propõe novos direitos de cidadania. Destaca-se quatro delas, por sua vinculação específica ao patrimônio cultural e por expressarem plenamente a possibilidade de os cidadãos exercerem seus direitos e reafirmarem sua identidade.

O direito de lugar se refere ao direito das pessoas de manter sua moradia no local onde formaram suas relações sociais, ou seja, em seus ambientes significativos. É o direito de permanecer no lugar que junto com os outros construiu, no território onde estão suas raízes e dá sentido à sua vida (BORJA, 2013).

O direito ao espaço público e a monumentalidade, uma vez que o espaço público é um elemento urbano facilitador da integração social, que confere ao cidadão o seu estatuto de cidadão, onde é visto e reconhecido pelos outros e conseqüentemente é igualitário e inclusivo.

A cidade deve ser articulada por “um sistema de espaços públicos com elementos de monumentalidade que lhes confirmem visibilidade e identidade” (BORJA, 2013). Os espaços públicos são os mecanismos mais importantes para o fortalecimento da cidadania, são lugares de encontro social e comunitário.

Ao referir-se a esse direito, Borja volta a ligá-lo à justiça. Partindo do princípio de que os programas públicos destinados à satisfação das necessidades habitacionais, com os respectivos serviços e infraestruturas, devem necessariamente incluir o espaço público e os equipamentos coletivos, por serem elementos essenciais para assegurar a qualidade de vida, urbana e estética.

Borja (2013) garante que projetos urbanos de interesse social devem ser resultado de designs em que a forma, o design, a qualidade dos materiais e a beleza são elementos determinantes.

Já para o direito à identidade coletiva na cidade, entende-se que esse direito destaca a importância de alcançar a integração cidadã e projetar espaços que facilitem a participação, o debate e a adesão dos cidadãos às ações coletivas. “A organização interna do espaço urbano deve facilitar a coesão sociocultural das comunidades (bairro, faixas etárias, etnias, entre outras.). Para os ‘excluídos’, a integração do grupo conflituoso é essencial para alcançar o seu reconhecimento” (BORJA, 2013).

Nesse sentido, vendo, na comunidade anfitriã que é Bombinhas, a necessidade de promover cidadania para os moradores, a entrevistada Ana (2018) indica que a salvaguarda do patrimônio cultural deve ter continuidade:

[...] mas essa patrimonialização da cultura, ela tá vindo por leis municipais que pelo menos ali ela se considera patrimônio que são alguns usos, alguns costumes da farinha, da pesca, vai receber um selo municipal, até quando? Se vem uma outra administração, torna-se uma lei municipal, a Consertada vai ser sempre a nossa bebida típica.

Destarte, é oportuno salientar que essa tendência expansiva da procura e valorização do patrimônio cultural são frutos das mudanças sociais que vem ocorrendo desde as últimas décadas (PAIVA, 2019). Logo, também, entende que o contínuo crescimento da demanda das ofertas turísticas de qualquer segmentação quando não acompanhada de um planejamento adequado pode causar ao invés de benefícios, impactos negativos nas mais distintas dimensões (ambiental, cultural etc.) onde ocorre.

Outro assunto, abordado no formulário com a população, é sobre leis patrimoniais bombinenses. Após Bombinhas se tornar um município (1995), aos poucos as discussões patrimoniais foram tomando forma, de acordo com os mediadores, no sentido de produzir uma identidade para os locais, que haviam sido deslocados territorialmente e culturalmente em virtude do turismo, fazendo com que a sua “cultura fosse perdida”. Podemos identificar esse sentimento no trecho de Ana (2018):

E o patrimônio é o primeiro que vai se acabando se não tem alguém, uma pessoa, mesmo uma gestão que diga: “Isso aqui tem valor” pra não ser uma cidade de ninguém daqui a pouco. “Ah, mas tá aí, se quiser levar..”. “Mas tem preço?” Não tinha preço na época, ele chutou um preço que era milhões assim. Eu falei: “Eu posso lhe dar X”, na época nem sei, 2 mil, mil e pouco, era um engenho que não estava mais produzindo farinha. “Tá, eu vendo”.

Podemos identificar, ainda, que foram indicados para as pessoas de origem local o que seria seu patrimônio. Com o que corrobora João (2018):

Os dois, assim porque a gestão deixou de lado e a comunidade desmotivou né, não teve. Daí então a gente começou, “olha, a gente precisa fomentar o terno de reis, incentivar os ternos de reis voltem a passar nas casas, fomentar um boi de mamão como essa né”, e tinha o Açor então a gente fez a festa da cultura açoriana.

Ainda, para haver sentimento de pertencimento, é importante que o processo de escolha dos patrimônios seja democrático. Todavia, conforme avalia João (2018), em Bombinhas os procedimentos não foram sempre dessa forma:

E não se tinha essa preocupação de resgate. [...] Eu acredito que uma das grandes ações que o município assim despertou e acordou assim pra vida foi até com a Rô, a Rô do engenho [...] Então ali começou, depois teve algumas ações no município que foram de bastante relevância como a Revista Tú Visse! [...] e a questão de legislação, são cinco né, que a gente tava conversando. Teve a farinhada, a pesca

artesanal da tainha, a Consertada como bebida típica cultural, a intitulação dos mestres da cultura tradicional e recentemente, a corrida de canoa. Essas leis, elas basicamente são leis de gaveta, ou seja, o vereador simplesmente achou que aquilo era interessante, faz a lei e aprova sem consulta pública, sem às vezes ter um fundamento, uma justificativa. A gente acompanhou um pouquinho dessa questão na gestão da cultura porque assim, precisa, a gente sabe que pra fazer o inventário, precisa ali fazer um livro de registro, justificando, fazendo um dossiê de todas aquelas informações, porque que aquilo é importante pra comunidade. E agora né, a Fundação de Cultura está se trabalhando numa legislação. As cidades têm um conselho, esse conselho é consultado, apenas se reúne só quando tem uma demanda e essas legislações assim, as pessoas se apropriam né, elas acham, “pô, que legal, a prefeitura, o poder público acha que é interessante, vamos manter, vamos fazer programas, vamos repassar pros mais jovens”. Então, esse processo de lei começou de 2012 [...] Mas essa patrimonialização, esse orgulho da comunidade é agora no século XXI, em virtude de toda essa história.

É possível percebermos que há uma hierarquização na construção do patrimônio. Assim, as escolhas feitas possuem a ideologia da classe dominante, daqueles que têm o poder e “podem” direcionar os rumos do desenvolvimento social, econômico, entre outros. Ainda neste sentido, João (2018) constata:

É, às vezes a pessoa é como se fosse aquela Maria vai com as outras, o poder público diz que é assim, tem que ser assim. E eu acho que é o processo inverso, quem tem que dizer o que é patrimônio e se apropriar disso é a comunidade. A comunidade que tem que se identificar com aquilo e assim, isso faz parte da nossa história, que fazia parte da história do meu avô, que era assim, enfim, pra depois repassar e bater lá na porta do órgão gestor ou de uma prefeitura, “olha, isso aqui está se perdendo, vamos fazer alguma coisa”. Então acho que aqui é contar esse pouquinho do processo inverso, é o poder público que basicamente quem institui e a comunidade “ah é, então tem que ser assim”. É mais ou menos assim que funciona.

Os mediadores também apontam que, conforme o governo municipal foi agindo no sentido de criar a identidade do município, as pessoas foram retomando hábitos antigos, em desuso, e tornando-os algo especial, ao qual atribuíam pertencimento.

Então a gente fez o planejamento estratégico da nossa missão, dos valores, as ações, as metas, enfim, daquilo que a gente queria. E uma das preocupações que a gente tinha era com a cultura popular, a questão do boi de mamão, terno de reis, o nosso patrimônio, porque ele tava meio que esquecido, a comunidade, ela tava meio assim desmotivada assim sabe, por falta de apoio, falta, enfim, de coisas mínimas. Por exemplo, fornecer um transporte para levar um grupo de boi de mamão pra uma apresentação fora. (JOÃO, 2018).

Com as discussões patrimoniais ganhando amplitude, paulatinamente, a estrutura municipal também foi sendo ampliada. De diretoria de cultura passou para secretaria, ora integrada à secretaria de turismo, para fundação de cultura. É a partir daí, tendo passado mais de dez anos da emancipação política, o que pode ter resultado em amadurecimento das instâncias e visão das necessidades locais e, em acordo com normativas da União e do estado, que as ações mais perceptíveis em relação ao patrimônio começam a ser implantadas.

E também outra coisa que foi muito legal nesse meio tempo foi a implantação do sistema municipal de cultura, que as críticas públicas na área da cultura que não

tinham, então foram feitas a adesão, um plano, um conselho e um fundo. Então as pessoas começaram, muita gente ligada ao patrimônio, começaram a escrever seus projetos né, por exemplo, teve livro de contação de histórias infantis, das histórias dos pescadores. Teve o livro da [...] e o tempo, tudo isso foi com dinheiro de fundo de cultura que conta a história da nossa comunidade. Então a comunidade, ela começou a ser vista como pessoas bacanas, o Antes do inverno, que foi outro projeto que culminou assim, foi a primeira ação da gestão de 2013 foi fazer o Antes do inverno. E eu me lembro assim que a comunidade começou a se lembrar, “vixe, bah, que legal, a nossa cultura tá sendo mostrada pro exterior, pro Brasil inteiro, participando de festival, todo mundo conhecendo a pesca artesanal da tainha, valorizando e, principalmente, sensibilizando os surfistas, os moradores que são de fora e os turistas”. Que olha, antes de chegar o turismo no surf, aqui já existia uma história, uma tradição que precisa ser valorizada e respeitada. (JOÃO, 2018).

Nessa altura, a legislação municipal para o patrimônio cultural também começou a ser construída, conforme apontado no capítulo 3. Em resumo foram instituídos como patrimônio: a “Consertada”, os “Mestres da Cultura Tradicional de Bombinhas”, a “Farinhada”, a “Pesca Artesanal da Tainha”, a “Corrida de canoas de um pau só”, o “Terno de Reis”, a “Procissão De Nossa Senhora Dos Navegantes” e a “Festa do Divino Espírito Santo”.

A importância de legislar sobre o patrimônio pode ser verificada na fala da entrevistada Camila (2019), ela diz que, principalmente antes da Lei nº 1318, de 23 de Maio de 2013, a Consertada era oralizada por não ter registros, à saber:

A Consertada é patrimônio cultural de Bombinhas, parece uma coisa pequena, mas não é né. Acho que não tinha esses documentos, essas questões, e pro turismo, se trabalha muito com o que tá documentado. E aí acho que a gente tem que aprender a trabalhar com a oralidade né, com as histórias que não têm registro, de forma que a gente consegue trazer isso pro turismo.

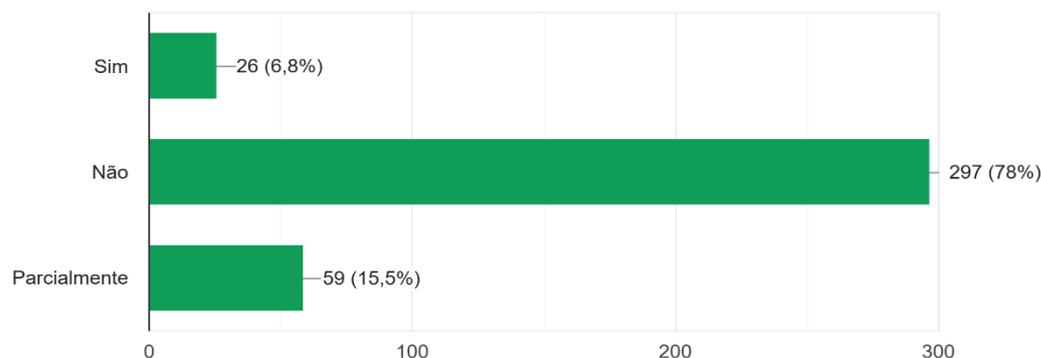
Sobre a bebida, a entrevistada Flávia (2019) relata que a Consertada é tipicamente também preparada no final do ano, para servir os grupos de ternos de reis e de boi-de-mamão, à saber:

E com isso, traz também a Consertada, que é o licor tradicional, que as famílias faziam, principalmente na época de fim de ano, pra esperar os grupos de ternos de reis e boi de mamão, com aquele cafezinho passado, com cachaças, especiarias.

A entrevistada Ana (2018), corrobora com o relato acima:

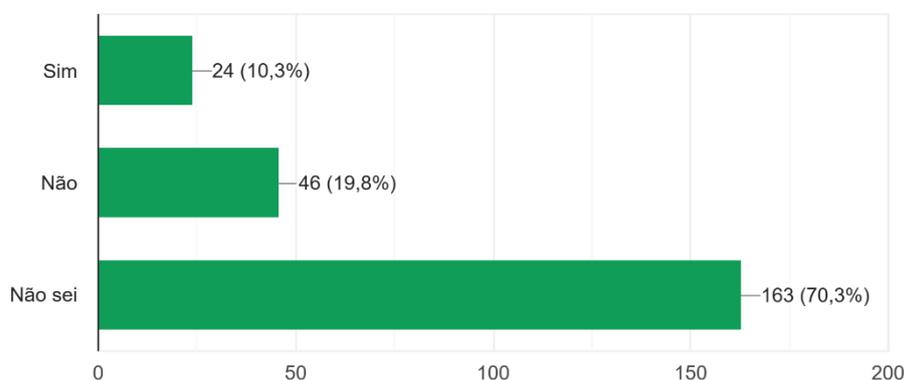
Todo mundo queria ver o Boi de Mamão de Bombinhas, então quando tinha os eventos fora, o Instituto Boi Mamão promovia o ônibus, isso e aquilo, buscava recurso, a prefeitura ajudava ou não, levava eles pra apresentar o Boi de Mamão nas festas. Eu acabei com os bois de mamão de adulto porque aí eles não estão habituados pra ir pro palco e pegar um microfone e eles, aqui no terreiro deles, eles sim tomam a sua Consertada, a sua cachaça [...].

Como dito anteriormente, instituir um patrimônio dá maior visibilidade ao mesmo e proporciona mais opções para sua preservação. Agora, para que isso aconteça, também é relevante que a população conheça a legislação. Nesse sentido, perguntamos se os respondentes conhecem a legislação patrimonial local, dados que vemos no gráfico abaixo.

Gráfico 13 - Conhecimento sobre a legislação patrimonial bombinense

Fonte: Da Autora, 2023.

É visualmente notável que a maioria dos entrevistados diz não conhecer a legislação, embora boa parte dessas pessoas tenha citado a pesca artesanal da tainha, ou pesca da tainha (muitos escreveram assim) como patrimônio, por exemplo. Assim, esse tópico nos faz refletir que as divulgações feitas a partir de projetos, principalmente posteriores a lei, têm sido eficazes em alcançar o público, a exemplo da quantidade de vezes que, além da pesca, a “farinhada” e os engenhos de farinha também são citados. Assim, não necessariamente é preciso conhecer a legislação para identificar o patrimônio cultural. Tampouco, sabemos que um bem pode ser considerado pela população patrimônio e não estar na lei, tanto quanto um bem pode estar na lei e não ser visto como tal. Desse modo, perguntamos aos que conhecem a legislação se eles acreditam que a mesma comporta o patrimônio local, respostas que vemos no gráfico abaixo:

Gráfico 14 - Representação do patrimônio cultural na legislação bombinense na percepção da população

Fonte: Da Autora, 2023.

Apesar de não ser necessário responder essa questão se o respondente havia dito não conhecer a legislação, muitas pessoas responderam “não sei”. A soma dos que tinham

respondido conhecer, ou conhecer parcialmente, as leis é de 22%. Agora, na questão de amplitude legislativa, temos 30% divididos entre não comporta, 19,8%, e comporta é 10,3%. Os outros 70,3% disseram não saber se a legislação é suficiente ou está de acordo com a vontade populacional.

Assim, é importante evidenciar que os bens patrimoniais citados pela população como patrimônio cultural não necessariamente estão presentes nas leis. Ainda, alguns bens culturais pouquíssimo citados foram patrimonializados após a coleta de dados da pesquisa, a exemplo da Procissão De Nossa Senhora Dos Navegantes e da Festa do Divino Espírito Santo, que somadas foram citadas seis vezes (em cerca de 1,5% das respostas). Ambas as expressões da religiosidade católica, sendo que o termo religiosidade foi citado apenas por quatro pessoas (1%) como patrimônio cultural. A farra do boi, que é ilegal, aparece sete vezes (1,8%), mais do que as duas juntas. Também, o Boi de Mamão foi mencionado 71 vezes (18,6%) e não é patrimonializado, mas a Corrida de Canoas de Um Pau só foi patrimonializada e não foi citada nenhuma vez, apesar das canoas serem citadas nove vezes (2,3%).

Outro fator importante é que não estão na legislação, com exceção da menção ao indígena na pesca da tainha e no uso da farinha, outros referenciais à diversidade populacional formadora da sociedade local. Apesar de oficinas líricas e sambaquis existirem na cidade, e estarem cadastrados no IPHAN, esses bens aparecem no inventário cultural, mas não na legislação. Ainda, não há nada que mencione os escravizados que por aqui foram obrigados a trabalhar, ou pelo menos desembarcar e rumar forçadamente pela região. A legislação, apesar de discursos que tendem a integrar minimamente os indígenas, ainda segue em grande medida apenas a “herança açoriana” sendo enaltecida.

Se a legislação tem como um de seus papéis auxiliar para a educação em relação ao patrimônio, a mesma deve ser inclusiva. Evidenciamos que o patrimônio “não açoriano” precisa mais espaço e amplitude na legislação, discussões e promoções patrimoniais do governo local.

Outro ponto relevante para nossa discussão, que aparece tanto nos discursos dos entrevistados quanto nas respostas da população, é em relação ao legado açoriano. Nesse sentido, a cidade Bombinhas participa de um projeto conduzido pelo Núcleo de Estudo Açorianos, da UFSC, para aproximação com a cidade das Lajes do Pico/Açores/Portugal, que as torna cidades irmãs. A intenção é aproximar os descendentes de açorianos de várias cidades de Santa Catarina, da população atual da região dos Açores (UFSC, 2009).

Observa-se a forte influência da herança açoriana e ericeriense. Para a entrevistada Ana (2018):

Pra ficar uma coleção, essa vai ser do boi de mamão, daqui a pouco a gente fala só sobre a literatura popular e assim a gente... Aquela ali nós falamos sobre, já teve usos e costumes né, mas todas versadas porque o maior patrimônio que nós temos em material é a literatura. Isso eu venho falar que são os versos das cantorias através do Deus do pasquim, dos desafios, é essa riqueza que é herança açoriana. Então esse dialeto, é um dialeto próprio. Não fala-se errado aqui, é riquíssimo, então eu digo, o maior patrimônio é o jeito de falar dos nossos nativos, é esse dialeto próprio, é esse vocabulário que eles usam (ANA, 2018).

A gastronomia de Bombinhas, por exemplo, foi muito influenciada pelos Açores¹⁸. Pratos feitos à base de peixe, moluscos e crustáceos enriquecem a culinária da cidade. Embora esse tipo de alimentação tenha vínculo, também, com as características ambientais e a alimentação dos povos indígenas, muito é atribuído aos açorianos - lembrando que por aqui chegaram em grande quantidade os ericeirencenses. Ainda nas danças e folguedos, o exemplo mais vivo dessa tradição está no folguedo do boi-de-mamão (Figura 8), mas também em grupos folclóricos.

Figura 8 - 1º Encontro de Boi-de-Mamão em Bombinhas (2018)



Fonte: BOMBINHAS, 2023.

O folguedo do Boi-de-mamão é uma das manifestações mais significativas da cultura popular catarinense (MORAES; FERNANDES, 2020). Sobre tal, o entrevistado João (2018) relembra:

E a mesma coisa também meu pai, o meu pai sempre às vezes quando tinha uma apresentação cultural. Lembro uma vez, eu tinha, eu devia ter uns 6, 7 anos, ele me levou para assistir um boi de mamão do seu Luzair, que era um boi de mamão bem tradicional, lá em Palhoça, e eu morria de medo né do boi, da bernunça engolindo gente e aquilo dali eu fiquei com aquela imagem na cabeça. E cresci mais ou menos

¹⁸ Os açorianos trouxeram vários elementos culturais das Ilhas dos Açores, entre os quais apontam-se traços da culinária presentes na gastronomia, aspectos arquitetônicos que influenciaram as suas moradias e a religiosidade.

nesse meio sem entender o porquê, o que que aquilo significava, porque que aquilo era diferente (JOÃO, 2018).

Para o entrevistado João (2018), em Bombinhas, ele teve a oportunidade de fortalecer suas interações sociais por meio da dança folclórica açoriana:

[...] E então eu entrei, no início de 2002, na escola Maria Rita, que antes era escola de ensino fundamental Bombas e lá tinha uma professora, a D. Vera, que era professora de educação física, que ela tinha um grupo de dança. E eu achei ali, ela me convidou pra fazer parte desse grupo e eu achei uma oportunidade pra tu fazer novas amizades. Eu tava vindo morar pra cá, não conhecia ninguém e assim foi feito. Então, eu dava aula de dança gaúcha, danças tradicionais, na garagem da casa dela. Daí ela viu que eu tinha jeito de dança, a minha irmã sempre dançava, me pegava pra lá e pra cá, me convidou para fazer parte do grupo Mixtura. Então, entrei pro Mixtura acredito que em 2003, e dali foi um, a gente né construiu laços, amizades e se constituiu uma família; [...]. A única coisa que era legal do açoriano era que era a festa da cultura açoriana que acontecia de forma itinerante pelo estado, então aquilo ali era o chamariz pra gurizada sair de casa e viajar e passear um pouco (JOÃO, 2018).

O grupo folclórico Mixtura (Figura 9) foi criado, em 12 de junho de 1999, em Bombinhas-SC.

Figura 9 - Grupo Folclórico Mixtura, ANO



Fonte: FACEBOOK.COM/GFMISTURA, (2019)

Igualmente, outras atividades e bens culturais também estão vinculados ao legado açoriano, a exemplo da religiosidade. Visto que manifestações religiosas tradicionais do catolicismo foram patrimonializadas, parece haver vontade de cuidar e manter essas expressões, embora isso não seja latente nos formulários respondidos pela população.

Ainda, bem como as danças, as cantorias e a literatura locais também estão relacionadas com o passado açoriano: são os ternos de reis, os pasquins, os pão-por-Deus, e várias outros citados entre os 140 itens mencionados como patrimônios culturais locais.

Outro assunto tratado pelos entrevistados são as diferenças conceituais de cultura, trazendo a ideia de cultura contemporânea e cultura tradicional. Nesse sentido, para o

entrevistado João (2018), a preocupação com a cultura deveria ser de forma holística, em sua delimitação temporal: “Nada contra as gestões anteriores, mas a gente percebia que não se tinha uma preocupação com a cultura como um todo. Algumas gestões só cuidavam da cultura tradicional e esqueciam a cultura contemporânea”.

A cultura contemporânea, de acordo com Berman (1986, p. 129), é na verdade “uma fusão de suas forças materiais e espirituais, a interdependência entre o indivíduo e o ambiente moderno.” Desse modo, a atenção às transformações sociais é necessária para as tomadas de decisão em relação as políticas públicas. O dualismo precisa ser transcendido, sendo necessário perceber as mudanças e permanências, bem como respeitando os novos processos e atentando ao convívio social pacífico.

Para o entrevistado vereador Rafael (2018), Bombinhas é uma cidade heterogênea frente à cultura tradicional e a cultura contemporânea, a saber:

Bombas não, mas principalmente Bombinhas já é uma cidade com pessoas já misturadas, tu vê que tem mais influências de pessoas que vieram de fora, ali tem grandes shoppings, como é o caso do Ponta Blue, supermercados, já tem outra, não é Bombinhas do passado, por exemplo, já tem coisa mais moderna aqui, mas tem o tradicional, tem tudo isso aqui em Bombinhas, então sabe, essa mistura né, eu vejo que existe ainda (RAFAEL, 2018).

O entrevistado João (2018), ao adentrar sobre a cultura contemporânea e cultura tradicional, evidencia seu entendimento:

Assim, entendimento sobre patrimônio cultural seria toda a criação do homem, tudo aquilo que o homem faz, que ele valoriza e conhece, que é manter para gerações futuras dentro de um território. Você precisa ter um espaço. Então patrimônio seria praticamente isso. Então aqui quando eu falo cultura tradicional, mais ou menos a nossa cultura de formação do nosso povo, seria tudo aquilo que hoje, os nossos senhores de idade, seus 70, 80, 90 anos, viam no passado com seus avós, com seus bisavós, de que foi passado de pai pra filho. Por exemplo, os aspectos da pesca, os engenhos de farinha, a agricultura, os folguedos, a questão da religiosidade, festa do Divino, de Reis, o saber fazer pra viver, assim, a tecelagem porque eles precisavam confeccionar suas roupas, fazer a cerâmica utilitária pra construir um pote de barro, da fome, as rendas de bilro e a renda de crivo, que as mulheres comercializavam para ter um dinheirinho para ajudar no sustento enquanto que os maridos estavam pescando. Então, tudo isso faz parte da nossa cultura local.

Observa-se, segundo João (2018), que as tradições anteriores a adaptação cultural são consideradas patrimônio. Tanto as tecnologias e práticas de produção quanto as formas de compreender o mundo sofreram mudanças. Assim as práticas e os bens culturais pertencentes ao passado, sem as inovações do agora, são valorizadas como parte do que identifica a cidade. (LOBATO, 2022).

Para Ana (2018):

A gente que tá no meio vê uma evolução fantástica, nós temos cultura tradicional sim aqui, ainda escondida pelo trade turístico que não tem interesse. O trade, de tudo, todo o ramo hoteleiro, de restaurante. Teve uma época que eles vinham muito

aqui, “ah, eu quero Consertada, eu quero um quadro de canoa, o meu restaurante eu preciso mostrar a cultura porque aqui não tem cultura”. Quando eles dizem isso, eu quero “matar” eles. Não tem cultura, “tu é filho de quem, do fulano?” A cultura tá dentro da tua casa, o teu avô era pescador, pega uma foto dele e põe dentro do teu restaurante. Eles achavam que cultura, que cultura que era essa então? Então, ainda escondida porque não tem muito acesso, aqui mesmo, aqui mesmo numa temporada, eu posso contar no meu livro de visitas quais as pousadas que mandaram alguém aqui. As pessoas descobrem sozinhas.

Durante o crescimento das cidades, como em todos os processos de desenvolvimento, as formas de vida e ideias evoluem com novas formas de organização, sem dúvidas necessárias para o momento. Berman (1982) considera que os movimentos sociais se refletem como fontes principais para os aspectos da modernidade cultural e, por conseguinte, a fratura de seus limites causa uma modificação na relação existente entre o espaço e o tempo, gerando necessidades diferentes.

Nesse ponto, chama-se a atenção para a mudança da representação social sobre a brincadeira de boi-de-mamão, conforme relata Ana (2018):

[...] mas assim essa influência grande que saiu do católico e foi pra outros temas de religião porque todas meio que caminham para o mesmo mar, isso aí ela bateu forte em cima do patrimônio e da cultura tradicional, muitas pessoas que brincavam de boi de mamão não brincam mais porque passou a ser profano. Outros não cantam mais Terno de Reis, os filhos não podem mais, hoje é o cuidado quando tu trazes um grupo, como eu falei hoje é dia de Santo Antônio, eu já pensei não era nem pra eu falar sobre isso porque de 25 crianças, a maioria ali também já não é católica. Então isso foi um grande, todo mundo fala que muita coisa tá se acabando, pessoas adultas que a gente tinha como referência, que vinham nas brincadeiras e participavam, não participam mais porque partiram pra outra igreja, isso atrapalhou bastante.

Observa-se um certo deslocamento da ancoragem de algumas representações, em primeira instância, ressalta-se que das mais variadas formas, a religiosidade se firma presente na vida cotidiana de muitos bombinenses. Os embates polêmicos entre religião e, recentemente, com mais avidez juntamente com política e Estado, geram perfis dos que são religiosos e como esses se comportam em espaço público. Contudo, com um olhar mais atento, e com bastante sensibilidade, percebe-se que o fenômeno da religião, assim como os membros pertencentes a ela, é complexo, e que demandam sair do comodismo imagético criado pelo senso comum. Aqui, atenta-se para a reinvenção do caráter público da religião, das identidades que se formam a partir desta transformação e das contestações das formas hegemônicas que vêm na mesma esteira (BURITY, 2015).

Como visto até o momento, o processo de patrimonialização local e as representações criadas sobre o patrimônio cultura, têm estreita relação com as transformações estruturais e sociais de Bombinhas. Na próxima sessão, pensarmos nas tensões sociais entre os moradores naturais e os migrantes.

5.4 Nativos e “de fora”

O processo de imigração é parte da história da humanidade desde seu princípio, garantindo a ocupação da maior parte do território do mundo. Por isso, sabemos que, em perspectiva antropológica, não é possível afirmar que há alguém nativo de um espaço. Todos migraram em um momento. Isso não significa que a história humana não seja marcada por confrontos frequentes pela ocupação do território e discursos sobre quem tem direito ao espaço. Mesmo na era da globalização como a atual, a imigração é um tópico de tensões em cenários nacionais e internacionais. Em Bombinhas, essa temática foi presente no discurso dos mediadores, os quais recorrentemente apontam para como a chegada de novos moradores alterou a cidade e a relação com o patrimônio. De certa maneira, a cidade se insere em um debate ainda maior.

Quando consideramos que há a valorização do período anterior à década de 70 e que a população teve crescimento significativo posterior a 2000, é perceptível que há uma distância entre a cultura a ser preservada por ser histórica e parte significativa da população. Afinal, se o patrimônio cultural e material é uma reflexão de hábitos e história de um povo, qual a forma que a mesma dialoga com aqueles que não possuem vínculos históricos ou emocionais?

A resposta encontrada por distintos mediadores foi a de aprendizado e respeito à história local. O número elevado de pessoas “de fora”, como são referenciados aqueles que não nasceram em Bombinhas ou proximidades, é mencionado pelos entrevistados. Sendo que esses precisam se adequar à cultura e história de Bombinhas. Como João (2018) afirma, “então hoje, a nossa comunidade, ela já passou de... eu creio que 70% de gente é de fora. Então precisa sensibilizar essas pessoas com um olhar um pouquinho diferenciado”.

Ele, que também não nasceu em Bombinhas, não é o único a referenciar que é preciso que as pessoas “de fora” compreendam o modelo de vida tradicional local. A sensibilidade requerida não é um ponto anormal, porém indica a falta de espaço de negociação, onde é preciso que aqueles que são vistos como estrangeiros aceitem. Não são atores ativos no debate de patrimônio.

Essa rejeição da participação de pessoas externas também pode ser considerada produto das mudanças anteriores, quando a cidade foi alvo do interesse de investidores externos. Ana (2018) foi parte desse processo ativamente, acompanhando isso em sua mudança para a cidade com o ex-marido. Ao retornar a lembrança sobre a sua mudança para a cidade, afirma que:

Como é que a gente vem parar nesses lugares é uma outra história, mas vim pela mão de um ex-marido que aqui estava emancipando, era um lugar maravilhoso, um

lugar que é, enfim, só que ele não me dizia que era um lugar que tinha história. Eles, como eram engenheiros e empreendedores, diziam que era um lugar em desenvolvimento. Nunca ouvia falar em desenvolvimento cultural, patrimonial e assim eu vim pela mão e vivia no meio dessas pessoas que queriam empreender através do turismo.

Ana (2018) já aponta a diferenciação que há entre “eles”, que buscam lugares para investir e empreender, e ela, que também é empreendedora, mas que se interessa pelo patrimônio local. Seu interesse é tanto que é referenciada em diferentes entrevistas como a responsável pela patrimonialização na cidade. Assim, ela é uma pessoa “de fora” positiva, a qual se interessa em valorizar e se adequar à cultura da cidade. Todavia, ela própria indica que ela é minoria, ao afirmar como o processo de chegada de novos moradores e turistas foi:

É, até porque com esse advento da emancipação que foi brusca, o próprio nativo se fechou um pouco porque antes da emancipação, quando os turistas vinham procurando asfaltos e já eram conhecidos, eles faziam mais amizades. Mas a emancipação deu uma enxurrada, deu um “boom” e trouxe muita gente, começou a trazer muito estrangeiro porque os primeiros dois anos era praticamente a língua dos argentinos que predominava e os pagamentos inclusive da limpeza de casa era em dólar.

Portanto, há uma perspectiva de que a cidade cresceu rapidamente e foi ocupada por outros, até mesmo pessoas que negociavam em moeda diferente e falavam outra língua. Além disso, parte desse crescimento desenfreado, tem a visão de um processo injusto, onde as pessoas foram enganadas nas negociações. João (2018) exemplifica como teria sido essas negociações:

A comunidade tradicional tem uma certa, vamos dizer, assim mágoa, um ressentimento ruim em relação à pessoa de fora porque a pessoa que vem de fora, principalmente de cidade grande, quando a cidade foi descoberta pelo turismo, aqui a comunidade vivia na base do escambo. Eles tinham sua própria horta, sua própria lavoura, às vezes eles só compravam querosene, álcool e fósforo. O restante era, enfim, tudo da terra e do mar. Daí o pessoal de fora veio e perguntou ali pra D. Maria: “Ah, D. Maria, eu quero comprar uma casinha de madeira de frente pro mar, quanto que é que a senhora vai me vender?” “Ah, eu não sei, quanto que tu acha que vale?” “Ah, vale 500 reais”. É mais ou menos assim. “Ah, então tá, eu vendo”. Então acabaram trocando a sua terra de frente pro mar por um preço de banana, que vinte anos depois aquele terreninho ia custar 20 milhões. Então o que a comunidade tem em relação com o pessoal de fora é que são enganados. Então quando se vem de fora, é coisa ruim, alguma coisa nesse sentido. Ah, que veio pra roubar meu emprego, ou que veio, enfim, roubar com tudo, tomar conta de tudo. O que acontece muito foi isso, explicando esse processo. O que hoje a gente tem, por exemplo, de frente pro mar são as resistências.

Além dessa imagem sobre o passado, ainda existe uma associação que liga os novos moradores com a violência e desordem, como é percebido por duas falas. A primeira a de João (2018), o qual defende respeito entre as pessoas, porém relaciona na mesma frase maranhenses e violência, tendo diferenciação com aqueles que respeitam a cultura local após capacitação:

Os que passam por uma capacitação sim, os outros não. Por exemplo, o que a gente vê hoje no bar do José Amândio é uma questão até de segurança, a questão dos maranhenses que vêm pra cá e até recentemente aconteceu um homicídio, coisa que não é comum na nossa comunidade. Então a comunidade meio que repele esse tipo de ação.

Já Deise (2019) foca na expansão da cidade e as consequências no serviço público. Novamente, ressaltando os maranhenses, apesar dos dados, como já vistos, não indicarem que seja a maioria na cidade. Ela afirma:

E aí eu falei com eles assim, não vão fazer nada? Não podemos, tá na Constituição de ir e vir, mas tem que ter um limite pra isso tudo. E hoje, lá no meu bairro especificamente, é uma coisa bem agressiva, vem de 3 a 4 ônibus por semana com maranhenses, não é preconceito com maranhense, tem muita gente boa trabalhando sim, querendo conquistar as suas coisas, mas é complicado. Os nossos postos de saúde estão cheios, interfere culturalmente. As escolas estão sobrecarregadas, entendeu? E tem que atender, assistir a todas essas pessoas. E agora, como é que a gente vive? Aí mistura o povo todo, aí se perde o que é de patrimônio. Aí vai ficar patrimônio [ininteligível] geográfico e museu, mas o maior patrimônio que é as pessoas, aí isso vai se perdendo, infelizmente. E assim, nós vivemos num momento em que ou se ordena ou vai se desordenar tudo.

Há, portanto, dois períodos distintos que marcam a relação entre nativos e os “de fora”: o primeiro momento, quando houve a expansão da cidade e o turismo cresceu, e no presente, com a chegada de novas pessoas em busca de oportunidades empregatícias. Como é perceptível pelos próprios relatos, não há somente um olhar sobre o processo de patrimonialização e respeito pela história, há uma associação a problemáticas contemporâneas, as quais dividem as pessoas entre os Nós e os Outros. Assim, Bombinhas se insere em uma questão atual em como atravessar o respeito à história e ao diferente que agora ocupam o mesmo lugar. Esse debate vai impactar o patrimônio, afinal é um processo recorrente e que depende das pessoas se engajarem. Durante esse desenvolvimento, novas culturas e tradições surgirão com as novas pessoas, sendo, assim, necessário retomar a discussão. Afinal, as pessoas se movimentam e se estabelecem. Nativos se mudam e “de fora” viram nativos. A mudança é contínua.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa pesquisa foi identificar e analisar as representações sociais da população de Bombinhas sobre o Patrimônio Cultural, discutindo sobre a construção do mesmo e as relações sociais estabelecidas a partir dele. Dessa forma, esse trabalho foi conduzido relacionando os conceitos de patrimônio cultural, representações, turismo, cultura, identidade, ideologia e história.

Evidenciamos a importância das pesquisas em representações sociais sobre o patrimônio cultural, as entendendo como fundamentais para a compreensão do universo simbólico do senso comum e para contribuir como ferramenta de gestão para os municípios.

Durante a pesquisa, foi perceptível, nas entrevistas com os mediadores culturais, a vontade do poder público na construção da identidade cultural local. Ainda, na leitura do contexto, percebe-se que essas ações têm forte vínculo com as atividades turísticas. Pois, para haver turismo o ano todo, é preciso que exista algo que atraia os visitantes também no inverno, o que a praia, por si mesma, não faz. Assim, o turismo cultural é visto como um bom investimento para a cidade, pois pode proporcionar experiências diferenciadas aos turistas e atraí-los fora da temporada de verão. Todavia, para esse tipo de turismo ser eficaz, é preciso que a comunidade tenha identidade. Entretanto, também percebemos uma preocupação legítima com as rupturas causadas para os moradores em virtude do acréscimo populacional e das mudanças estruturais da cidade.

Desse modo, o poder local providenciou discussões para identificar, instituir e promover patrimônios culturais. Para a população que foi perdendo seus costumes originais, em virtude de enxergar no turismo sua principal atividade econômica, e por ter imergido tanto nas relações com os migrantes que foi deixando suas raízes de lado, seja porque acreditava que não eram “bonitas” ou não serviam para lidar com a nova realidade, pareceu aos mediadores culturais e ao poder público, que era necessário indicar o que seria patrimônio.

Nesse sentido, as memórias sobre o passado foram requisitadas e, a partir delas, foi sendo criada a narrativa de quem são as pessoas que moram nesse município que recém se emancipou politicamente (1995). Assim, foi necessário ativar memórias que davam sentido a hábitos comuns, ou não mais tão comuns, para livrar-se do sentimento de inferioridade em relação àquele que chegava, além enaltecer a população local.

Dessa maneira, com muito engajamento inicialmente de mediadores culturais, principalmente por meio do Instituto Boi Mamão, e, posteriormente, de ações do poder público e de outras instituições e mediadores culturais, foi tomando forma uma identidade

representada como de herança majoritariamente açoriana, alçada na história local e na relação das pessoas com o lugar. Todavia, essas ações também foram criando uma hierarquização social entre o nativo (Nós) e o migrante (Outro), baseadas numa ideologia colonialista.

Apesar disso, as ações para a preservação do patrimônio cultural, mesmo que por vontades diversas, foram e são muito importantes para dar à população sentido de pertencimento. O qual estava se esvaziando devido ao choque cultural com os migrantes e turistas que, cada vez mais, se apresentam na cidade. Além, das transformações espaciais e suas implicações estruturais.

Ainda, ações para a valorização da pesca artesanal da tainha em Bombinhas vêm ganhando notoriedade, inclusive internacional, participando de premiações que sugerem a cidade como destino sustentável. Também os engenhos e a farinhada têm participado de roteiros e estudos que se estendem pelo litoral de Santa Catarina. Portanto, com essas ações e sua divulgação na mídia, esses hábitos vão sendo enaltecidos e representações sobre esse patrimônio cultural valorizado são construídas e fortalecidas pelos locais e por aqueles que chegam. Isso ocorre devido a notoriedade que tomam – haja vista o documentário chamado “Antes do Inverno”, que trata da pesca apresentada.

Além dos eleitos “carros-chefes” do patrimônio cultural local, outras expressões culturais foram sendo estimuladas pelos mediadores culturais, instituições e poder público, a exemplo do folguedo do Boi de Mamão, da produção da Consertada, das apresentações dos Ternos de Reis, dos Pão-por-Deus, pasquins, entre outros. Como se vê, vários vinculados ao legado açoriano e católico. Entretanto, nem todos patrimonializados ou amplamente entendidos como bens culturais ou patrimoniais.

Desse modo, percebemos que a construção das representações sociais sobre o patrimônio cultural, tecida pelo poder público, se ancora na história oficial e na religiosidade que a população local possuía antes do crescimento populacional acentuado e da grande propagação de igrejas evangélicas pelo Brasil. Anedoticamente, só na quadra que moro e nas duas paralelas a ela, no bairro de Bombas, são 4 igrejas diferentes.

Ainda, mesmo com ampla divulgação e trabalho do poder público e de instituições locais sobre o patrimônio, muitos entrevistados não o identificam ou não o veem como uma construção coletiva que precisa colaboração da população e de outras esferas para ter valor e representatividade.

Do mesmo modo para ser inclusivo é necessário que todos os precedentes históricos sejam devidamente valorizados, o que não é possível visualizar por meio da legislação. Tampouco, é nos bens culturais citados e nas justificativas apresentadas.

Ao avaliarmos o contexto gerador de representações e as representações sociais identificadas, percebemos e valorizamos os trabalhos que têm sido realizados na cidade. Todavia, propomos que haja mais ação para o respeito às alteridades. Também, evidenciamos a importância do conhecimento histórico para ampliar e qualificar os debates sobre o patrimônio cultural. Essas ações podem tornar o presente mais acolhedor de diferenças do que o passado.

Portanto, para os bombinenses, o patrimônio cultural é majoritariamente imaterial, ancorado na história local de meados do século XX, período anterior as grandes transformações estruturais e sociais da cidade promovidas pelas atividades turísticas, e objetivado nas principais atividades econômicas e culturais daquela época, a saber a pesca artesanal da tainha e os engenhos de farinha. Ainda, o poder público tem forte papel definidor do patrimônio, e tanto poder público como instituições civis, em especial o Instituto BoiMamão, são basilares para a construção e propagação das representações.

Para encaminhamentos futuros, apontamos, principalmente, a necessidade de pesquisas que visem atender à falta de historiografia local. Ainda, devido a notoriedade do município em suas ações e políticas culturais, estudos sobre o papel que cabe ao Estado frente às questões patrimoniais podem ser muito profícuos.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Waldete Gomes da Silva. **O estudo do turismo na educação básica: contribuições para a valorização do patrimônio do município de Saquarema -RJ.** Orientadora: Valéria Lima Guimarães. 2018. 183 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Turismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2018. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/11002>. Acesso em: 24 jan. 2023.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____. **A querela do humanismo. Crítica Marxista.** São Paulo: Xamã, 1999.
- ALMEIDA, Maria Geralda. Festas rurais e turismo em territórios emergentes. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona., v.15, n. 918, p.180-91, abril 2011. Disponível em: encr.pw/qekIB. Acesso em: 15 jan. 2023.
- AMÂNCIO, Hélder Pires. Antropologia e patrimônio cultural. **Cadernos NAUI.** v. 3, n. 5, jul–dez 2014. Disponível em: <http://nau.ufsc.br/files/2015/06/Antropologia-e-Patrim%C3%B4nio-Cultural.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.
- ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante.** Porto Alegre: Artmed, 2009.
- ARENDT, H. **The human condition.** Chicago: University of Chicago Press, 1958.
- ASSIS, Luiz Fernando Soares de. Interdisciplinaridade: Necessidade das Ciências Modernas e Imperativo das Questões Ambientais. *In:* PHILIPPI Jr., Arlindo *et al.* **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais.** São Paulo: Signus, 2000.
- AUGOUSTINOS, M.; WALKER, I. **Social cognition: An integrated introduction.** Sage Publications, 1996.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- _____. **Ensaio sobre o conceito de cultura.** Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BECK, U. **Risk society.** Toward a new modernity. London: Sage, 1992.
- BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade.** São Paulo: Editora Schwarcz, 1986.
- BESTDAY. **Instalações da Pousada Vila do Farol.** Disponível em: encr.pw/WDZ2B. Acesso em: 25 jan. 2023.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BOMBINHAS. Fundação Municipal de Cultura de Bombinhas/SC; EGEM; AMFRI. **Plano Municipal de Cultura.** 2014. Disponível em: <https://goo.gl/hcS7UH>. Acesso em: 07/06/2017.

_____. Secretaria de Regulamento e Regulação Urbana. **Diagnóstico urbano de Bombinhas – Revisão do plano diretor**. 19 jul. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/XTYG5A>. Acesso em: 01 set. 2017.

_____. Fundação Municipal de Cultura de Bombinhas/SC; EGEM; AMFRI. **Inventário Turístico – Cultural de Bombinhas**. Julho de 2013 a janeiro de 2014. Disponível em: <https://goo.gl/hcS7UH>. Acesso em: 07/06/2017.

_____. Engenho do Sertão. **Informações Gerais**. Disponível em: <http://www.engenhodosertao.com.br>. Acesso em: 16 jun. 2017.

_____. Prefeitura de Bombinhas. **História município**. 22 ago. 2013. Disponível em: <https://goo.gl/2jiTQw>. Acesso em: 17 jul. 2017.

_____. Prefeitura de Bombinhas. **Informações Gerais**. Disponível em: <http://www.bombinhas.sc.gov.br/>. Acesso em: 01 set. 2017.

_____. Câmara Municipal de Bombinhas. **Decreto municipal nº 35/2001**, de 29 de outubro de 2001. Dispõe sobre regimento interno da câmara municipal de Bombinhas. Disponível em: <https://bitlybr.com/GKKln>. Acesso em: 20 jan. 2023.

_____. Câmara Municipal de Bombinhas. **Decreto municipal nº 2.578/2020**, de 04 de fevereiro de 2020. Define critérios e procedimentos administrativos para a compensação ambiental em Unidades de Conservação no município de Bombinhas. Disponível em: <encr.pw/bpKKl>. Acesso em 24 jan. 2023.

_____. Câmara Municipal de Bombinhas. **Decreto nº 2441/2018**, de 27 de setembro de 2018. Institui o Conselho Consultivo Integrado dos Parques Naturais do Município de Bombinhas e dá outras providências. Disponível em: <encr.pw/P3Cv5>. Acesso em: 24 jan. 2023.

_____. **1º encontro de Boi de Mamão de Bombinhas é sucesso de público e apresentações**. 2018. Disponível em: <11nk.dev/fpAfs>. Acesso em 26 jan. 2023.

_____. **Documentário retrata a tradição dos engenhos de farinha em Bombinhas**. 2022. Disponível em: <11nk.dev/xVB4R>. Acesso em 26 jan. 2023.

_____. **História do município**. 2020. Disponível em: <acesse.one/oE6sZ>. Acesso em: 24 jan. 2023.

_____. Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico. **Onde ficar**. Disponível em: <acesse.one/ziKoF>. Acesso em 24 jan. 2023.

_____. **Sobre a cidade**. Disponível em: <https://turismo.bombinhas.sc.gov.br/sobre-a-cidade>. Acesso em: 10 jan. 2023.

_____. **Tradição, gastronomia e arte, mistura de sucesso**. 2017. <encr.pw/4Qnrk>. Acesso em: 24 jan. 2023.

BORJA, Jordi. “**Hemos de conquistar el espacio público**”. 2013. Disponível em: <http://www.publico.es/culturas/497312/jordi-borja-hemos-de-conquistarel-espacio-publico>. Acesso em: 12 out. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <https://bitlybr.com/NoxkO>. Acesso em: 19 jan. 2023.

_____. Constituição Federal de 1988. **Artigo 216**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10647933/artigo-216-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 19 jan. 2023.

_____. Câmara Dos Deputados. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 15 jan. 2009. Disponível em: <https://goo.gl/PY4K8>. Acesso em: 06 set. 2017.

_____. Câmara Dos Deputados. Plano Nacional de Educação 2014-2024: **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014. Disponível em: <https://goo.gl/c6KxQO>. Acesso em: 08 set. 2017.

_____. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo no 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. 35. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação é a base. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/MEZf8c>. Acesso em: 07 set. 2017.

_____. Ministério da Educação; Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 15 dez. 2010. Disponível em: <https://goo.gl/7NDTxf>. Acesso em: 08 set. 2017.

_____. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <https://goo.gl/SslkNi>. Acesso em: 02 set. 2017.

_____. Senado Federal. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <https://goo.gl/oXee3>. Acesso em: 07 set. 2017.

BURITY, Joanildo. A cena da religião pública: contingência, dispersão e dinâmica relacional. **Novos estud. CEBRAP**, v. 34, n. 2, jul. 2015. Disponível em: encr.pw/hGXxu. Acesso em: 20 jan. 2023.

BUTTIGIEG, J. Educação e hegemonia. *In*: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. de P. (Org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 39-50.

CABEÇA, Sónia Moreira. Mapeamento Cultural: uma Metodologia Sustentada para o Património Cultural Imaterial. **Revista MEMORIAMEDIA, Lisboa**, v. 3, n. 5, p. 1-10, 2018.

CABRAL, Clara Bertrand. **Patrimônio Cultural Imaterial: Convenção da Unesco e Seus Contextos**. São Paulo: Leya, 2018.

CAFEZEIRO, Yan Graco Dantas. O patrimônio cultural do tempo presente: Uma reflexão a partir das memórias sensíveis. *In*: VILELA; Adalberto; ALVES, Alessandro; PANOSSO; Andrielle da Silva; FRANZEN, Douglas Orestes (Org.). **Patrimônio arquitetônico: debates contemporâneos**. 1 ed. Itapiranga: Schreiben, 2021, p. 10-24.

CALDAS, Joana. **Por que Balneário Camboriú é conhecida como 'Dubai brasileira'? Entenda**. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2022/07/30/por-que-balneario-camboriu-e-conhecida-como-dubai-brasileira-entenda.ghtml>. Acesso em: 26 jan. 2023.

NASCIMENTO-SCHULZE, Clélia Maria; CAMARGO, Erigido Vizeu. **Psicologia social, representações sociais e métodos**. *Temas psicol.*, Ribeirão Preto, v. 8, n. 3, dez. 2000, p. 287-299. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413389X2000000300007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 25 jan. 2023.

CAMARGO, Brígido Vizeu. Um primeiro estudo histórico e conceitual do seminário “Epistemologia e representações sociais”, conduzido por Serge Moscovici e Denise Jodelet em 1994. **Psicologia e Saber Social**, v. 5, n. 1, p. 5-17, 2016. Disponível em: encr.pw/GqHb1. Acesso em: 20 ago. 2022.

CAMPELLO, Livia Gaigher; SANTIAGO, Mariana Ribeiro; ANDRADE, Sinara Lacerda. A valorização da identidade cultural como desafio à concretização do direito ao desenvolvimento. **Revista de Direito Brasileira**, v. 19, n. 8, p. 3-19, 2018. Disponível: <http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2358-1352/2018.v19i8.3220>. Acesso em: 19 jan. 2023.

CAMPOS, Juliano Bitencourt *et al.* **Patrimônio cultural, direito e meio ambiente: Arqueologia e turismo sustentável (volume IV)**. Criciúma, SC: UNESC, 2021.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade**. Tradução: Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2015.

CARRIÓN Mena, Fernando. Cultura urbana: un asunto de imaginarios? *In*: ORTIZ, Alfonso. **Quito em la obra de...**: Quitologia y arte urbano. Quito: Casa de La Cultura Ecuatoriana, FONSA, 2010, p. 124-147.

CARVALHO, Raquel; MARQUES, Teresa. A evolução do conceito de paisagem cultural. **GOT: Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n. 16, p. 81-98, 2019.

CASTORINA, J. A. Entrevista: José Antônio Castorina. **Educação & Realidade**, v. 22, n. 1, p. 127-143, 1997.

_____. El significado del marco epistémico en la teoría de las representaciones sociales. **Cultura representaciones soc**, Ciudad de México, v. 11, n. 21, p. 79-108, set. 2016. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2007-81102016000200079&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 07 jan. 2023.

_____. El impacto de las representaciones sociales en la psicología de los conocimientos sociales: problemas y perspectivas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 135, p. 757-776, set./dez. 2008. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/331/337>. Acesso em: 15 nov. 2022.

_____. The ontogenesis of social representations: a dialectic perspective. **Papers on Social Representations**, v. 19, p. 18.1-18.19, 2010. Disponível em: <https://psr.iscte-iul.pt/index.php/PSR/article/view/397>. Acesso em: 15 nov. 2022.

_____. La polémica entre la psicología discursiva y la teoría de las representaciones sociales. El modelo controversial de interpretación. **Representaciones**, v. 9, n. 1, p. 15-21, 2013.

CASTORINA, J. A.; FAIGENBAUM, G.; CLEMENTE, F. Conhecimento individual e Sociedade em Piaget: implicações para a investigação psicológica. **Educação & Realidade**, v. 27, n. 1, p. 27-50, 2002. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/25937>. Acesso em: 7 nov. 2022.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2001.

_____. **Alegoria do patrimônio**. 3ª ed. Lisboa: Edições 70, 2014.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS (ICOMOS). **International Council On Monuments And Sites**. 2008. Declaração De Quebec Sobre La Preservación. Disponível Em: Http://Quebec2008.Icomos.Org/Es/99_Intro_Blog.Http. Acesso em: 10 maio. 2022.

COUTINHO, C. N. O conceito de política nos Cadernos do Cárcere. *In*: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. de P. (Org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 67-82.

CRUZ, Hellany Sant' Anna Brum. **Patrimônio cultural e turismo: uma experiência etnográfica dos "saberes" e "fazer"es alimentares de Bombinhas/SC**. 183f. 2014. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) - Universidade do Vale do Itajaí. Balneário Camboriú, 2014.

DEAUX, K.; PHILOGÈNE, G. **Representations of the social: Bridging theoretical traditions**. Oxford: Blackwell Publishing, 2001.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. O patrimônio natural no Brasil. *In*: FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra C. A.; RAMBELI, Gilson (Org.). **Patrimônio cultural e ambiental**. São Paulo: Annablume, 2009. p. 167-186.

DOISE, W. Social Representations, intergroup experiments and levels of analysis. *In*: FARR, R.; MOSCOVICI, S (org.). **Social Representations**. Cambridge: University Press, 1984, p. 255-268.

DONEGAN, Lucy. **Qual é a sua praia? Arquitetura e sociedade em praias de Natal-RN**. Orientadora: Edja Bezerra Faria Trigueiro, 2016. 299f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

DURKHEIM, E. Representations individuelles et representations collectives. **Revue de Metaphysique et de Morale**, v. 6, n. 3, p. 273-302, 1898. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40892316>. Acesso em: 15 jan. 2023.

DURKHEIM, E. **As Regras do Método Sociológico**. Trad. Paulo Nunes. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ESPESO-MOLINERO, Pilar. Tendencias del turismo cultural. **PASOS Revista de turismo y patrimonio cultural**, v. 17, n. 6, p. 1101-1112, 2019.

FACEBOOK.COM/GFMIXTURA. **Grupo Folclórico Mixtura**: foto de capa. Publicada em 30 ago. 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/gfmixtura/>. Acesso em 26 jan. 2023.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Trad. Izabel Magalhães. Brasil: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, N.; FAIRCLOUGH, I. **Political discourse analysis**: a method for advanced students. London: Routledge, 2012.

FARR, R.M. Social representations: Their role in the design and execution of laboratory experiments. *In*: R.M-Farr and Moscovici, (eds) **Social Representations**. Cambridge and New York: Cambridge University Press, and Paris Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1984.

FARIA CAMPOS, Pedro Humberto. O estudo da ancoragem das Representações Sociais e o campo da Educação. **Revista de Educação Pública**, v. 26, n. 63, p. 775-797, 2017. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/4187>. Acesso em: 6 jan. 2023.

FERRARI, C.D.P. **A contribuição da Teoria das Representações Sociais para o estudo do Patrimônio Cultural** – o exemplo da Ilha da Rita/Sc. Universidade da Região de Joinville, Univille PRPPG. Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade – MPCS. 2013.

FINDLAY, Eleide A. G.; GUEDES, Sandra P. L. C.. As representações sociais sobre o patrimônio cultural de Araquari e Balneário Barra do Sul (SC). *In*: **XXIII SIMPÓSIO**

NACIONAL DE HISTÓRIA, 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História da ANpuh. CD Room. Londrina, 2005, p. 1-8.

FLORIANÓPOLIS. **UFSC**. Troféu açorianidade. s/d. Disponível em: <http://nea.ufsc.br/trofeu-acorianidade/>. Acesso em: 06 out. 2017.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes da et al. Urbanização E Desenvolvimento Desigual Do Turismo No Litoral Brasileiro. **Mercator**, Fortaleza, v.21, 2022, p. 1-17. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/Ns697zR3CBjh3V7ZwS5MnWr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2023.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

FONTENELE, Sabrina; OKSMAN, Silvio. Questões contemporâneas do patrimônio cultural. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, n. 7, p. 243-254, 2018.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Bombinhas: pesquisas 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/bombinhas/panorama>. Acesso em: 30 set. 2021.

GIDDENS, A. **Modernity and self-identity**. Self and society in the late modern age. Cambridge: Polity Press, 1991.

GIGLIOLI, Adilson; KUJAWA, Henrique Aniceto; ZAMBAM, Neuro José. **Amartya Sen e as capacitações humanas**: o protagonismo dos atores locais e a consolidação do patrimônio cultural e agentes de desenvolvimento. 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/351737862_Amartya_Sen_e_as_capacitacoes_humanas_o_protagonismo_dos_atores_locais_e_a_consolidacao_do_patrimonio_cultural_e_agentes_de_desenvolvimento. Acesso em: 12 set. 2022

GIOVANNI, Eduardo N.; SOUZA, Emiliane B.; JASPER, Matheus P. Território em transformação: estudo da transformação urbana do Balneário Mar Grosso, Laguna–SC. *In: X Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo, Barcelona-Córdoba, Junio 2018*. Departament d’Urbanisme i Ordenació del Territori. Universitat Politècnica de Catalunya, 2018.

GODELIER, M. **L’idéal et le matériel**. Pensée, économie, sociétés. Paris: Fayard, 1984.

GOMES, A. C. (org). **Patrimônio cultural e inclusão social**: desafios e oportunidades. São Paulo: Editora XYZ, 2020.

GONÇALVES, Janice. Em busca do patrimônio catarinense: tombamentos estaduais em Santa Catarina. *In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, ANPUH, 2011, São Paulo. Anais eletrônicos [...] São Paulo: ANPUH, 2011*. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308188681_ARQUIVO_anpuh_2011_janice.pdf. Acesso em: 19 jan. 2023.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: introdução ao estudo da filosofia; a filosofia da Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

_____. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000a, v. 3.

_____. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000b, v. 2.

_____. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2004, v. 1.

GRAVARI-BARBAS, M; VESCHAMBRE, V. Patrimoine: derrière l'idée de consensus, les enjeux d'appropriation de l'espace et des conflits. In: MELÉ, Patrice; LARRUE, Corinne; ROSEMBERG, Muriel (dir.). **Conflits et Territoires**. Tours: Presses Universitaires François Rabelais, 2003, 67–82.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

_____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e Diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. **Revista Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, jul/dez. 2006, p. 261-273. [cópia digital]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a02.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2017.

HARVEY, D.C. Heritage pasts and heritage presents: temporality, meaning and the scope of heritage studies. **International Journal of Heritage Studies**, n. 7, p. 319–338, 2001.

HEARTS AND MINDS. Diretor: Peter Davis. Produção de Bert Schneider. Estados Unidos: Touchstone Pictures; BBS Productions; Rainbow Releasing, 1974. Disponível em: <https://archive.org/details/HeartsAndMinds1974>. Acesso em: 25 jan. 2023.

HEINICH, Nathalie; MACHADO, Diego Finder; SOSSAI, Fernando Cesar. A fabricação do patrimônio cultural. **Fronteiras: Revista catarinense de História**, n. 32, p. 175-186, 2018. Disponível em: <https://idoc.pub/documents/a-fabricacao-do-patrimonio-revista-fronteiras-eljmm756wdl1>. Acesso em: 19 jan. 2023.

HIRST, Paul Q. Althusser and the theory of ideology. **Economy and Society**, v. 5, p. 385-412, 1976. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03085147600000009>. Acesso em: 25 ago. 2022.

HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do Passado-Presente: Modernismos, Artes Visuais, Políticas da Memória**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados: Bombinhas**. Disponível em: 11nk.dev/bjwGA. Acesso em 26 jan. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Pontos de memória: metodologia e práticas em museologia social / Instituto Brasileiro de Museus, Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura**. – Brasília (DF): Phábrica, 2016.

Disponível em: <https://forum.acervos.museus.gov.br/publicacoes/pontos-de-memoria-metodologia-e-praticas-em-museologia-social/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO). **Conservação da Biodiversidade na Zona Costeira e Marinha de Santa Catarina**. Sem data. Disponível em: goo.gl/yZNTGH. Acesso em: 08 ago. 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Conferência de Nara sobre Autenticidade**. 1994. Documento de Nara sobre autenticidade. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conferencia%20de%20Nara%201994.pdf>. Acesso em: 10 maio 2022.

JAHODA, G. Critical notes and reflections on 'social representations'. **European Journal of Social Psychology**, v. 18, n. 3, p. 195-209, 1988.

JODELET, Denise. **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

_____. Sobre o ponto de vista: movimento das representações sociais na comunidade científica brasileira. **Temas em Psicologia**, v. 19, n. 1, p. 19-26, 2011.

_____. **Loucura e representações sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

_____. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Cadernos de Saúde Pública**, 9, 1993, p. 300-308.

_____. Représentation sociale: phénomènes, concept et théorie. In: MOSCOVICI, S. *Psychologie Sociale*. Paris: PUF, 1988, p. 357-378.

JUSTO, Ana Maria; CAMARGO, Brígido Vizeu. Corpo e cognições sociais. **liber.**, Lima, v. 19, n. 1, jan. 2013, p. 21-32. Disponível em http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S172948272013000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 25 jan. 2023.

KOHL, Dieter Hans Bruno. **Porto Belo, sua história, sua gente**. Blumenau: Nova Letra/Legere, 2014.

LENON IMÓVEIS. **Confira as novidades na infraestrutura de Bombinhas nos últimos anos**. 2021. Disponível em: enr.pw/iYgfz. Acesso em: 26 jan. 2023.

LIGUORI, Guido. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

LOBATO, Roberto Muelas. **Você sabe o que é a evolução cultural?** 2022. Disponível em: enr.pw/Uqwiz. Acesso em: 20 jan. 2023.

LOURES, J. A. (org.). **O patrimônio cultural como política pública**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

LOPES, Sidnei Marcelo. **Nós somos húngaros! O reavivamento das tradições húngaras em Jaraguá Do Sul – SC**. Orientadora: Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes. 2011.

196 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2016.

LUCHTENBERG, Rosane. **Cartilha Bombinhas na Minha Lembrança**: Fragmentos da história desenhados em verso e prosa. Blumenau: Gráfica e Editora 3 de maio, 2011.

MADARIAGA, Celeste Jiménez; ASECIO, Fermín Seño. Patrimonio cultural inmaterial de la humanidad y turismo. **International journal of scientific management and tourism**, v. 4, n. 2, p. 349-366, 2018.

MAGALHÃES, Allan Carlos Moreira. **Patrimônio cultural, democracia e federalismo**: comunidade e poder público na seleção dos bens culturais. São Paulo: Editora Dialética, 2020.

MAGARELLI, Ana Luísa De Lima; DINIZ, Luis Felipe Miranda; GUIMARÃES, Sávio Tadeu. Teorias do patrimônio cultural e suas transformações: da preservação dos bens materiais à paisagem cultural. **Programa de Iniciação Científica-PIC/UniCEUB-Relatórios de Pesquisa**, v. 4, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/pic/article/view/6366>. Acesso em: 20 jan. 2023.

MARKOVÁ, Ivana. A fabricação da teoria de representações sociais. **Cadernos de Pesquisa**, v.47, n.163, p. 358-375, jan./mar. 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.

MATOS, Ana Cardoso de.; BERNARDO, Maria Ana. Participação cívica e defesa do património cultural: o papel das associações voluntárias. **XV Coloquio Internacional de Geocrítica Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista**. Barcelona, p. 1-16, 7-12 de mayo de 2018. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/23709>. Acesso em: 11 jan. 2023.

MEDEIROS, R. P. *et al.* Diagnóstico socioeconômico e cultural nas comunidades pesqueiras artesanais do litoral centro-norte do estado de Santa Catarina. **Brazilian Journal Of Aquatic Science And Technology- BJUST**. v. 1, n. 1, p. 33-42, 1997. Disponível Em: goo.gl/kJpL9j. Acesso em: 08 ago. 2017.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2005.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. Conferência Magna. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. *In*: IPHAN. **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural**: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Ouro Preto/MG, 2009. Anais, vol.2, tomo 1. Brasília: IPHAN, 2012.

MONTIEL, Gilberto Giménez. Serge Moscovici In Memoriam. **Cultura y Representaciones Sociales**. v. 9, n. 18, 2015. Disponível em: <https://www.culturayrs.unam.mx/index.php/CRS/article/view/365/365>. Acesso em: 19 jan. 2023.

MORAES, Heloisa Juncklaus Preis; FERNANDES, Ana Caroline Voltolini. O local e as emoções suscitadas: experiência estética no imaginário urbano de Tubarão, Santa Catarina. **EccoS–Revista Científica**, São Paulo, n. 53, p. 1-13, abr./jun. 2020.

MORAES, M. P.; BERTI, F.; CÉSAR, P. A. B. Dr. Pedro de Alcântara Bittencourt César: Turismo e Planejamento Urbano. **Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, v. 13 (Especial 20 anos PPGTURH-UCS), p. 1-6, 2021.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **Psychologie des minorités actives**. Paris: PUF, 1979.

_____. Notes towards a description of social representations. **European Journal of Social Psychology**, n. 18, p. 211-250, 1988.

_____. **La era de las multitudes: un tratado historico de psicologia de las masas**. Trad. Aurelio Garzon del Camino. México: Fondo de Cult. Económica, 1993.

_____. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Trad. Sonia Maria da Silva Fuhrmann. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. On social representations. In: J. Forgas (ed.). **Social Cognition: Perspectives on Everyday Understanding**. New York: Academic Press, 1981, p. 181–210.

_____. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MOSER, Giancarlo; CARVALHO, Verônica. Intermitências na gestão pública em turismo: um estudo sobre o patrimônio cultural edificado de Blumenau e políticas públicas voltadas ao turismo. **Turismo: Visão e Ação**, v. 23, n. 2, p. 391-414, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tva/a/6pqPBvw9ZSbbnGLKDLkjL7D/>. Acesso em: 19 jan. 2023.

MOUFFE, C.; LACLAU, E. **Hegemony and socialist strategy: Towards a radical democratic politics**. Londres: Verso, 2014.

NAZÁRIO, Heleno; REINO, Luciana; MANFREDINI, Rodolfo. A hermenêutica de profundidade e suas aplicações. **Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação**. Blumenau, v. 10, n. 2, p. 288-305, mai./ago. 2016.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP. n. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, M. S. B. S. Representação social e simbolismo: os novos rumos da imaginação na sociologia brasileira. In: **Revista de Ciências Humanas**, v. 7/8, p. 173-193, 1999.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Paris, 17 out/21 nov. 1972. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf> . Acesso em: 19 jan. 2023.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. **Ensino de História e Patrimônio Cultural**: um percurso docente. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

PAIVA, Marina Mujica. **Resiliência cultural e socio biodiversidade**: contribuições para o desenvolvimento turístico sustentável do município de Bombinhas (SC). Orientador: Ricardo Stanziola Vieira. 2019. 312 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2019.

PELEGRINI, Sandra. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Rev. Bras. Hist.** v. 26, n. 51, p. 115-140, jan-jun. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000100007. Acesso em: 16 nov. 2018.

PELEGRINI, Sandra; FUNARI, Pedro Paulo A. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

PEREIRA, Victor. Prefeitura de Bombinhas define detalhes do pedágio para turistas. 15/01/2013. **Jornal Digital O Sol Diário**. Disponível em: <http://osoldiario.clicrbs.com.br/sc/noticia/2013/01/prefeitura-de-bombinhas-define-detalhes-do-pedagio-para-turistas-4011803.html>. Acesso em: 27 set. 2018.

PERERA, M. **Sistematización crítica de la teoría de las representaciones sociales**. (Tesis de grado). Centro de Investigaciones Psicológicas y Sociológicas (CIPS). Ministerio de Ciencia, Tecnología y Medio Ambiente. La Habana, Cuba. 2005.

POLLI, Gislei Mocelin; KUHNEN, Ariane. Possibilidades de uso da teoria das representações sociais para os estudos pessoa-ambiente. **Estudos de Psicologia**, p. 57-64, jan.-abr. 2011. Disponível em: encr.pw/lwJRr. Acesso em: 10 jan. 2023.

PREDIGER, Reneo Pedro; SCHERER, Luciana; ALLEBRANDT, Sérgio Luis. Hermenêutica de profundidade e suas possibilidades metodológicas: um levantamento bibliométrico da produção científica com essa metodologia. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, 2018. Disponível em: encr.pw/8vxhy. Acesso em: 15 jan. 2023.

RICKEN, C. *et al.* Análise Prévia da Arqueofauna do Sítio Sambaqui da Rua 13, Bombinhas, Santa Catarina, Brasil. **Clio. Série Arqueológica (UFPE)**, v. 29, n. 2, p. 109-129, 2014. Disponível em: goo.gl/fLgULg. Acesso em: 10 jul. 2017.

RODRIGUES, Donizete. Patrimônio cultural, memória social e identidade: interconexões entre os conceitos. **Letras Escreve**, v. 7, n. 4, p. 337-361, 2018.

RODRIGUES, Edvaldo. A preservação do patrimônio cultural da humanidade como um direito subjetivo e exercício de cidadania. **Mosaico**, v. 10, n. 16, p. 87-106, 2019.

ROMERO, J. L. **Latinoamérica**: las ciudades y las ideas. 3ª ed. Argentina: Siglo XXI Editores, 2010.

SÁ, Celso Pereira. **Uma homenagem póstuma a Serge Moscovici**. 2015. Disponível em: encr.pw/PiZdf. Acesso em: 26 jan. 2023.

SANTA CATARINA (Estado). **Lei nº 17.565, de 06 de ago. de 2018**. Consolida as Leis que dispõem sobre o Patrimônio Cultural do Estado de Santa Catarina. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2018/17565_2018_lei.html. Acesso em: 05 jan. 2023.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artmed, 1998. Disponível em: <https://goo.gl/gD4ZLz>. Acesso em: 07 set. 2017.

SANTOS, M. D. (org). **Patrimônio cultural imaterial: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora XYZ, 2019.

SCHNEIDER, Cristina Seibert. As cidades de tempos lentos: patrimônio cultural, desenvolvimento e políticas públicas. **COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 2, p. 51-76, 2019.

SCHWARZ, Maria Luiza; GUEDES, Sandra P. L. C.; FERRARI, Cibele D. P. O patrimônio cultural sob o viés das representações sociais. *In*: MISSIAS-MOREIRA, Ramon. **Representações sociais e seus diversos olhares**. v. 1. Curitiba: CRV, 2018, p. 187-201. Disponível em: 11nq.com/7xZKQ. Acesso em: 16 nov. 2022.

SEBRAE/SC. **Santa Catarina em Números: Bombinhas/Sebrae/SC**. Florianópolis: Sebrae/SC, 2013. Disponível em: Santa Catarina em números - Sebrae. Acesso: 05 jan. 2023.

SILVA JUNIOR, Josemar Elias; OLIVEIRA TAVARES, Ana Lúcia. Patrimônio Cultural, Identidade e Memória Social: suas interfaces com a sociedade. **Ciência da Informação em Revista**, v. 5, n. 1, p. 3-10, 2018.

SILVA, Yolanda Flores *et al.* A tainha como patrimônio Cultural e experiência turístico-cultural em Bombinhas, SC. **Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**. v.7, n.1, p. 34-53, jan.-mar. 2015. Disponível em: goo.gl/nJtnxJ. Acesso em: 08 ago 2017.

SILVA, Yolanda Flores *et al.* (Org.). **Diário de memórias: Museu Comunitário Engenho do Sertão**. Florianópolis: Personalité, 2017.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

SIMÃO, Thainá. O patrimônio cultural nos livros didáticos de História: Coleção História, sociedade & cidadania. **Revista de História da UFBA**, v. 9, p. 01-19, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/60154> Acesso em: 19 jan. 2023.

SMITH, L. **Uses of heritage**. Oxon, UK: Routledge. 2006.

SOARES, André Luis R.; OOSTERBEEK, Luiz Miguel. Educação patrimonial: um exemplo de teoria e prática na gestão do patrimônio cultural brasileiro. *In*: CAMPOS, Juliano Bitencourt; RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes; SANTOS, Marcos César Pereira (Org.). **Patrimônio cultural, direito e meio ambiente: educação contextualizada – Arqueologia diversidade (volume III)**. Criciúma: UNESC, 2018, p. 45-64.

SOSSAI, Fernando C.; COELHO, Ilanil. Patrimônio cultural e turismo: tensões contemporâneas. **Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, v. 25, n. 48, p. 117-150, 2018.

SPINK, Mary Jane Paris; GIMENES, Maria da Glória G. Práticas discursivas e produção de sentido: apontamentos metodológicos para a análise de discursos sobre a saúde e a doença. **Saúde e Sociedade**. p. 149-171, dez. 1994. Disponível em: encr.pw/tPkEW. Acesso em: 27 jan. 2023.

TAVARES, Maria Goretti. Patrimônio e Cidade: Uma leitura geográfica da cidade de Belém do Pará. **Revista Geografar**, v. 13, n. 1, p. 162-180, 2018.

THOMPSON, John Brookshire. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. **Grupo folclórico dos Açores se apresenta na UFSC**. 2009. Disponível em: encr.pw/Mb1jc. Acesso em: 19 jan. 2023.

VATTIMO, Gianni. **O fim da Modernidade: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

VERONESE, M. V.; GUARESCHI, P, A. Hermenêutica de profundidade na pesquisa social. **Ciências Sociais Unisinos**, n. 42, p. 85-93, maio-ago. 2006.

VINUESA, Miguel Ángel Troitiño; TORRALBA, Libertad Troitiño. Visión territorial del patrimonio y sostenibilidad del turismo. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**, n. 78, p. 212-244, 2018.

VITOR, Amílcar Guidolim; SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo. A construção social do patrimônio cultural através do processo de produção de representações sociais. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 5, n. 10, p. 1-25, 2011.

WAISMAN, M. **El interior de la historia: historiografía arquetípica para uso de latinos americanos**. 1990. Disponível em: https://issuu.com/conservationdocuments/docs/010_-_marina_waisman_-_el_interior_. Acesso em: 10 jun. 2022

WOLTER, R. P. Serge Moscovici: um pensador do social. *In*: ALMEIDA, A. M. O.; Santos, Maria de Fátima de Souza; Trindade, Zeidi Araújo. **Teoria das representações sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2011, p. 5-9.

ZANIRATO, S. H. As múltiplas dimensões do patrimônio cultural. **Diálogos** (Maringá), Maringá, v. 9, n.1, p. 59-68, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3055/305526860004.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2023.

_____. Usos sociais do patrimônio cultural e natural. **Patrimônio e Memória**. v. 5, n.1, p. 137-152, out. 2009. Disponível em: encr.pw/HYuzl. Acesso em ago. 2022.

ZANIRATO, S. H.; RIBEIRO, Wagner Costa. Conhecimento tradicional e propriedade intelectual nas organizações multilaterais. **Ambiente e Sociedade** (Campinas), v. 10, p. 39-45, 2007. Disponível em: 11nq.com/URNho. Acesso em: 17 jul. 2022.

APÊNDICE - A**QUESTÕES PARA ENTREVISTAS ORAIS****ROTEIRO DE ENTREVISTA**

1. Fale um pouco sobre você, quando e onde nasceu e sua trajetória profissional.
2. Em sua opinião, o que é Patrimônio Cultural?
3. O que você considera Patrimônio Cultural de Bombinhas? Por quê?
4. Você pode nos contar sobre o processo de patrimonialização da cultura em Bombinhas?
5. Qual sua opinião quanto à legislação sobre o Patrimônio Cultural de Bombinhas?
6. Como você vê o crescimento populacional de Bombinhas?

APÊNDICE - B**FORMULÁRIO PARA A POPULAÇÃO DE BOMBINHAS.**

1. Qual sua idade?
 18 a 24 anos 25 a 34 anos 35 a 44 anos 45 a 54 anos Maior que 55 anos
2. Qual seu gênero?
 Feminino Masculino Outro
3. Cidade, estado e país onde nasceu.
4. Se nasceu em outra cidade, quanta tempo mora em Bombinhas?
 menos de 1 ano entre 1 e 5 anos entre 6 e 10 anos entre 11 e 19 anos há mais de 20 anos
5. Você mora em qual bairro?
 Bombas José Amândio Zimbros Sertãozinho Morrinhos Canto Grande 4 Ilhas Centro Mariscal
6. Por qual razão veio morar na cidade?
7. Qual sua escolaridade?
 Nenhuma 1º Grau incompleto (Fundamental I, até 5ª série) 1º Grau incompleto (Fundamental II, não terminou a 8ª série) 1º Grau Completo 2º Grau incompleto 2º Grau Completo Superior incompleto Superior Completo Pós-graduação
8. Você estudou em Bombinhas?
 Sim Não
9. Ocupação/trabalho/atividade de renda:
10. Renda familiar (em salários mínimos):
 até 1 de 1 a 2 de 3 a 5 de 5 a 10 mais de 10
11. Trabalhou/trabalha na área da cultura?
 Sim Não
12. Em uma palavra ou expressão: Para você, Bombinhas é?
13. Para você, o que é Patrimônio?
14. De acordo com seus conhecimentos, o que é cultura?
15. Para você, o que é Patrimônio Cultural de uma cidade?
16. Em sua opinião, há algum Patrimônio Cultural em Bombinhas?

Sim Não Não sei

17. Se você respondeu SIM na questão 16, o que você considera Patrimônio Cultural de Bombinhas? Cite 3 patrimônios e justifique cada um.
18. Para você, que práticas culturais deveriam ser valorizadas em Bombinhas? Cite 3 e justifique cada uma.
19. Em sua opinião, quem define o que é Patrimônio Cultural?
20. Você conhece a legislação do município em relação ao Patrimônio Cultural?
Sim Não Parcialmente
21. Se você respondeu SIM na pergunta anterior, a legislação de Bombinhas comporta todo o Patrimônio Cultural da cidade?
Sim Não Não sei
22. Os programas de incentivo a Cultura e ao Patrimônio Cultural em Bombinhas são democráticos?
Sim Não Não sei
23. Se você respondeu SIM ou NAO na pergunta anterior, por quê?
24. Quais os efeitos da migração (pessoas que vem de outros lugares) para Bombinhas?
25. Em seu modo de ver, quem deve cuidar do Patrimônio Cultural?
26. Na sua opinião, por que preservar o Patrimônio Cultural?
27. Quem preserva/cuida do Patrimônio Cultural de Bombinhas?
28. Como você avalia a atenção que se dá para o Patrimônio Cultural em Bombinhas?
29. Você participa de atividades culturais na comunidade?
Sim Não
30. Se você respondeu NÃO na pergunta anterior, por quê?
31. Se você respondeu SIM na pergunta 29, de que atividades culturais você participa?
32. Sua família participa de atividades culturais na comunidade?
Sim Não Não sei
33. Se você respondeu SIM para a pergunta anterior, de quais atividades culturais sua família participa?
34. Em que lugares da cidade acontecem mais atividades/eventos culturais?
35. O que é um museu para você?

36. Bombinhas tem algum museu?
 Sim Não Não tem mais já teve Não sei
37. Você já visitou algum museu em Bombinhas?
 Sim Não Não sei Ainda não
38. Se você respondeu SIM para a pergunta anterior, qual/quais museu/museus você visitou em Bombinhas?
39. Quantas vezes já visitou o/os museu/museus em Bombinhas?
 Nenhuma 1 2 3 Várias Semanalmente Sempre que tem atividades Não existem museus em Bombinhas Outro:

ANEXO – A



Parecer Consubstanciado

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MEDIADORES CULTURAIS E POPULAÇÃO DE BOMBINHAS SOBRE O SEU PATRIMÔNIO CULTURAL. **Pesquisador:**

FRANCIELE COELHO BEZ **Área Temática:**

Versão: 2

CAAE: 83537818.0.0000.5366

Instituição Proponente:FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE - UNIVILLE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.674.116

Apresentação do Projeto:

Conforme exposto no parecer substanciado nº 2.551.993.

Objetivo da Pesquisa:

Conforme exposto no parecer substanciado nº 2.551.993.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Conforme exposto no parecer substanciado nº 2.551.993, no entanto, a pesquisadora incluiu os benefícios da pesquisa, conforme solicitado.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Conforme exposto no parecer substanciado nº 2.551.993, contudo, a pesquisadora informou que 370 pessoas responderão ao questionário e 7 pessoas serão entrevistadas. Também apresentou os critérios de inclusão e exclusão dos participantes para a aplicação de questionário e de realização de entrevistas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Conforme exposto no parecer consubstanciado nº 2.551.993, contudo, a pesquisadora encaminhou a folha de rosto devidamente preenchida, assim como, apresentou o TCLE para as entrevistas. A pesquisadora encaminhou carta de anuência da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico, Fundação Municipal de Cultura e da EEB Maria Rita Flor.

Página 01 de

Recomendações:

Ao finalizar a pesquisa, o (a) pesquisador (a) responsável deve enviar ao Comitê de Ética, por meio do sistema Plataforma Brasil, o Relatório Final (modelo de documento na página do CEP no sítio da Univille Universidade).

Segundo a Resolução 466/12,

no item XI- DO PESQUISADOR

RESPONSÁVEL

XI.2 - Cabe ao pesquisador:

d) Elaborar e apresentar o relatório final;

Modelo de relatório para download na página do CEP no sítio da Univille Universidade.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto "REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MEDIADORES CULTURAIS E POPULAÇÃO DE BOMBINHAS SOBRE O SEU PATRIMÔNIO CULTURAL.", de CAAE 83537818.0.0000.5366 teve sua(s) pendência(s) esclarecida(s) pelo(a) pesquisador(a) FRANCIELE COELHO BEZ, de acordo com a Resolução CNS 466/12 e complementares, portanto, encontra-se APROVADO.

Informamos que após leitura do parecer, é imprescindível a leitura do item "O Parecer do CEP" na página do Comitê no sítio da Univille, pois os procedimentos seguintes, no que se refere ao enquadramento do protocolo, estão disponíveis na página. Segue o link de acesso

<http://www.univille.edu.br/pt-BR/auniville/proreitorias/prppg/setores/area-pesquisa/comite-etica-pesquisa/status-parecer/645062>

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade da Região de Joinville - Univille, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1081275.pdf	19/04/2018 22:31:51		Aceito
Outros	Franciele_Carta_Resposta.docx	19/04/2018 22:23:49	FRANCIELE COELHO BEZ	Aceito
Outros	Cartas_de_Anuencia_Escola_Cultura_Assinadas.pdf	19/04/2018 22:23:09	FRANCIELE COELHO BEZ	Aceito
Outros	Carta_de_Anuencia_Turismo_Assinada.pdf	19/04/2018 22:22:27	FRANCIELE COELHO BEZ	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_CEP_pendencias_arrumadas.docx	19/04/2018 22:21:19	FRANCIELE COELHO BEZ	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_ENTREVISTAS_ORAIS.docx	19/04/2018 22:20:46	FRANCIELE COELHO BEZ	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_formularios.docx	19/04/2018 22:20:21	FRANCIELE COELHO BEZ	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Completa.pdf	19/04/2018 22:12:35	FRANCIELE COELHO BEZ	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO_FRANCIELE.doc	23/02/2018 13:49:31	FRANCIELE COELHO BEZ	Aceito

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	TERMO_PARA_AUTORIZAcao_DO_U SO_DE_IMAGENS_FRANCIELE.doc	23/02/2018 13:47:39	FRANCIELE COELHO BEZ	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	TERMO_DE_DOAcao_DE_ENTREVIS TA_ORAL_FRANCIELE.doc	23/02/2018 13:47:25	FRANCIELE COELHO BEZ	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	FORMULARIO_DE_PESQUISA_FRAN CIELE.doc	23/02/2018 13:46:14	FRANCIELE COELHO BEZ	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ROTEIRO_DE_ENTREVISTA_FRANCI ELE.doc	23/02/2018 13:45:46	FRANCIELE COELHO BEZ	Aceito
Cronograma	cronograma_franciele.doc	23/02/2018 13:45:22	FRANCIELE COELHO BEZ	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOINVILLE, 24 de Maio de 2018

Assinado por:
Marcia Luciane Lange Silveira
(Coordenador)

Termo de Autorização para Publicação de Teses e Dissertações

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) a disponibilizar em ambiente digital institucional, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/IBICT) e/ou outras bases de dados científicas, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra abaixo citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data 11/05/2023.

1. Identificação do material bibliográfico: () Tese (x) Dissertação () Trabalho de Conclusão

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Autor: Franciele Coelho Bez

Orientador: Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes. Coorientador: ----

Data de Defesa: 28/02/2023

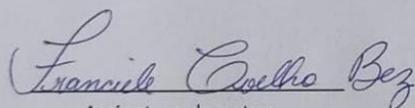
Título: Representações sociais sobre o patrimônio cultural de Bombinhas - SC

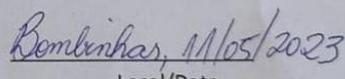
Instituição de Defesa: Univille

3. Informação de acesso ao documento:

Pode ser liberado para publicação integral (x) Sim () Não

Havendo concordância com a publicação eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese, dissertação ou relatório técnico.


Assinatura do autor


Local/Data